



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores

Edmir Soares de Sena

**A política de educação a distância em uma instituição pública de segurança:  
questões a partir do Programa de EAD do SENASP/MJ, na Polícia  
Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso**

São Gonçalo

2016

Edmir Soares de Sena

**A política de educação a distância em uma instituição pública de segurança: questões a partir do Programa de EAD do SENASP/MJ, na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração Políticas, Direitos e Desigualdades.

Orientadora: Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eveline Bertino Algebaile

São Gonçalo

2016

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Edmir Soares de Sena

**A política de educação a distância em uma instituição pública de segurança: questões a partir do Programa de EAD do SENASP/MJ, na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração Políticas, Direitos e Desigualdades.

Aprovada em 31 de Agosto de 2016.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eveline Bertino Algebaile (Orientadora)  
da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro - UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gláucia Campos Guimarães  
da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro - UERJ

---

Prof. Dr. Wilquerson Felizardo Sandes  
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

São Gonçalo

2016

## **DEDICATÓRIA**

No transcorrer de nossa existência, a vida nos conduz por caminhos diversos. Em cada senda que trilhamos, temos a oportunidade de conhecer, interagir e conviver com inúmeras pessoas. Interessante como algumas dessas pessoas nos ajudam a crescer, evoluir e ser uma pessoa melhor. Infelizmente não sabemos por quanto tempo, DEUS nos concede a honra e o privilégio de ter essas pessoas especiais ao nosso lado. Em virtude disso dedico esta obra a memória do meu amigo, primo, padrinho, afilhado, confidente, ... HESLEY HILLER. Apesar de saber que ele não terá ciência desta homenagem, gostaria que todos, que o conheceram, possam saber a admiração, o carinho e o amor, que sentia por essa pessoa tão especial, que, por diversas vezes, depositou uma confiança em mim muito maior do que as minhas próprias. Descanse em paz amigo!!! Nós nos veremos na ressurreição!!!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por todas as oportunidades que Ele tem me concedido no breve período de minha existência. Agradeço aos meus pais e a meus irmãos por terem sempre inculcido na minha mente que somente com muito trabalho e estudo é que eu conseguiria atingir os meus sonhos.

Agradeço imensamente a minha esposa Ligia, por ser uma companheira de todas as horas e por compreender e suprir minha ausência familiar. Agradeço a meus filhos Edmir Natan e Bernardo Daniel, pelo carinho e compreensão da ausência do pai, tanto quanto estava longe de casa, quanto mesmo dentro de casa me mantinha recluso no “mundo da pesquisa”.

Agradeço também a todas as pessoas que tornaram este sonho real, em especial aos docentes e servidores da UERJ, que me acolheram como a um filho, no período em que estive no Rio de Janeiro.

Por fim e propositadamente pela árdua tarefa que teve, externo meu agradecimento, minha admiração e meu carinho, por minha Orientadora, Professora Eveline Bertino Algebaile, um presente que Deus colocou na minha vida para me conduzir neste período complexo que é o da pesquisa, uma pessoa que consegue tornar palatável e até prazeroso estudar os grandes filósofos. **MUITO OBRIGADA PROFESSORA!!!**

Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo. Karl Marx

## RESUMO

SENA, Edmir Soares de. *A política de educação a distância em uma instituição pública de segurança: questões a partir do Programa de EAD do SENASP/MJ, na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

Este trabalho tem o objetivo de analisar o contexto, as implicações e os desdobramentos do surgimento e realização de uma política educacional de capacitação e qualificação de servidores públicos que atuam em uma instituição componente da área de segurança pública no Estado brasileiro. Para tanto, temos como objeto de análise o programa de educação a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), mediante a criação da Rede de Educação a Distância (Rede EAD da SENASP). O foco empírico do estudo é a realização do Programa no âmbito da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, no intervalo dos anos de 2010 a 2015, quando o referido programa completou dez anos de existência, recorte temporal que propicia a obtenção de dados quantitativos e qualitativos relevantes para a análise. Tal escolha deveu-se à percepção de que esse programa se utiliza de uma das modalidades de ensino centrais nos embates e discussões da educação contemporânea, especialmente no período pós-disseminação e massificação das tecnologias de comunicação ou educação profissional continuada ofertado pelo Ministério da Justiça (MJ), que propõe o nivelamento, unificação e disseminação de conhecimentos entre os diversos agentes que compõem os quadros das instituições policiais no Brasil. Concebido após a promulgação da Constituição Federal de 1988, esse Programa definiu e reorganizou o papel e as atribuições de praticamente todas as instituições estatais vinculadas à segurança pública, demandando uma mudança significativa de conceitos, posturas e procedimentos dos profissionais da área, cuja atuação se deslocaria do quadro instituído por uma ditadura militar para o denominado Estado Democrático de Direito. Nosso interesse pelo tema não se limita, a saber, se o programa atende às expectativas propostas em sua criação. Procurou-se problematizar os conceitos filosóficos do programa, correlacionando-os com sua realização e, por conseguinte, com seus desafios, impasses e contradições. O referencial teórico apoiou-se especialmente em formulações de perspectiva materialista histórica, tal como elaboradas por Karl Marx e Antonio Gramsci, além de autores brasileiros, como Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, no intuito de entender, em um contexto amplo, como esse programa se insere na qualificação profissional no campo da segurança pública no Brasil. No que diz respeito aos temas da EAD e da formação profissional no campo da segurança pública, ancoraram-se as pesquisas, especialmente, em Mello, Preti, Barreto, Frigotto, Ciavatta, Ramos e Sousa. Dentre os procedimentos metodológicos, destacam-se a pesquisa documental e pesquisa de campo junto a profissionais da área vinculados de diferentes formas aos cursos da Rede EAD. Elementos que colhemos e tratamos nesta pesquisa, nos sugerem que o referido programa possui aproximações mais com o tema de educação profissional continuada, do que somente formação profissional continuada. Seguindo os conceitos de Escola Omnilateral de Marx ou a Escola Unitária de Gramsci, valendo-se da modalidade de EAD para o alcance deste objetivo.

**Palavras-chave:** Rede EAD/SENASP. Formação Profissional. Educação Profissional. Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso.

## ABSTRACT

SENA, Edmir Soares. Education policy the distance in a public institution security: issues from EAD Program SENASP / MJ in Civil Judicial Police of the State of Mato Grosso. Dissertation (Master of Education) - University of Teacher Education, State University of Rio de Janeiro, Sao Goncalo, 2016.

This study aims to analyze the context, the implications and consequences of the emergence and implementation of an educational policy of training and qualification of public officials who work in a component institution of public safety in the Brazilian state. Therefore, we analyze the object distance education program of the National Public Security Secretariat (SENASP) by the creation of the Distance Education Network (Network EAD SENASP). The empirical focus of the study is the implementation of the Programme within the Civil Judicial Police of the State of Mato Grosso, in the range of years 2010 to 2015, when the program completed ten years of existence, time frame that provides obtaining quantitative data and qualitative relevant to the analysis. This choice was due to the perception that the program uses one of the main types of education in conflicts and discussions of contemporary education, especially in the post-dissemination and massification period of computer communication technologies. As a starting point, we seek to understand the training program or continuing professional education offered by the Ministry of Justice (MJ), which proposes leveling, unification and dissemination of knowledge among the different agents that make up the frame of police institutions in Brazil. Designed after the promulgation of the Constitution of 1988, this program defined and reorganized the role and responsibilities of virtually all state institutions linked to public security, requiring a significant change of concepts, attitudes and procedures of professionals, whose work would move the framework created by a military dictatorship for the so-called democratic state. Our interest in the subject is not limited, that is, if the program meets the expectations proposals in its creation. We tried to discuss the philosophical concepts of the program, correlating them with their achievement and, therefore, its challenges, dilemmas and contradictions. The theoretical framework was supported especially in historical materialism formulations, as elaborated by Karl Marx and Antonio Gramsci, and Brazilian authors, such as Francisco de Oliveira and Florestan Fernandes, in order to understand, in a broad context, as this program fit into the professional qualification in the field of public security in Brazil. Regarding the issues of distance education and training in the field of public security, the up-anchored research, especially in Mello, Preti, Barreto, Frigotto, Ciavatta, Ramos and Sousa. Among the methodological procedures, include the documentary research and with the professionals field research linked in different ways to the courses of distance education network. Elements that we collected and treated in this research, we suggest that the program has more approaches to the subject of continuing professional education, than only continuing vocational training. Following the concepts of omnilateral School of Marx or the Unitary School Gramsci, taking advantage of distance education mode to achieve this goal.

Keywords: Network EAD / SENASP. Professional qualification. Professional education. Civil Judicial Police of the State of Mato Grosso.

**LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1 - Fachada da ACADEPOL/Telecentro ..... 70  
Imagem 2 - Vista interna do Telecentro Rede EAD/SENASP ..... 70

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo de Matrículas Versus Evasão. Intervalo 2005-2013 .....	74
Gráfico 2 – Amostra de Matrículas na Rede EAD por Estado Federado.....	75
Gráfico 3 – Evolução de Matrículas no Estado de MT entre 2006 a 2010. ....	98
Gráfico 4 – Relação de servidores, aprovações e participação nos 10 anos. ....	98
Gráfico 5 – Relação entre servidores, aprovados e cadastrados na Rede.....	100
Gráfico 6 – Distribuição de Matrículas por cargos da PJC/MT.....	101
Gráfico 7 – Relevância do curso nas atividades profissionais .....	111
Gráfico 8- Consonância entre o Curso e os conteúdos abordados.....	112
Gráfico 9 – Estimulos a busca de novos conhecimentos.....	113
Gráfico 10 – Se o curso motivou o egresso a fazer novos cursos na Rede .....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão de Literatura nos Principais Periódicos Científicos .....	21
Quadro 2 – Calendário de Cursos dos Ciclos de 2016 na Rede EAD .....	77
Quadro 3 – Disciplinas Ofertadas na Matriz Curricular Nacional.....	<del>90</del> <sup>89</sup>
Quadro 4 - Relação de Cursos e Carga Horária .....	93
Quadro 5 – Distribuição de Alunos e Matrículas na Rede EAD da SENASP, .....	99
Quadro 6 – Distribuição de Alunos e Matrículas, por Cargo da PJC/MT .....	100
Quadro 07 – Relação de Cursos Mais Procurados Pelos Alunos da PJC/MT .....	102
Quadro 8 – Efetivo da PJC/MT em Abril de 2015 .....	109

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tela Inicial do AVA do EAD do SENASP.....	78
Figura 2 – Tela Principal do AVA.....	79
Figura 3 – Tela inicial do curso (Análise Criminal 1 - VA) .....	80
Figura 4 – Novo Layout da Página dos Cursos.....	81
Figura 5 – Tela inicial do WEBTV.....	82
Figura 6 – Tela de Avaliações do Curso e Tutor .....	<del>83</del> 82
Figura 7 – Mobilização das Competências .....	87
Figura 8 – Eixos Articuladores .....	88
Figura 9 – Áreas Temáticas.....	89
Figura 10 – Malha Curricular Para Ações Formativas da Polícia Civil e Polícia Militar.....	92
Figura 11 – Slide de Abertura do 1º Encontro Estadual da Rede EAD – MT .....	96
Figura 12 – Contexto do MT no Brasil e América .....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACADEPOL	Academia de Polícia
ANP	Academia Nacional de Polícia
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CF	Constituição Federal
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
DRE	Delegacia Especializada em Repressão a Entorpecentes
EC	Emenda Constitucional
ESG	Escola Superior de Guerra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCN	Matriz Curricular Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MJ	Ministério da Justiça
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC	Polícia Civil
PF	Polícia Federal
PFF	Polícia Ferroviária Federal
PJC	Polícia Judiciária Civil
PJC/MT	Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso
PM	Polícia Militar
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
POLITEC	Perícia Oficial e Identificação Técnica do Estado de Mato Grosso
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

Rede EAD	Rede de Educação a Distância
SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
WWW	World Wide Web

## SUMÁRIO

<b>1 ESTADO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS</b>	<b>33</b>
1.1 NOTAS INICIAIS SOBRE A POLÍTICA E O ESTADO .....	33
1.2 O PODER DE POLÍCIA NO ESTADO MODERNO .....	42
1.3 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	45
1.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO RECENTE .....	48
1.5 - A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL .....	53
<b>2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: QUESTÕES HISTÓRICAS E QUADRO ATUAL .....</b>	<b>58</b>
2.1 BREVE QUADRO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL .....	60
2.2 ORDENAMENTO JURÍDICO DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SENASP .....	65
2.3 A CRIAÇÃO DA REDE DE EAD DA SENASP .....	68
2.4 A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	83
2.5 ELEMENTOS ORGANIZACIONAIS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL .....	<del>86</del> <b>85</b>
2.6 DISCIPLINAS OFERTADAS NA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL .....	89
2.7 DADOS CONSOLIDADOS DA REDE EAD DO SENASP EM MATO GROSSO .....	95
<b>3 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA DA SENASP NO ÂMBITO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO ....</b>	<b>106</b>
3.1 CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, SOCIOCULTURAL, ADMINISTRATIVA E ESTRUTURAL .....	106
3.2 ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS .....	110
3.3 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS .....	115
3.3.1 Questionários .....	115
3.3.2 Entrevistas .....	118
3.4 APRECIÇÃO SOBRE A POLÍCIA COMUNITÁRIA .....	121
<b>4 Algumas Recomendações .....</b>	<b>127</b>
4.1 SENASP .....	127
4.2 POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO .....	128
<b>Referências .....</b>	<b>136</b>
<b>Apêndice I – Quadro da Educação a Distância no Mundo .....</b>	<b>141</b>
<b>Apêndice II – Quadro de Educação a Distância no Brasil .....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE III - Pesquisa de Satisfação SENASP .....</b>	<b>145</b>

<b>APÊNDICE IV - Pesquisa aos egressos dos cursos EAD da SENASP .....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE V – Roteiro de entrevistas com os gestores .....</b>	<b>154</b>

## INTRODUÇÃO

O ser humano, na medida em que mantém uma relação reflexiva consigo mesmo, não é senão o resultado dos mecanismos nos quais essa relação se produz e se medeia. Os mecanismos, em suma, nos quais o ser humano se observa, se decifra, se interpreta, se julga, se narra ou se domina. E, basicamente, aqueles nos quais aprende (ou transforma) determinadas maneira de observar-se, julgar-se, narrar-se ou dominar-se (LARROSA, 1994, p.35).

Ao iniciar meus estudos no Programa de Mestrado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fui convidado a refletir sobre como me tornei professor. O resultado dessa reflexão e das memórias que ela suscitou é agora sintetizado em algumas poucas linhas.

No ano de 2003, fui convidado a lecionar em uma faculdade, período em que havia concluído minha especialização em Marketing fazia pouco tempo. Como desafio pessoal, fui realizar o teste e efetivamente me apaixonei pela carreira. Desde então, já posso contabilizar em meu currículo quatro faculdades particulares, e dois anos como professor substituto na Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, instituições nas quais tive o privilégio de lecionar.

Em paralelo à docência, realizei diversos concursos públicos, sendo aprovado, em 2005, junto à Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (PJC/MT ou PJC), iniciando assim a carreira pública de investigador de polícia.

Logo quando adentrei nesta Instituição, iniciava-se a implantação de um programa do Ministério da Justiça (MJ), de equiparação e nivelamento da qualificação dos profissionais da segurança pública de todo o país, por intermédio da criação da Rede de Educação a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Rede EAD da SENASP), um programa de formação profissional continuada na modalidade de educação a distância.

De 2008 (ano em que fui empossado) a 2015, tive a oportunidade de realizar mais de 30 cursos, superando 1.700 horas de carga horária total pela Rede EAD. Essa experiência me ajudou a perceber a importância dessa modalidade de ensino que acredito que possa contribuir de forma significativa para a educação profissional continuada, principalmente em um país com dimensões continentais, como o Brasil, com desafios das mais diversas ordens, como os relacionados à configuração geográfica dos Estados da Federação, marcada não apenas por grandes diversidades econômico-sociais, mas também por empecilhos relativos às condições de deslocamento e de distribuição territorial das instituições, dentre outras.

No caso particular deste estudo, cabe lembrar que Estados similares ao Mato Grosso enfrentam problemas variados, que partem desde a formação de seus quadros profissionais, a até mesmo de ordens diversas, como à distância entre o Estado e os centros regionais mais estruturados (localizados nas regiões Sul e Sudeste), quanto aos severos desafios de mobilidade dentro do próprio Estado, devido não só à sua grande extensão territorial e, conseqüentemente, grandes distâncias, mas também à insuficiência e precariedade do sistema rodoviário e à diversidade das condições institucionais, dentre outros aspectos.

Outro fato relevante à escolha do objeto desta pesquisa foi minha aprovação no concurso público para professor da Rede Federal de Educação, junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) em 2010. Desde então, tenho atuado nas duas carreiras concomitantemente, a de policial e a de docente, fato que algumas pessoas acreditam ser conflitante ou pelo menos incoerente. Contudo, acredito que sejam atuações, por vezes, complementares, por vezes, paralelas, podendo ser também conflitantes, porém não creio que apenas isso defina os nexos possíveis entre essas duas atuações.

Entendo que, mesmo a Polícia sendo concebida originariamente para ser o aparelho repressivo do Estado moderno, sendo intensamente utilizada, nas últimas décadas, após o período de redemocratização do Brasil<sup>1</sup>, as instituições policiais receberam novos atributos e ampliaram o escopo de suas ações, objetivando uma aproximação com a sociedade. Por isso, tem hoje, no seu rol de atividades, além de ações inerentes a suas prerrogativas legais de uso da força e da coerção, juridicamente previstas e legitimadas pelo Estado, ações voltadas para a educação, a prevenção e o acompanhamento de outras ações sociais.

As aproximações desses dois aparelhos de Estado, Escola e Polícia, devido a seus vínculos e responsabilidades em relação à promoção de Políticas Sociais, levam, por sua vez, a que os embates, as interações e as imbricações dessas duas instituições ocorram inevitavelmente. Em virtude disso, a participação de cada uma dessas instituições e suas aproximações e atravessamentos merecem ser pesquisados e compreendidos de forma mais profunda.

Tendo essas questões gerais como desafio, no ano de 2014, inscrevi-me na disputa de uma vaga no programa de Mestrado em Educação da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Programa que tem como Área de Concentração “Processos Formativos e Desigualdades Sociais” e que tem também uma de

---

<sup>1</sup> Com o termo “período de redemocratização”, refiro-me aos anos imediatamente posteriores ao fim do período ditatorial militar, vigente de 1964 a 1985. Designarei como período pós-redemocratização os anos imediatamente posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988 e à retomada das eleições presidenciais diretas (1989)

suas linhas de pesquisa relacionada a “Políticas, Direitos e Desigualdades”. Ao considerarmos a área de concentração, quanto a linha de pesquisa do Programa, entendemos ser o ambiente ou a arena ideal para a promoção do debate sobre a Educação ou Formação Profissional dos profissionais que atuam na área de Segurança Pública no Brasil, em virtude da mudança do ambiente político, econômico e social, ocorrido nas últimas décadas no Brasil, país com diversidades e discrepâncias ímpares entre as suas diversas regiões geopolíticas, tendo como resultado quase que constantes desigualdades das mais variadas ordens. A aprovação no processo seletivo me propiciou a oportunidade de dar prosseguimento ao meu empenho de desenvolver, como pesquisador, estudos sobre uma das formas por meio das quais a Educação e a Segurança Pública têm interagido no Brasil, especialmente no que diz respeito à qualificação dos profissionais de segurança pública, na modalidade EAD, nas últimas décadas.

No intuito de conhecer e de nos apropriarmos dos elementos que nos permitiram melhor conhecer, delimitar e problematizar o objeto de nossa pesquisa realizamos uma revisão de trabalhos acadêmicos ou uma busca dirigida em diversos bancos de teses e dissertações, através de pesquisa com palavras-chaves ou termos mais relevantes, com vistas a conhecer em qual medida esses temas estão sendo pesquisados ou discutidos em trabalhos acadêmicos, nos últimos cinco anos.

As buscas foram concentradas no Banco de Teses e Dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Banco de Teses da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), três dos maiores repositórios, que concentram grande parte dos trabalhos acadêmicos no Brasil. Empregamos, no procedimento de pesquisa, diversas palavras-chaves que nos possibilitassem localizar e selecionar trabalhos que versam sobre a formação profissional no campo da segurança pública, assim como identificar eventuais trabalhos acadêmicos sobre o uso da modalidade de educação à distância nessa formação.

Nas buscas realizadas nos bancos de teses e dissertações elencados acima, podemos constatar que a maior incidência de trabalhos ocorreu no termo “EAD”, identificando-se cerca de 1.200 (um mil e duzentas) citações em títulos de teses e dissertações no Banco de Teses da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e cerca de 430 (quatrocentos e trinta) no Banco da CAPES.

Em uma análise prévia, identificamos que grande parte desses trabalhos versava sobre a avaliação de programas em EAD, além de outra parte abordar temas sobre a capacitação de docentes que se valiam dessa modalidade de ensino. No que tange à conexão entre EAD e a

formação profissional no campo da segurança pública, foi localizada somente uma dissertação que discorre sobre a evasão na modalidade de ensino em EAD na formação de profissionais de segurança pública, a qual apresentaremos nos próximos parágrafos.

Os termos “Formação Profissional Continuada” e “Educação Profissional Continuada” aparecem em segundo lugar, destacando-se a forte presença de pesquisas que abordam a formação docente e também os programas de ensino técnico. No que diz respeito à vinculação da EAD à formação profissional no campo da segurança pública, não foram encontradas obras que considerassem este tema.

As buscas relacionadas mais diretamente à formação profissional no campo da segurança pública, especialmente por meio da palavra-chave SENASP, sigla da Secretaria Nacional de Segurança Pública, permitiram a localização de 06 (seis) dissertações que possuíam essa palavra em seu título, no portal da CAPES, e 10 (dez) dissertações, na BDTD. Dentre esses trabalhos, apenas uma dissertação abordava diretamente a EAD relacionada à SENASP, em seu título. Trata-se da dissertação da pesquisadora Lourdes Losane Rocha de Sousa, defendida em 2012, na Universidade Federal do Ceará (UFC), que trata sobre “Representações sociais de policiais militares, sobre educação à distância no âmbito da Rede EAD/SENASP”.

Nessa dissertação, a autora discorre sobre a teoria das representações sociais, área do conhecimento assentada no eixo das Ciências Humanas, buscando compreender como os aspectos psicológicos e sociais se perpassam, se entrelaçam e se atravessam, criando com isso uma teia de conhecimentos coletivos, permeada pelos conhecimentos obtidos pelos alunos, junto aos cursos ofertados na Rede EAD da SENASP.

O objeto de estudo selecionado pela pesquisadora foi a formação profissional de Policiais Militares do Estado do Piauí, especialmente no Programa de EAD da SENASP, e seus desdobramentos no cotidiano daquela Instituição Policial. Apesar das distinções de atribuições legais e organizacionais entre Polícia Militar e Polícia Civil, cremos que, em virtude do Programa em EAD, ofertado pela SENASP a todos os profissionais que labutam na área de segurança pública, os conhecimentos apresentados na referida dissertação foram de extrema valia para as discussões a que nos propusemos neste trabalho acadêmico.

Outra dissertação que nos captou a atenção foi a do pesquisador Valter Joaquim dos Santos, intitulada “Evasão no Ensino a Distância: Formação Continuada dos Agentes de Segurança Pública” e apresentada na Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC), em Asunción, Paraguai, no ano 2007.

Essa dissertação tem como principal contribuição para este trabalho acadêmico o fato de versar sobre o terceiro maior município do Estado de Mato Grosso, Rondonópolis, tendo como objeto de pesquisa o mesmo programa de educação a distância da SENASP, buscando as causas e motivos que levavam à evasão de alunos matriculados nos cursos da Rede EAD da SENASP e suas implicações.

Como desdobramento da Revisão de Literatura, investigamos também as palavras-chave, nos principais periódicos acadêmicos, pesquisa que foi sintetizada no quadro a seguir:

**Quadro 1 - Revisão de Literatura nos Principais Periódicos Científicos**

<b>Objeto Pesquisado (Palavras-chave)</b>	<b>SCIELO</b>	<b>Periódicos CAPES</b>	<b>Google Acadêmico</b>
Formação Profissional Continuada	12	610	370
Educação Profissional Continuada	106	637	194
Educação a Distância	347	211	17.900
EAD	113	426	30.600
SENASP	0	6	1.440
Rede EAD da SENASP	0	0	02
Formação de Policiais	0	60	158

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de levantamento nas fontes acima apresentadas, 2016.

A referida busca, nos bancos de periódicos da rede SCIELO, no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico ocorreu no mês de maio de 2016, utilizando-se as palavras-chave previamente selecionadas e elencadas na revisão bibliográfica, que sintetizam os principais pontos abordados nesta dissertação.

O resultado das buscas seguiu o mesmo padrão encontrado nas Teses e Dissertações, ao pesquisarmos os termos “Educação Profissional Continuada” e “Educação Profissional Continuada”. A maioria expressiva versava sobre a formação e educação continuada de docentes ou profissionais nas áreas de educação e saúde. Quanto ao tema “Educação a Distância”, os trabalhos pesquisados tinham uma grande diversidade de tópicos ligados à EAD, partindo desde a avaliação de plataformas de aprendizagem, abordando até mesmo programas de graduação, pós-graduação, cursos de rápida duração ou ainda programas de capacitação profissional.

No que tange ao tema SENASP, foram encontrados seis trabalhos científicos; quanto ao termo “Formação de Policiais”, foram encontrados sessenta trabalhos, ambos no portal de periódicos da CAPES. Dos trabalhos encontrados, o artigo que apresentou maior ponto de aproximação com esta investigação foi o da pesquisadora Paula Poncioni, com o título:

“Governança democrática da segurança pública: o caso da educação policial no Brasil”. O referido artigo serviu de subsídio a esta dissertação.

Os levantamentos e leituras realizados nos permitiram perceber que o tema da relação entre EAD e formação ou educação profissional no campo da segurança pública tem sido pouco abordado em trabalhos acadêmicos, e que, mesmo nos trabalhos sobre segurança pública a questão da formação, não é suficientemente destacada. Todavia, cremos que a formação dos profissionais da área de segurança pública seja um elemento crítico na sociedade contemporânea, pois nela se expressa e repercute diretamente, haja vista que tais profissionais operam ou atuam em um dos pontos mais sensíveis do Estado moderno, que é o de persecução penal, privação de liberdade, enfim, o poder de coerção.

Considerando esse quadro e o fato de não termos encontrado no curso desta pesquisa nenhum trabalho acadêmico que aborde o tema referindo-o ao Estado do Mato Grosso em sua totalidade – somente um estudo de evasão dos cursos em um município, realizado no ano de 2007 –, entendemos ser pertinente organizar a dissertação de modo a conhecer melhor os elementos específicos da relação acima apontada, ou seja: EAD, formação ou educação profissional e segurança pública, e avançar na compreensão sobre as formas concretas como esses elementos se relacionam no transcorrer da prática da qualificação profissional continuada no âmbito da segurança pública do Estado de Mato Grosso, no contexto de criação e expansão da Rede EAD da SENASP, tendo como pano de fundo o contexto político e social do Brasil.

Entendemos que a discussão do tema desta dissertação requer a compreensão dos processos contraditórios por meio dos quais o Estado se forma, historicamente, em cada sociedade. Como alerta Antonio Gramsci (1999), as formas históricas do Estado moderno e de suas ações resultam de relações entre forças sociais e políticas e disputas de projetos que precisamos conhecer. Conforme o autor,

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 1999, p.42).

Quando nos detemos na citação acima, podemos entender, de forma mais clara e concreta, a dinâmica de funcionamento do Estado moderno, já que Gramsci sintetiza como o grupo dominante e os grupos subordinados, segundo diferentes configurações de suas relações de forças, disputam constantemente, buscando supremacia e posterior equilíbrio em um ambiente de constante instabilidade, estando essa disputa balizada pelo arcabouço jurídico que rege o Estado.

A escolha dessa citação não foi mero acaso. Apesar de essas forças já terem sido identificadas e estudadas há vários séculos, deve-se observar que, no Século XX, no Brasil e também em diversos outros países e nações espalhadas pelo mundo, o embate entre as forças que disputavam, por meio de diferentes projetos políticos, econômicos e sociais, a ampliação e o desenvolvimento dos Estados-Nações, ganhou proporções nunca vistas anteriormente.

Nesse contexto, pode-se destacar as denominadas duas “grandes guerras” ou “guerras mundiais”, eventos que mudaram as estruturas governamentais e as relações de forças entre os países, modificando o cenário político e socioeconômico internacional. Cabe lembrar, porém, que esses eventos envolvem disputas travadas tanto internamente (dentro das estruturas de poder de um país), quanto nas relações com outras nações, vinculando-se a polarizações de larga escala que extrapolam a duração específica das duas guerras, como no caso da denominada “Guerra Fria”, disputa pela hegemonia política entre duas potências mundiais – os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Soviéticas – que influenciou na formação, no desenvolvimento e no alinhamento dos Estados nacionais em escala planetária ao longo de quase todo o Século XX.

Como já mencionamos, nesse mesmo período também foram desvelados de forma cristalina os embates de forças que disputavam projetos distintos no cenário político, econômico e social no Brasil, causando muita turbulência e diversas transições de regimes de poder e de ideologias políticas.

Assim, considerando que a compreensão desse quadro histórico amplo é fundamental para a análise do presente, procuraremos entender, neste trabalho, como as alterações nos cenários internacional e nacional interferiram na formação e no ambiente de uma instituição que compõe a estrutura de segurança pública no Estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, no Brasil.

É a partir desse quadro histórico que procuraremos analisar como a implantação de uma política pública de formação e/ou educação profissional, concebida pós o período de redemocratização do Estado brasileiro, interferiu em uma organização policial de um dos seus Estados Federados, considerando tanto a criação e o ordenamento jurídico da Secretaria

Nacional de Segurança Pública (SENASP) e da Rede de Educação a Distância da SENASP (Rede EAD da SENASP), quanto sua implantação e os resultados obtidos no contexto de concepção, organização e aplicabilidade dessa política pública junto à Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (PJC/MT ou PC).

A PJC/MT é uma instituição que compõe o Sistema de Segurança Pública brasileiro e que tem, como prerrogativa básica, investigar ilícitos penais, mediante a coleta de material probatório e a identificação de autoria, subsidiando o Poder Judiciário, na persecução penal.

Para que se compreenda as especificidades de sua posição e funções, discorreremos de forma breve sobre como se estrutura o Sistema de Segurança Pública no Brasil. As Forças Militares (Aeronáutica, Exército e Marinha) são responsáveis pela defesa da soberania nacional (especialmente as fronteiras) e pela manutenção dos poderes constituídos, auxiliando na manutenção da lei e da ordem no território nacional.

Na sequência, tem-se as Polícias Militares (PM), vinculadas aos governos estaduais, que são responsáveis também pela manutenção da ordem e da lei. Como a PM é responsável pelo policiamento preventivo, ostensivo e patrulhamentos (polícia fardada), é a instituição mais evidente do poder coercitivo do Estado, sendo responsável pela prevenção de crimes e atividades ilícitas.

Em nível federal, as forças policiais que mais se aproximam dos atributos organizacionais da PM são a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Ferroviária Federal (PFF), instituições cujos servidores também atuam fardados, e que têm por preceito legal patrulhar e atuar nas rodovias e ferrovias no país, buscando a prevenção de crimes e atividades ilícitas.

As outras duas instituições, Polícia Federal (PF) e Polícia Civil (PC), ou o que no caso específico do Estado de Mato Grosso foi denominada de Polícia Judiciária Civil (PJC), possuem atribuições muito semelhantes: apurar ilícitos penais, no intuito de instruir o inquérito policial ou outros procedimentos cartorários cabíveis, com a coleta de material probatório e a identificação de autoria. Elas têm como diferença básica, porém, a delimitação geográfica de atuação, sendo a circunscrição da PF todo o território nacional (especialmente em crimes perpetrados nas fronteiras, como tráfico internacional de drogas, tráfico de pessoas, biopirataria etc.).

A Polícia Civil também é um órgão da Administração Pública Estadual, contudo tem maior proximidade funcional com o Poder Judiciário, pois é o organismo do Estado que busca apurar os crimes e ilícitos penais. Neste ponto, vale ressaltar a variada gama de conhecimento requerido destes profissionais, haja visto que os atos ilícitos e criminais

ocorrem em todos os ambientes e esferas do convívio social (podendo variar desde uma mera calúnia ou difamação a até mesmo crimes como: homicídios, latrocínios, crimes ambientais, tráfico de drogas, violência sexual, crimes cibernéticos, dentre outros), demandando um ciclo constante de aquisição de conhecimento e aperfeiçoamento por parte dos servidores. Os policiais tanto da PF quanto das PCs, via de regra, não utilizam fardamento; no cotidiano andam à paisana, somente valendo-se do expediente de uniforme em deflagração de operações, momento em que realizam buscas e apreensões.

Por fim, a estrutura da Segurança Pública ainda conta com o Corpo de Bombeiros Militar, instituição da Administração Pública Estadual, com o objetivo institucional de combate a incêndios, buscas, resgates e apoio à defesa civil.

Trata-se, como se vê, de um campo profissional complexo, por sua extensão, diferenciação funcional e distribuição territorial. Por isto, pensar a formação desses profissionais de modo a favorecer sua maior proximidade e complementariedade requer pensar em estratégias formativas que ajudem a enfrentar as condições de distância geográfica e institucional. É nesse sentido que a educação a distância vem sendo discutida e acionada como um recurso particularmente estratégico.

Ao pensarmos na modalidade de ensino de “educação a distância” (EAD), pode-se imaginar que esta teve sua origem atrelada ao surgimento dos computadores ou à popularização deles, desde as décadas de 1960 e 1970, nos Estados Unidos da América (EUA), e desde a década de 1990, no Brasil.

A partir desses períodos, de fato, tal modalidade de ensino e aprendizagem tem tido um peso crescente nas mais variadas esferas de discussões e embates sobre a educação contemporânea.

Todavia, a questão do ensino não presencial, ou o que aqui entendemos e trataremos como “Educação a distância”, vai muito além dos computadores ou da própria rede mundial de computadores, a denominada “Internet”.

Como alerta Mello (2009),

Comumente se entende por “educação a distância” todo tipo de transmissão/construção de conhecimento que não é feita presencialmente, ou seja, com o educando e o educador compartilhando dos mesmos espaços físico e temporal. Dessa forma, associa-se a EaD diretamente aos meios de comunicação, ou, ainda, para que aconteça, é requerida a intervenção de alguma tecnologia (MELLO, 2009, p.27).

Discorrendo sobre o tema, a autora cita até mesmo as cartas das Epístolas de São Paulo, relatadas no Novo Testamento da Bíblia Sagrada, como exemplo da referida

modalidade de ensino, em virtude do caráter pedagógico e formativo contido nelas. Ela ainda cita a invenção da imprensa por Gutenberg no Século XV, o que propiciou a impressão de livros, promovendo a popularização da literatura e a consequente ampliação da oferta da educação. Contudo, vamos nos ater a citar somente algumas experiências que foram emblemáticas para o tema desta dissertação, para que não nos desviemos do foco deste trabalho científico.

Nos escritos de Mello (2009), as primeiras experiências na modalidade de ensino não presencial ocorreram em Boston, Estados Unidos da América, em 1728, mediante anúncio publicado na Gazeta de Boston, ofertando um curso por correspondência. A autora ainda cita que o primeiro relato no Brasil de tal modalidade de ensino foi no ano de 1904, em anúncio no Jornal do Brasil, ofertando um curso de datilógrafo, por correspondência. Para não nos delongarmos muito nesse ponto, preparamos uma planilha com as principais experiências encontradas em nossas buscas, tanto no Brasil, quanto no mundo, que podem ser vislumbradas nos apêndices I e II desta dissertação. Em virtude desses fatos, podemos perceber que a educação a distância teve sua origem e sua disseminação muito antes que computadores ou redes computacionais fossem concebidos ou popularizados. Logo, entendemos que os termos são equivalentes, dispensando uma maior ênfase ao EAD, pós-massificação da tecnologia computacional.

O uso da modalidade de educação a distância para formação profissional no ambiente militar também foi citado pela autora, como vemos a seguir:

A necessidade de capacitação rápida de recrutas norte-americanos durante a II Guerra Mundial deu origem a novos métodos de ensino (entre eles se destacando as experiências de Keller (1943) para o ensino da recepção do Código Morse), que logo foram utilizados, em tempos de paz, para a integração social dos atingidos pela guerra e para o desenvolvimento de capacidades laborais nas populações que migravam em grande quantidade do campo para as cidades da Europa em reconstrução (MELLO, 2009, p.28).

Para que possamos entender um pouco mais sobre a dinâmica de expansão da educação a distância, especialmente no contexto nacional, recorreremos novamente a Gramsci, principalmente, devido a seu alerta acerca da importância de considerarmos as relações e influências internacionais na análise dos quadros nacionais. Segundo o autor, na análise das situações,

Deve-se levar em conta que estas relações internas de um Estado-nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida em um país desenvolvido,

difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações (GRAMSCI, 1999, p.42).

No transcorrer de nossas leituras, percebemos que as formas de aplicação da educação a distância em países de capitalismo avançado influenciaram de diversos modos sua utilização inclusive no contexto latino-americano. Entre outros aspectos, a expansão da educação a distância em países de economia central esteve historicamente vinculada à expansão da produção de tecnologias comunicacionais. Interessava a esses países ampliar os mercados consumidores dessas tecnologias e o envolvimento dos países latino-americanos em projetos de EAD favorecia essa ampliação.

Podemos perceber isso de forma mais nítida nas palavras de Preti (2005):

Considerando a necessidade de (re)qualificar rapidamente um contingente enorme de trabalhadores diante das novas opções tecnológicas da empresa capitalista, a modalidade a distância apresentava-se, naquela década como mais econômica e mais rápida (PRETI, 2005, p.30).

Assim, o governo dos Estados Unidos da América (EUA), além de outras potências políticas e econômicas mundiais, como: Inglaterra, Alemanha e Espanha; utilizaram a educação a distância no período da II Guerra Mundial no intuito de formar mão de obra técnica para uso imediato. No Brasil, durante o período ditatorial militar, vários programas de EAD foram desenvolvidos em perspectiva similar, implicando, muitas vezes, a aquisição de tecnologia importada e, mesmo, a contratação de consultorias e assessorias técnicas para sua realização, favorecendo os EUA.

No período pós-redemocratização, a utilização desse recurso em processos de educação e formação profissional apresenta novas características. O caso da SENASP, com a criação da Rede EAD da SENASP, parece-nos um relevante exemplo que reflete tal realidade. De acordo com a obra de Preti (2005), nesse período, o Governo brasileiro cria as condições, inclusive legais para a gestação e expansão de programas e mecanismos que se utilizavam dessa modalidade de ensino:

Em 1992, foi criada a Coordenadoria Nacional de Educação a Distância na estrutura do MEC e, a partir de 1995, a Secretaria de Educação a Distância (Seed). Com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), houve um incentivo a criação de sistemas cuja base seja o ensino individualizado, como a EaD (Art.80) (PRETI, 2005, p.32).

Por isso, a finalidade desta dissertação é discutir de forma mais profunda quais as implicações e os desdobramentos dessa política pública, tanto institucionalmente, quanto ao que diz respeito a sua atuação, seus efeitos e reflexos na sociedade em geral.

Ainda tratando da educação a distância, suas origens e seu contexto contemporâneo, Preti (2005) discorre sobre a relevância da EAD no cenário presente assinalando que,

No campo da educação, as teorias que predominam hoje insistem sobre a ‘variabilidade do aprender’, acentuando a aprendizagem como processo fortemente individual e que varia no próprio indivíduo, de acordo com as situações e os tempos (Holtzer, 1998, p.222). No campo da Educação a Distância (EaD), acentua-se a capacidade de o aluno, adulto e trabalhador, ser autônomo no processo de aprender e estudar (PRETI, 2005, p.110).

Podemos inferir nessa citação que o tema EaD tem diversos campos de disputas e nuances que devem ser analisados. A EaD é veementemente defendida por alguns como uma grande alternativa para solucionar grande parte das carências da educação brasileira, inclusive no que tange à educação e à formação de adultos e trabalhadores. Nessa perspectiva, são comumente destacados os objetivos, interesses e necessidades de cada aluno, nos caminhos formativos inerentes a cada indivíduo.

No entanto, em outras perspectivas, dá-se destaque ao fato de que a EaD pode ser empregada como uma forma de barateamento da educação, de desvalorização dos profissionais de educação, de massificação da educação sem qualidade, ou somente uma formação mecanicista, formando meramente mão de obra para atender às demandas de uma sociedade capitalista, ou dos que a governam e controlam.

Em contraponto à primeira vertente, e em apoio à segunda linha de pensamento mencionada, Barreto (2010) alerta para o fato de que o uso do EAD, por intermédio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC ou TICs), deve buscar ponderar o papel dessa modalidade de ensino, bem como sua aplicabilidade, considerando suas utilidades, mas também seus usos indevidos. Segundo a autora,

Assumindo que as TIC podem contribuir significativamente para os processos educacionais, sem fetichização, é necessário questionar as razões pelas quais elas têm tido como destinação prioritária a EaD que, por sua vez, posta como “modalidade de ensino”, suscita questões relativas à sua configuração e objetivação, envolvendo os modos pelos quais ela tem sido pensada (BARRETO, 2010, p.1301).

No desígnio de aprofundar os conhecimentos e o debate acadêmico, não direcionaremos nossas discussões para saber se o referido programa é bom ou ruim, se funciona ou não funciona, se é menos custoso ou mais oneroso para a Administração Pública. Com base em referências teórico-metodológicas vinculadas ao materialismo histórico-dialético, buscaremos centrar os esforços em compreender o contexto político, social e organizacional no qual o programa foi concebido, bem como os processos por meio dos quais

se dão seus desdobramentos e sua situação atual de concretude; buscando apreender como o objeto desta pesquisa interage com o universo no qual está inserido, transformando e sendo transformado por ele.

Desta maneira, teremos como principais referenciais teóricos os escritos de Antonio Gramsci, intelectual italiano, que, referenciado e ancorado nas teorias desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels, teve uma produção científica intensa, mesmo enclausurado e condenado por crime político, devido às suas convicções e posicionamento político, enquanto parlamentar da corrente comunista, nas primeiras décadas do Século XX, pelo regime fascista italiano. Sua prisão contribuiu de forma decisiva para o agravamento de enfermidades, e sua saúde debilitada acabou levando-o a óbito.

A produção deste autor cooperou tanto para a análise da realidade italiana, quanto, de modo geral, para o entendimento das mudanças no Estado Moderno que teriam curso ao longo de todo o século XX, evidenciando-se em diferentes países e períodos.

Centralizamos os esforços em conhecer melhor os conceitos de escola unitária, luta de classes, educação omnilateral ou educação multilateral e a educação integral, além de consideramos sobretudo, a qual projeto de sociedade o referido programa se alinha ou a que interesses atende. Esses conceitos se constituem como fundamentos centrais desta pesquisa.

Para avançar na compreensão desses conceitos, a partir de autores como Rodrigues (2009), cotejamos os escritos de Marx e Engels sobre luta de classes, escola omnilateral ou educação (multilateral ou integral), com a discussão ampliada pelo conceito de escola unitária de Gramsci (1982), buscando entender as diferenças, relações e contradições entre formação profissional e educação profissional.

Com essa finalidade, partimos de uma breve discussão dos conceitos de política e políticas públicas, considerando desde seu desenvolvimento pelos filósofos gregos Aristóteles e Platão, citados por Bobbio (1988) e Chauí (2007) respectivamente. Também atentamos para a discussão conceitual de Estado moderno e poder considerando as formulações de Rousseau (1997) e Maquiavel, tal como abordadas por Gramsci (1999).

Na sequência, de nossas pesquisas, buscamos o conceito de poder de polícia e poder coercitivo do Estado, respaldando os estudos nos escritos de Gramsci (1982, 2000) e Foucault (1978), ciente de que esse último autor, mesmo não integrando a mesma corrente filosófica a qual esta dissertação se alinha, sistematizou de forma ímpar os conceitos de poder de vigilância e controle, além do conceito de polícia, elementos muito preciosos para este trabalho.

Para que se possa conceber como esses elementos se constituíram e se desenvolveram no cenário nacional, utilizamos os estudos de Florestan Fernandes (1973), Francisco de Oliveira (2013), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, 2010 e 2012) e Ferreti (2010), dentre outros autores que nos ajudam a compreender as particularidades deste tema no contexto brasileiro.

Por fim, como último elemento de discussão, abordamos o ensino não presencial, especialmente na modalidade educação a distância, considerando suas possibilidades e limitações quanto à formação profissional continuada ou educação profissional continuada. A esse respeito, empregamos pesquisa bibliográfica e documental, estribado nos estudos de Mello (2009) e Preti (2005), e buscando dialogar com Barreto (2010) e outros autores que versam sobre este tema.

Em todo esse percurso, utilizamos a revisão de bibliografia e mesmo a pesquisa bibliográfica como procedimentos metodológicos fundamentais. Há, porém, elementos essenciais para entendermos as questões vinculadas à pesquisa que requereram tanto a revisão e pesquisa bibliográfica, quanto, especialmente, a pesquisa documental e o aporte a outros instrumentos. Esse é o caso da discussão sobre criação, implantação e desenvolvimento do Programa de Educação a Distância, da Rede EAD da SENASP, a qual nos obrigou a considerar fontes diversas, inclusive os documentos de avaliação entre o primeiro quinquênio e decênio do programa ao nível do Estado de Mato Grosso. A esse respeito, utilizamos inclusive dos dados estatísticos da referida Secretaria, os quais compõem a parte quantitativa desta pesquisa.

Além da pesquisa documental, também empregamos a pesquisa de campo com a técnica de coleta de dados mediante aplicação de questionário de pesquisa a cinco (5) servidores da PJC/MT e realização de entrevista semiestruturada com outros atores envolvidos no programa estudado, em especial gestores que conhecem o programa e dirigem equipe de servidores que realizam os cursos da rede.

Os questionários de pesquisa foram encaminhados por meio de correio eletrônico, no e-mail institucional de servidores das três principais carreiras que compõem o quadro de servidores da PJC/MT, sendo selecionados os dois primeiros questionários que foram devolvidos preenchidos por profissionais de cada carreira (delegado, escrivão e investigador). Foram devolvidos cinco questionários sendo um por delegado, outro por escrivão e outros três por investigadores.

Mediante essa decisão metodológica, temos a plena consciência de que as informações recebidas e analisadas podem não refletir a totalidade ou uma amostra probabilística de toda a

Instituição sobre os temas abordados nesta pesquisa. Todavia, o que buscamos, neste momento, são as percepções dos referidos servidores quanto ao programa pesquisado nesta dissertação. Nesse sentido, é necessário também esclarecer que a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários trouxeram inúmeras questões e informações que não foram apresentadas e analisadas por excederem nossas possibilidades de tratá-las com propriedade nos limites desta dissertação. Limitamo-nos, nesse caso, a incorporar as respostas e partes dos relatos que nos possibilitavam avançar nas questões definidas como centrais no curso deste trabalho.

Como parâmetro de seleção dos servidores aos quais seriam encaminhados os questionários, optamos por servidores que se encontram nos quadros da PJC/MT no intervalo de 6 a 10 anos (que compõem a Classe “C”, nas referidas carreiras), pois, em dados preliminares recebidos da própria SENASP, vislumbramos que esse grupo de servidores possui uma média de cursos muito acima dos demais servidores da Instituição.

Quanto às entrevistas semiestruturadas, cabe esclarecer que foram realizadas diretamente pelo pesquisador com os três gestores tanto da PJC/MT, quanto da Secretaria de Segurança Pública.

A partir desses procedimentos de pesquisa, elaboramos um plano de redação da dissertação que traz, no seu primeiro capítulo, uma discussão dos termos Estado, Educação e Segurança Pública, partindo desde o surgimento desses conceitos até seu uso e aplicabilidade no contexto nacional contemporâneo. Para tanto, reportamo-nos a citações dos filósofos Platão e Aristóteles, as quais apresentam formulações sobre as estruturas sociais e formas de governo, política e Estado.

Na obra de Rousseau (1997), reportamo-nos aos conhecimentos sobre o Contrato Social e o Estado moderno. Na mesma linha, valemo-nos dos estudos de Foucault (2008) para entendermos o poder coercitivo e o poder de polícia no Estado moderno. Como ápice de nossa busca, chegamos aos escritos de Marx e Engel (1986) sobre sociedade, luta de classes e educação multilateral (integral ou omnilateral), e, posteriormente, a Gramsci (1982, 1999), quanto aos conceitos de Educação e Escola Unitária.

Para discutirmos as políticas de formação e educação profissional no Brasil, ancoramo-nos nas obras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, 2010 e 2012), Coutinho (1994) e Ferreti (2010), dentre outros. Quanto ao tema de educação profissional e educação a distância no Brasil, realizamos um estudo documental relativo à cronologia recente das legislações que versam sobre o tema, buscando analisá-las à luz de autores como Campello (2009), Mello (2009) e Preti (2005), e dialogando com Barreto (2010) e outros autores. Nesse

capítulo, a pesquisa bibliográfica e documental é explicitada com detalhes, compondo os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

No segundo capítulo, buscamos apresentar de forma aprofundada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Rede EAD da SENASP e seus desdobramentos práticos, especialmente no Estado de Mato Grosso. Como metodologia, utilizamos especialmente a pesquisa documental, investigando desde o arcabouço jurídico que criou e regulamenta a SENASP e a Rede EAD, até mesmo documentos produzidos pela própria SENASP, como relatórios, estatísticas, gráficos e manuais, dentre outros.

Para o terceiro capítulo, reservamos a discussão sobre a formação ou educação profissional continuada da SENASP, no âmbito da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (PJC-MT). Os instrumentos metodológicos escolhidos para esta etapa da pesquisa são a pesquisa documental e a pesquisa de campo, com a técnica de coleta de informações mediante questionário de pesquisa com perguntas abertas e fechadas, aplicado junto a alunos da Rede EAD da SENASP. Nesse grupo, selecionamos servidores de duas ou mais unidades da PJC-MT, do interior do estado, distantes a mais de 400 km da Capital, ou servidores que já estiveram lotados no interior do Estado, pois nos interessava saber a condição de oferta de qualificação, especialmente em cidades distantes da capital do Estado.

Também realizamos entrevistas semiestruturadas com os Gestores da PJC, sendo o Delegado Geral Adjunto e o Diretor da Academia da PJC-MT, para conhecermos qual a opinião deles sobre a Rede EAD e da SENASP. Após as entrevistas e questionários, realizamos a síntese e análise dos dados coletados, cotejando-os com os dados colhidos junto à própria SENASP ou outras fontes de pesquisa.

Na sequência, elaboramos nossas considerações sobre o tema pesquisado, procurando confrontar as impressões dos participantes do Programa com o contexto histórico e das políticas públicas nas quais foi elaborado e desenvolvido. Apresentamos também uma síntese dos principais resultados obtidos com esta pesquisa acadêmica, indicando as limitações que encontramos no decorrer de sua realização, bem como os novos pontos de interesse ou trilhas para novas pesquisas sobre o tema.

## 1 ESTADO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

### 1.1 NOTAS INICIAIS SOBRE A POLÍTICA E O ESTADO

Quando nos dispomos a estudar as “políticas públicas”, encontramos no trabalho de Bobbio (1998) indicações etimológicas e históricas que nos ajudam a melhor compreender seus significados na atualidade. Conforme o autor

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo (BOBBIO, 1998, p.954).

Em seu dicionário de verbetes, o autor ainda continua a discorrer sobre o termo política, principalmente, no seu significado clássico e moderno, afirmando que, no transcorrer do tempo, o termo foi utilizado em outros contextos, sendo transferido das coisas classificadas como política para adjetivo, criando-se, desta maneira, diversos “tipos” de política, chegando-se à era moderna quando foi substituída por expressões como: “ciência do Estado”, “filosofia política”. Contudo, o autor afirma que o termo está sempre associado às atividades humanas, especialmente relacionadas ao poder.

Reportando-se aos filósofos gregos Platão e Aristóteles, Marilena Chauí observa que, no pensamento clássico,

[...] a política é definida como uma forma superior de vida – a vida justa, segundo Platão; a vida boa e bela, segundo Aristóteles. Para ambos, a política se define pela justiça, ainda que cada um deles tome o justo de maneira diferente. Para Platão, uma política é verdadeira ou justa quando nela o sábio governa, o corajoso a protege e o concupiscente produz meios materiais de conservação da comunidade (CHAUÍ, 2007, p.29).

No entanto, a prática concreta da política, ao longo da história, como destacou a filósofa alemã Hannah Arendt, mostra que “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”(Arendt,1999, p.07).

Se for feito um breve resumo ou síntese sobre o que esses três autores discorrem, pode-se entender que a política está relacionada às interações entre os seres humanos,

desenvolvendo-se na medida em que os indivíduos começam a conviver em sociedade, seja na pólis grega ou nas cidades, estados, países ou até mesmo na denominada aldeia global, como citam alguns autores sobre o mundo contemporâneo.

Contudo, existem ainda outros aspectos que devem ser ponderados, citados, mesmo que de forma implícita, nas definições dos autores: que na política existem relações de dominação e submissão, de ajuda mútua e particularmente de poder. Essa última característica nos leva a algumas indagações: como e, principalmente, por que o ser humano, aceita se submeter às várias formas de exercício de poderes ou a um governo?

Para que se possa entender um pouco mais sobre a questão de poder, recorremos à obra de Rousseau (1997), quando ele afirma: “Pelo Pacto social demos existência e vida ao corpo político”(Rousseau,1997, p.13). Discorrendo sobre o que entende ser o Contrato Social, o autor afirma:

Em uma palavra, é preciso que [o Contrato Social] destitua o homem de suas próprias forças para lhe dar outras que lhe sejam estranhas e das quais não possa fazer uso sem socorro alheio. Na medida em que tais forças naturais estiverem mortas e aniquiladas, mais as adquiridas serão grandes e duradouras, e mais sólidas e perfeita a instituição, de modo que, se cada cidadão nada for, nada poderá senão graças a todos os outros, e se a força adquirida pelo todo for igual ou superior à soma das forças naturais de todos os indivíduos, poderemos então dizer que a legislação está no mais alto grau de perfeição que possa atingir (ROUSSEAU, 1997, p.110).

A força a qual Rousseau se refere pode ser relacionada ao que se conhece mais correntemente como poder, e esse poder não têm como ser igualitário a todos os pactuantes do Contrato Social, por meio do qual se delega a determinadas pessoas e grupos maior poder de decisões tomadas em nome de todos os que participam do Pacto Social.

Essa assimetria de segmentos sociais em relação ao exercício do poder foi posteriormente identificada por Marx como pertinente à divisão da sociedade em classes sociais que, especialmente, na sociedade capitalista, de forma mais abrupta, estão em constante embate, defendendo da qual seus interesses.

Como já citado anteriormente, para Platão, a arte de governar deveria ser atribuída aos sábios, aos corajosos caberia à proteção (o que entendemos como uma das principais prerrogativas do Estado, o poder de coerção, atributo em que o Estado tem direito de legislar sobre a vida dos indivíduos, sendo denominado de poder de polícia), e ao concupiscente, as atividades para manutenção da comunidade.

Porém, no curso da história, as discussões e lutas relacionadas ao exercício do poder levaram a diferentes formas de problematização dos critérios por meio dos quais seriam definidas as diferentes posições e práticas constitutivas da participação na política,

destacando-se, nesse caso, todo o debate e as lutas históricas em torno da democracia. Lembrando que termos como “aristocracia”, “democracia” e “política” foram legados por autores gregos, Bobbio (1998) alerta para a necessidade de não tratarmos como coincidentes os significados atribuídos ao termo democracia no contexto da antiguidade clássica e no contexto contemporâneo. Na teoria clássica, “a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos” (BOBBIO, 1998, p.328).

Nota-se, com isso, que, nesse contexto, já estavam presentes importantes pressupostos das democracias modernas, como a participação de cidadãos nos processos de discussão e decisão, incluindo a própria escolha dos governantes. Tal participação, no entanto, não constituía um direito de todo e qualquer cidadão, mas apenas daqueles cuja condição econômica (proprietários) e de gênero (homens), dentre outras, eram convencionalmente reconhecidos como cidadãos.

Ao longo do processo de constituição do Estado moderno, a democracia foi, cada vez mais, sendo entendida como “um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (BOBBIO, 1998, p. 326).

Essa compreensão, mesmo em perspectivas distintas como o liberalismo e o socialismo, foi sendo também progressivamente correlacionada à ideia de políticas públicas, já que o caráter público de uma política implicaria, ao menos em tese, um alcance populacional e formas de publicização das informações e da formulação de políticas que requerem uma sociedade regida por certos princípios de igualdade e de participação política de seus membros.

Diante disto, podemos inferir que, em uma sociedade, seja ela regida pelo poder monárquico, seja por princípios republicanos, existem relações de poder, exercidas com destaque por parte dos governantes, mediante a concessão ou consentimento dessa condição de exercício por parte dos governados ou o do povo. Todavia, como veremos a seguir, outros elementos são dispostos nesse cenário, sendo que o ideário difundido é que esse poder seria usado em favor da sociedade, como um todo, quando, na verdade, as relações de poder, por implicarem a tentativa de afirmação de perspectivas, projetos e interesses de determinados grupos sobre outros, compreendem formas diversas de dominação, inclusive aquelas que se

dão contrariamente a interesses ou direitos legítimos de variados grupos ou, mesmo, da maioria da sociedade.

Diante de qualquer dos contextos abordados até o momento, a utilização, aplicabilidade ou a efetivação do poder dos governantes concretiza-se mediante a atuação do aparelho coercitivo do Estado, que é a polícia, predominantemente entendida, nesses contextos, na forma designada por Platão, que denomina o corpo de sujeitos que a constitui de “Os Corajosos”, que defendem o Estado, sendo eles próprios parte do povo ao qual defendem.

O Estado brasileiro é uma república organizada na forma de uma democracia representativa, assentando-se sobre a base do Estado Democrático de Direito, conforme preconizado no Artigo 1º, de sua Carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, denominada de Constituição Cidadã por ter resultado de um processo participativo inédito na história do país e por apresentar definições de direitos em um patamar muito superior às Constituições anteriores. Nesse mesmo artigo, em seu parágrafo único, lemos: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

Por consequência, quando se trata de “políticas”, em especial “políticas públicas”, no Estado brasileiro, em tese, está se tratando do poder oriundo do povo e para o povo, ainda que, na prática, por vezes, a realidade possa ser bem distinta desse ideário republicano.

Como elemento de ligação entre política e o poder de polícia ou poder coercitivo, que é uma das prerrogativas básicas do aparelho de Estado, valemo-nos dos estudos de Gramsci (1999) sobre o Estado moderno. Discutindo questões relativas às formas de organização das relações e das práticas de poder no contexto do Estado moderno, e reportando-se aos temas destacados por Maquiavel, Gramsci lembra que, nas discussões sobre o Estado, é fundamental analisar as relações entre as forças sociais e políticas existentes, identificando os aspectos da vida coletiva e da organização estatal que são postos em disputa.

Nessa análise, é fundamental diferenciar os fatos da “pequena política” (as pequenas disputas dentro de uma ordem estabelecida) dos embates da “grande política”, que dizem respeito à “criação de novos Estados, conservação e defesa de estruturas orgânicas em seu conjunto; questões de ditadura e de hegemonia em ampla escala, isto é, em toda área estatal” (GRAMSCI, 1999. p.21-22).

Crendo que o objeto desta pesquisa se aproxima mais dos temas de grande política ou alta política, observamos que, na citação acima, Gramsci faz referência a dois conceitos que são muito caros, no conjunto de toda sua obra, para o debate sobre o Estado moderno: o próprio conceito de “Estado” e o conceito de “Hegemonia”.

Como destacado por Buci-Glucksmann (1980), para Gramsci:

O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados, ou, ainda, 'Estado= sociedade civil + sociedade política, isto é hegemonia encorajada de coerção' (GRAMSCI, 1930-1932, apud BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.129).

De acordo com a autora, para Gramsci, o “poder coercitivo” é um elemento fundante do “Estado”, sendo uma das principais ferramentas do grupo que está no poder para manter seu status e seu poderio. No entanto, especialmente nas sociedades modernas, a coerção não é uma função estatal suficiente para isso. Ao contrário, a supremacia de um determinado grupo depende também de que ele exerça hegemonia sobre os demais.

Gramsci entende a hegemonia como direção intelectual e moral. De acordo com Buci-Glucksmann, assim como ao poder coercitivo correspondem estruturas estatais próprias para o exercício das funções coercitivas – a polícia sendo uma das principais, mas não a única – também a hegemonia requer bases funcionais que, porém, podem ser constituídas por tipos muito variados de instituições presentes tanto na estrutura estatal, em sentido estrito, quanto em diversos âmbitos da sociedade civil.

O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos subsistemas: aparelho escolar (da escola a universidade), aparelho cultural (dos museus as bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: igreja e seus intelectuais) (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.70).

Na citação acima, Buci-Glucksmann explica como Gramsci se apropria do conceito de hegemonia, proposto por Lenin, desenvolvendo-o para tentar esclarecer como as classes dominantes utilizam diversas instituições e práticas para reforçar suas posições e manter o controle do Estado.

Essa percepção de Gramsci foi levada em conta por Althusser, em suas formulações sobre o que chamou de “aparelhos ideológicos de Estado”, como ferramenta para a imposição e o fortalecimento do poder do próprio Estado. Nas palavras de Althusser:

Gramsci, pelo que sabemos, é o único que chegou a avançar pelo mesmo caminho que nós. Ele teve a ideia singular de que o Estado não se reduzia ao aparelho repressivo de Estado, mas compreendia, como ele dizia, certo número de instituições

da sociedade civil: a Igreja, as escolas, os sindicatos... Gramsci, infelizmente, não sistematizou suas intuições, que ficaram no estado de anotações agudas, mas parciais (ALTHUSSER, 1970, p.42).

O conceito de “aparelhos privados de hegemonia”, elaborado por Gramsci, no entanto, difere do conceito de “aparelhos ideológicos do Estado”, formulado por Althusser. Enquanto nas formulações de Althusser há a difusão e mesmo imposição sistemática da perspectiva dominante por meio de aparelhos funcionalmente constituídos para esse fim, as discussões de Gramsci ressaltam o caráter processual e contraditório de constituição de todo um conjunto de instituições e práticas que não são circunscritos à sociedade política, em sentido estrito, ou às instituições estritamente estatais, mas que expandem as funções hegemônicas, ou seja, de direção intelectual e moral, do próprio Estado, fazendo com que as funções de coerção e a produção do consenso ou do consentimento se conjuguem de novas formas na própria composição das instituições estatais e civis.

Como podemos constatar essa última questão tem um papel fundamental para esta pesquisa, em face de apresentar dois grandes focos mencionados neste trabalho, que são o poder de repressão e coerção do Estado, representado, dentre outras, pela instituição policial, bem como as funções de direção intelectual e moral, mais diretamente associadas a instituições que realizam diretamente processos de formação dos modos de ser, pensar e agir, como a escola, mas também presentes, ainda que de forma menos visível, em instituições de diferentes tipos cuja atuação repercute direta ou indiretamente na formação social. Tais instituições têm papel fundamental na constituição do Estado no ocidente, sendo que, na constituição do Estado brasileiro, têm passado por significativas alterações nas últimas décadas.

A respeito da escola, vale lembrar que Gramsci não a concebia como um aparelho fechado, destinado à imposição e reprodução das ideias dominantes. Para o autor, no contexto capitalista, a escola tendia à reprodução e difusão das ideias dominantes, mas, por suas formas particulares de realização, era também contraditoriamente permeada por outras perspectivas, podendo se constituir como um espaço de luta e disputas entre projetos distintos de educação e de sociedade.

Portanto, o próprio conceito de Escola Unitária, central nas discussões de Gramsci, não se relaciona a uma escola rígida, impositiva, mas à ideia de garantir a todos os mesmos meios de relação com o conhecimento, de modo a que todos possam ser “governantes”. Para Gramsci (2000), a Escola Unitária, deveria ser uma escola de “cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar

manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 2000, p.33). Mesmo sabendo que tal princípio é pensado por Gramsci para a formação inicial, básica, neste trabalho nos apropriamos dessas formulações para servir de base para a discussão da formação ou educação profissional continuada.

Alguns dos conceitos apresentados nas linhas anteriores podem ser percebidos, ainda que segundo formulações contraditórias, nos Objetivos Específicos da Rede EAD da SENASP, de onde pinçamos as seguintes passagens:

[...]

- **Disseminar/compartilhar conhecimentos e informações** para todos os profissionais da área de segurança pública, **estimulando doutrinas e práticas unificadas** independentemente da distância;
- Ampliar a rede de pessoas que **pensam e fazem** a segurança pública;
- Contribuir com a **integração dos profissionais** da área de Segurança Pública;
- Implementar ações de **capacitação permanente** de forma sistematizada;
- **Registrar o capital intelectual das instituições/profissionais** da área de Segurança Pública;
- **Valorizar e contribuir para a melhoria do desempenho dos profissionais;**
- **Complementar as ações de formação e capacitação presencial** (SENASP, 2016 - Grifo Nosso).

Como se pode observar nos objetivos específicos da Rede EAD da SENASP, são utilizados termos que aproximam este estudo dos conceitos explicitados por Gramsci, especialmente no contexto da discussão sobre aprendizado técnico, intelectual e sobre Escola Unitária. Assim, cabe-nos tentar identificar se tais conceitos são praticados e percebidos pelos indivíduos para os quais esses objetivos foram concebidos, tarefa que buscamos cumprir na pesquisa de campo desta dissertação.

Refletindo sobre a forma como a escola se mostrava predominantemente organizada na Itália, nas décadas iniciais do século XX, Gramsci observa que ela se apresentava com uma “marca de classe”, já que existiam escolas diferenciadas para as diferentes classes sociais.

A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1982. p.121).

O conceito de “Escola Unitária” se relaciona à tentativa de romper as barreiras entre as escolas feitas para “uma pequena elite pensante” e aquelas que se destinam à “classe de trabalhadores que efetuam tarefas mecanicistas ou industriais”.

Entendemos que essa problematização é também válida para a discussão da formação profissional continuada – inclusive a proposta que é o objeto de estudo nesta dissertação, a Rede EAD da SENASP – pois ela possibilita projetar, sobre a formação de profissionais de diferentes instituições públicas, a indagação a respeito do caráter da formação realizada, ou seja, se ela serve para reproduzir antigas diferenciações e hierarquias, ou se ela se mostra compromissada com a busca de conjugação entre formação geral crítica e formação técnica, com a busca de equilíbrio e junção entre “capacidades manuais” e “capacidades intelectuais”.

Entendemos também que o sítio digital da própria SENASP oferta elementos informativos que ajudam a vislumbrar o caráter democrático e igualitário dos cursos ofertados pela Rede EAD da SENASP, conforme citação a seguir:

Ao todo, são mais de 70 cursos oferecidos pela **EAD SENASP**. O objetivo da rede é garantir a capacitação inicial e continuada para policiais civis, militares, rodoviários e federais, bombeiros, profissionais de perícia forense, guardas municipais e metropolitanos, agentes penitenciários e agentes socioeducativos, que trabalham na ressocialização de adolescentes infratores (SENASP, 2016).

Nessa passagem, é possível inferir que os mais de setenta cursos são ofertados para servidores públicos de diversas instituições. Essas instituições possuem grande variabilidade de funções organizacionais, graus de reconhecimento, confiabilidade e prestígio social, além de discrepâncias salariais. Contudo, a grande maioria dos cursos está disponível aos servidores dessas organizações, criando-se, dessa forma, uma equalização de oportunidade de formação continuada para todos os servidores, sendo eles Delegados, Peritos e Oficiais das Polícias Militares e ainda Guardas Municipais ou Agentes Presidiário, aproximando-nos daquilo que, de acordo com o que entendemos dos manuscritos de Gramsci, configura-se como exemplo da Escola Unitária.

Em sua discussão sobre a Escola Unitária, Gramsci destaca a importância de que o processo formativo seja capaz de fomentar a autonomia intelectual, necessária para que também se produza a autonomia diante do trabalho. Nas palavras do autor,

...é necessário fortalecer a relação entre o ensino e a pesquisa, na perspectiva de contribuir com a edificação da autonomia intelectual dos sujeitos frente a (re)construção do conhecimento e outras práticas sociais, o que inclui a conscientização e a autonomia diante do trabalho. Isto significa contribuir, entre outros aspectos, para o desenvolvimento das capacidades de, ao longo da vida,

interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, aprender, buscar soluções e propor alternativas, potencializadas pela investigação e pela responsabilidade ética assumida diante das questões políticas, sociais, culturais e econômicas (GRAMSCI, 1982, p.118).

Tal citação tem indicações preciosas para uma análise da formação de profissionais vinculados a um setor de atividade vital para sociedade, cujas funções têm como pressuposto básico o uso da coerção por diferentes meios. Gramsci (1982) não ignora a tendência, já presente em sua época, de criação de “Escolas Especializadas” para a formação profissional específica, o que cremos que também se enquadra bem no caso da política pública e das instituições ora pesquisadas.

Deve-se levar em consideração a tendência em desenvolvimento, segundo a qual cada atividade prática tende a criar para si uma escola especializada própria, do mesmo modo como cada atividade intelectual tende a criar círculos próprios de cultura, que assumem a função de instituições pós-escolares especializadas em organizar as condições nas quais seja possível manter-se a par dos progressos que ocorrem no ramo científico próprio (Ibid. p.121)

Essa especialização, porém, não é definida de forma neutra. Não se pode deixar de indagar, neste caso, qual o perfil dos profissionais que estão sendo formados, e qual suas possibilidades de desenvolvimento de autonomia intelectual. Supomos que as políticas, as instituições e as práxis estudadas nesta dissertação se vinculam historicamente à defesa e conservação das estruturas orgânicas estatais. Observamos, no entanto, aspectos indicativos de que a formação continuada dos profissionais de segurança pública, no atual contexto, apresenta relevantes contradições no que diz respeito às concepções de segurança pública, especialmente, quando consideradas as atuais tensões entre as clássicas funções coercitivas da polícia e a questão dos direitos humanos e sociais, o que demandam novas posturas e atitudes.

Essas questões nos alertam sobre a necessidade de aprofundarmos a discussão sobre o poder de polícia no Estado moderno, de modo a melhor avançar na compreensão das tensões que se intensificam em contextos nos quais ganham força as lutas e projetos de sociedade centrados na garantia de direitos.

No caso específico dos profissionais da área de segurança pública brasileira, percebemos que, pelo menos no Estado de Mato Grosso, cada instituição tem seus centros de formação para oferta da formação inicial nas carreiras que ofertam. Tratando-se da PJC-MT, essa realidade não foge ao padrão. Desde o primeiro concurso público para formação de seu quadro funcional já se mencionava que a formação inicial seria ofertada na academia de

polícia, isso nos idos da década de 1980, sendo ministrada em imóveis locados, sem a estrutura adequada e necessária para o desempenho das atividades acadêmicas a contento.

Entretanto a Instituição somente conseguiu adquirir seu centro de formação profissional, a Academia da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (ACADEPOL), no ano de 2005. Este se torna o centro especializado de convergência da formação inicial e continuada dos servidores que compõem os quadros funcionais da Instituição, correspondendo, sob nosso ponto de vista, à Escola Especializada Própria prevista por Antonio Gramsci. Nesse local, ainda, está instalado um Telecentro da Rede EAD da SENASP, para atendimento das demandas da parte presencial de alguns cursos ofertados pela Rede.

## 1.2 O PODER DE POLÍCIA NO ESTADO MODERNO

Quanto à discussão sobre o poder de polícia, reportamo-nos às formulações de Michel Foucault, entendendo que sua perspectiva de análise, apesar de diversa do materialismo histórico dialético (linha filosófica à qual se vincula a maioria de autores que fundamentam este trabalho), coaduna-se com várias questões postas pelo marxismo e traz contribuições fundamentais e ímpares ao tema pesquisado.

Considerando especialmente as discussões feitas pelo autor no curso ministrado no Collège de France em 1978, cuja transcrição foi publicada no Brasil sob o título “Segurança, território e população” (FOUCAULT, 2008, p.419-441), chama atenção, primeiramente, o fato de que o termo “polícia” sofreu mudanças significativas no período entre os Séculos XV e o final do Século XVIII, apresentando inicialmente uma multiplicidade de significados que não coincidiam com a tendência, firmada a partir do final do século XIX, de se usar o termo para designar, especificamente, um setor especializado do Estado.

Lembrando que originalmente o termo “polícia” podia designar uma localidade, uma comunidade e mesmo a administração dessa comunidade, Foucault destaca a utilização do termo nos séculos XVII e XVIII para fazer referência à boa governança das coisas públicas, sendo esse um significado já presente nas formulações de um dos autores analisados por Foucault, Turquet de Mayerne, que, em texto datado de 1966, concebe a “polícia” como uma espécie de eixo de organização da ação do Estado orientado para o esplendor e a ordem do próprio Estado. Nas palavras de Mayerne(1611, p.422): “Tudo o que pode proporcionar ornamento, forma e esplendor à cidade - é disso que a polícia se deve ocupar”.

Dentre os textos analisados por Foucault, duas outras definições do termo “polícia” captam nossa atenção. A primeira delas é feita por Horenthal (1776,p.434): “Aceito a definição dos que chamam de polícia o conjunto dos meios que servem ao esplendor de todo o Estado e à felicidade de todos os cidadãos”. A outra se encontra em texto do teórico alemão Von Justi (1756), que definia polícia como:

[...] é o conjunto das ‘leis e regulamentos que dizem respeito ao interior de um Estado e procuram consolidar e aumentar o poderio desse Estado, que procuram fazer um bom uso das suas forças’. O bom uso das forças do Estado – é esse o objetivo da polícia (VON JUSTI, 1756, apud FOUCAULT, 1978, p.422).

Essas definições possibilitam inferir que o termo polícia e o Estado moderno têm suas origens muito próximas e até mesmo amalgamadas, observando-se que, no vasto período ao longo do qual o Estado absolutista daria lugar gradualmente aos Estados nacionais modernos, o termo “polícia” passa por uma ampliação inicial, relativa às funções que são crescentemente percebidas como necessárias para se garantir a organização da vida coletiva e o fortalecimento econômico e político de cada Estado, para, a partir do final do século XX, designar, de forma cada vez mais precisa, as instituições especializadas às quais são delegadas as principais e mais sistemáticas funções coercitivas do Estado.

Observa-se, porém, que, nesse processo, essa vinculação mais precisa do termo “polícia” às instituições policiais foi também acompanhada de todo um conjunto de modificações jurídicas e organizacionais do Estado, de modo que a maior especialização setorial da segurança pública corresponde a uma maior especialização de outros setores governamentais que, em conjunto, passam a atuar sobre a vida coletiva, incidindo sobre o cumprimento das leis, a manutenção da ordem e a própria manutenção do Estado. Fazendo com que o “poder de polícia” não possa ser devidamente entendido se não nos reportarmos a essa nova realidade jurídica e estatal, e inclusive ao fato de que, nos estados democráticos, essas instituições terão seu funcionamento vinculado tanto a regras gerais definidas em termos jurídicos, quanto às formas como essas regras são interpretadas e disputadas pelas forças políticas atuantes em cada contexto, em especial aquelas que compõem os governos.

De acordo com Buci-Glucksmann (1980), para Gramsci, o conceito de “polícia” amplia-se da seguinte forma, citando o Caderno 2, fragmento 150: ‘Que é polícia?’

Em primeiro lugar, a organização oficial e reconhecida enquanto tal, verdadeiro núcleo central, formalmente responsável. Mas ela também remete a “uma organização muito vasta, da qual participa direta ou indiretamente, de maneira permanente ao ocasional, uma grande parte do pessoal do Estado. A análise desses

vínculos permite uma melhor compreensão do Estado que todas as dissertações jurídicas filosóficas' (BUCCI-LUCKSMANN, 1980. p.137).

Realizando um recorte para a realidade brasileira, especialmente entre a segunda metade do século XX e início do século XXI, de acordo com Freire (2009), o conceito de polícia deve ser analisado no contexto das políticas de Segurança Pública. Conforme a autora, nas últimas cinco décadas, o Brasil experimentou três momentos distintos nessa área, observando-se, nesses momentos, “características que permitem o delineamento de três paradigmas principais na área de segurança: Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã” (FREIRE, 2009, p.10)

No primeiro período, Freire cita a perspectiva da Segurança Nacional, utilizada pelo governo militar no período de Ditadura (1964-1984), quando foi priorizada a ordem política e social, e, sobretudo, a defesa do Estado Nacional. As principais características desse período foram as enérgicas repressões às manifestações contrárias ao regime, censura, perseguições políticas e a perda de direitos constitucionais, fato explicitado de forma primorosa por Oliveira (2013), quando analisa que: “A longa ditadura militar de 1964 a 1984 prosseguiu, agora nitidamente, com a via ‘prussiana’: fortíssima repressão política, mão-de-ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau. [...]” (OLIVEIRA, 2013. p.132).

Vale ressaltar que não foram reprimidos somente os sindicatos, partidos políticos e seus membros. Houve também uma grande participação de movimentos ligados à educação, e intelectuais, estudantes e profissionais da educação, na resistência contra essas medidas e tais movimentos, foram igualmente alvos da repressão.

Quanto ao segundo período, denominado de Segurança Pública, que compreende desde o ano de 1988 até o ano de 1995, a autora observa que ele teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 144 define que a segurança pública, como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação de ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Nesse contexto, define que tais atributos devem ser assegurados pelas Polícias: Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

Vale ressaltar que, nesse intervalo temporal, ocorreram diversos eventos, tanto no campo da economia quanto da política e, fundamentalmente, na organização social, e que, nesse contexto, os movimentos populares participaram ativamente em diversos momentos da vida política, econômica e social, no Brasil. Podemos citar de forma emblemática o processo que destituiu o primeiro presidente eleito pelo voto direto, pós-ditadura militar no Brasil, por

um processo de Impeachment<sup>2</sup>, tendo a participação direta da classe estudantil, denominada então de geração dos “Caras Pintadas”<sup>3</sup>, conforme mencionado por Sobrinho (2008).

Por fim e não menos importante, observa-se o conceito de Segurança Cidadã, relativo ao fato de que, a partir de um contexto de meados dos anos de 1990, especificamente, na América Latina, passa-se a entender o problema da violência como multicausal, compreendendo-se que, somente a partir de uma abordagem integrada de vários atores sociais, em diversas áreas como saúde, lazer, esporte, cultura e cidadania, dentre outras, pode ser combatida a violência. Tal período, que na concepção de Freire perduraria até os dias de hoje, é exatamente o período no qual se consolida a política de formação continuada de profissionais da segurança pública, objeto de análise nesta dissertação.

Antes, porém de avançar na discussão da formação ou educação continuada nesse campo, cabe apresentar algumas problematizações sobre a qualificação profissional, em geral, já que, do nosso ponto de vista, a compreensão das especificidades da capacitação profissional no campo da segurança pública requer que não desprezemos, na análise, questões que atravessam e constituem a formação ou educação profissional como um todo, no contexto.

### 1.3 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Reportando-se ao historiador da educação Mário Manacorda, Campello e Lima Filho (2009) lembram que a fábrica e a escola pública estatal nascem no mesmo contexto em um processo ao longo do qual também ocorre a “passagem definitiva da instrução das Igrejas para os Estados”, sendo importante observar que “as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa” (MANACORDA, 1994, apud CAMPELO E LIMA FILHO, 2009, s/p). Trata-se de um momento revolucionário que envolvia mudanças no modo de produção e nos modos de vida, e no qual surge o ideal de escola laica e gratuita para todos, consolidando-se gradualmente a própria noção de que a educação deveria ser direito de todos.

Nesse contexto, em que os ideais revolucionários, incluindo a ideia de escola laica, espriam-se para diversos outros países, também o conteúdo da educação escolar começa a ser fortemente problematizado. É exatamente nesse momento de expansão, ampliação e

---

<sup>2</sup>Processo instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo (p.ex., presidente da República, governadores, prefeitos) ou do poder judiciário (p.ex., ministros do S.T.F.), cuja sentença é da alçada do poder legislativo. Destituição resultante desse processo.

<sup>3</sup>Multidões de jovens, adolescentes em sua maioria, que saíram às ruas de todo o País com os rostos pintados em protesto devido aos acontecimentos dramáticos que vinham abalando o governo do então presidente Fernando Collor de Mello.

popularização da educação, que os termos formação profissional e educação profissional começam a ser distinguidos, singularmente, na forma com que são tratados e utilizados no ambiente escolar.

Com a expansão industrial, era necessário que os trabalhadores fossem capazes de operar o maquinário e seguir com relativa autonomia procedimentos para os quais eram necessários alguns conhecimentos mínimos.

Em contrapartida, em uma sociedade dividida em classes, mantinham-se as expectativas das classes dominantes a respeito da existência de escolas destinadas à formação intelectual da pequena parcela da sociedade que deveria ser versada em conhecimentos amplos (artes, filosofia etc.) relacionados às posições sociais de coordenação e comando dos rumos da sociedade.

É diante dessa divisão histórica da escola que surgem propostas de educação ampla, capaz de garantir a todos os sujeitos uma formação que não separe as atividades intelectuais das atividades técnicas e manuais. As discussões de Marx sobre o trabalho como princípio educativo vão nessa direção.

De acordo com Rodrigues (2009), para Marx,

[...] a educação deveria ser pública, gratuita, obrigatória e única para todas as crianças e jovens, de forma a romper com o monopólio por parte da burguesia da cultura, do conhecimento; deveria ainda ter a combinação da educação (incluindo-se aí a educação intelectual, corporal e tecnológica) com a produção material com o propósito de superar o hiato historicamente produzido entre trabalho manual (execução, técnica) e trabalho intelectual (concepção, ciência) e **com isso proporcionar a todos uma compreensão integral do processo produtivo; além da formação omnilateral (isto é multilateral, integral) da personalidade de forma a tornar o ser humano capaz de produzir e fluir ciência, arte, técnica; por fim a integração recíproca da escola a sociedade com o propósito de superar o estranhamento entre as práticas educativas e as demais práticas sociais** (RODRIGUES, 2009,p.4 -Grifo nosso).

Nessa perspectiva, a escola deveria formar o ser humano por completo para uso de habilidades manuais, intelectuais, de criação ou concepção, rompendo, assim, as diferenças de classe refletidas no ambiente escolar, tendo-se uma escola para os filhos da classe trabalhadora, e outra para os filhos dos detentores do capital.

É a partir desse debate que gradualmente começam a ser distinguidos, pelos autores da perspectiva crítica, os termos formação profissional e educação profissional. De acordo Ferretti (2010), a formação profissional enfatiza o “saber fazer” enquanto a educação profissional valoriza, em tese, “a formação integral do profissional”.

Ainda conforme o autor, esse contexto leva à reflexão:

sobre o caráter social da formação profissional desenvolvida durante os séculos XIX e XX. O recurso história da educação brasileira indica que ela teve por objeto o aprender a fazer e, por sujeitos, os indivíduos oriundos dos setores populares, diferentemente da educação de caráter não profissional, reservada às classes altas e, depois, às médias, cujo horizonte era mais amplo que o chão da fábrica (FERRETI, 2010, p.1)

Assim, a formação profissional se destina ao treinamento e capacitação de um indivíduo para uma atividade laboral mecanicista, enquanto a educação profissional tende a ampliar os conhecimentos do indivíduo para além de um conhecimento técnico ou teórico, envolvendo inclusive a sua formação como cidadão.

Neste sentido, Frigotto (2012) lembra que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define a formação profissional como “todo o tipo de formação destinada a preparar ou readaptar uma pessoa para que exerça um emprego ou para que seja promovida em qualquer ramo de atividade econômica incluindo ensino em geral, profissional e teórico” (OIT apud FRIGOTTO, 2012, p.177)

Ao tratar da tecnologia e seus desdobramentos no âmbito da educação profissional, Frigotto (1992) menciona que, nas últimas três décadas, houve mudanças tecnológicas em quase todas as sociedades, mesmo que com níveis de intensidade e qualidade variáveis. Contudo, ainda afirma que essas mudanças perpassaram diversos campos do conhecimento humano, como o microeletrônico, o que propiciou a melhoria da informatização, automação e robotização, bem como de seu uso direto na produção. Além de áreas básicas, a tecnologia também modificou campos como da engenharia, da saúde e até mesmo o campo energético.

Desse modo, Frigotto considera que, no atual contexto, a qualificação plena dos trabalhadores para atuarem nos mais diferentes ramos de atividades, somente será alcançada por dois elementos-chave: maleabilidade de aquisição de novas funções para cada indivíduo, aliada ao crescimento da capacidade de abstração, em ambos os casos sendo necessária uma educação profissional.

Após analisarmos os conceitos expostos por diversos autores, partindo desde Marx até Frigotto, percebemos que existe um grande abismo entre os termos “Formação Profissional” e “Educação Profissional”, apesar de os termos passarem por sinônimos aos desavisados. Com esses elementos em mente, buscamos, junto aos documentos da SENASP e da Rede EAD, pistas, dados ou informações que nos indicassem os elementos inspiradores e constitutivos da política de segurança pública analisada e o projeto social ao qual se alinha o programa aqui pesquisado.

Nesse diapasão, destacamos a seguinte citação, disponível no sítio eletrônico da SENASP:

A Rede EAD-Senasp possibilita aos Policiais Cíveis, Militares, Federais, Rodoviários Federais, Bombeiros, Profissionais de Perícia Forense, Guardas Municipais e Agentes Penitenciários, acesso gratuito à **educação continuada, integrada e qualificada** (SENASP, 2016-Grifo nosso).

Aqui é possível averiguar que os termos “Educação Continuada, Integrada e Qualificada” não foram inseridos no documento de forma aleatória, despretensiosa ou até mesmo por um mero descuido. Nessa passagem, fica exposto de forma cristalina que cada palavra ali inserida tem uma carga filosófica, conceitual, epistemológica e ontológica, sendo escolhida de forma minuciosa para refletir os conceitos e elementos apresentados por Marx, Gramsci e Frigotto, dentre outros. Em virtude dessa informação, cabe-nos investigar se os alunos e egressos têm a percepção ou sentem, tanto no seu cotidiano profissional, como em outras áreas de sua vida, que os conhecimentos adquiridos junto à Rede EAD da SENASP contribuem para torná-los seres humanos capazes tanto de produzir tecnicamente, quanto criar ou conceber novas formas de desenvolver suas atividades, de forma integral.

#### 1.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO RECENTE

Ao longo do tempo, no Brasil, a vertente da educação profissional ganhou peso no debate sobre política educacional a ponto de influir em várias disposições da legislação. Uma síntese do ordenamento jurídico brasileiro relacionado ao tema, a partir do processo de redemocratização, tendo-se como marco a Constituição Federal (CF) de 1988, ajuda a dar visibilidade a isso.

De acordo com o Artigo 22 da CF 88, compete privativamente à União legislar sobre:

- I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;
- XXIV - diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1988).

Em virtude de ser o maior ordenamento jurídico brasileiro, a CF de 1988 normatiza, regula e ordena toda a estrutura do Estado Brasileiro, definindo os papéis e as atribuições de instituições e indivíduos que compõem a sociedade brasileira. Em seu Artigo 22, a CF

discorre sobre o papel da União quanto ao poder e responsabilidade em relação à educação e ao trabalho, em território nacional.

No seu Artigo 205, a CF dispõe que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No Artigo supracitado, a CF atribui responsabilidade aos atores que estarão encarregados de estruturar e promover a educação no Brasil, merecendo destaque o compartilhamento de responsabilidades entre o Estado e a família.

No que diz respeito às responsabilidades do Estado, o Artigo 214 dispõe que

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País” (CF,1988).

Neste Artigo, a CF preconiza a estruturação da educação nacional, mediante elaboração e aplicabilidade do Plano Nacional de Educação, contudo tal instrumento jurídico somente foi concebido pela promulgação da Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, portanto mais de doze anos após a promulgação da Constituição Cidadã.

Na Lei 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o tema da educação e trabalho é abordado nos seguintes artigos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (LDB, 1996).

Como observar, o tema “trabalho” está intimamente relacionado à “educação”, conforme os artigos citados da LDB, sendo a formação para o trabalho uma das principais atribuições da educação, além da formação cidadã. Além dos Artigos 39 e 40 que trazem uma contribuição especial para este trabalho, por discorrerem sobre a educação profissional continuada, objeto deste estudo, destaco também o Artigo 80, que pondera sobre a oferta de Programas de Ensino a Distância por parte do Poder Público, o que dá respaldo jurídico e administrativo para o programa que nos propomos a pesquisar.

O Decreto nº 2.208/1997 regulamenta a educação profissional no país, contudo esse Decreto foi revogado pelo de nº 5.154/2004, que também regulamenta o mesmo tema, conforme se verifica a seguir:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II - educação profissional técnica de nível médio; e
- III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação” (Decreto Nº 2.208,1997).

Nos decretos acima citados, pode-se perceber a relevância do tema da educação profissional no contexto nacional, como elemento-chave nas políticas tanto de educação quanto do trabalho. O Decreto 2.208/97, ao separar educação geral de formação profissional, especialmente no ensino médio, contribuiu para aprofundar a dissociação entre trabalho e formação geral. O decreto seguinte, já no contexto da primeira gestão presidencial de Luiz

Inácio Lula da Silva, tentou recuperar a possibilidade de que as escolas de ensino médio oferecessem uma formação capaz de integrar formação filosófica, científica e técnica.

A perspectiva indicada no Decreto de 2004 se consolidou, mais tarde, na Lei nº 11.741, de 2008, que normatiza a educação profissional no Brasil, podendo-se destacar o seguinte:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (Lei nº 11.741, 2008).

Nesse instrumento legal, que normatiza a educação profissional, define-se que a educação profissional poderá ocorrer tanto na formação inicial e continuada, quanto na qualificação profissional.

Por fim, o Decreto nº 8.268, de 2014 redefine o inciso I do Decreto Nº 5.154/2004, que passa a ter a seguinte redação: “I - qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores”.

De acordo com o decreto supracitado, onde destacamos a formação inicial e continuada dos trabalhadores, deduzimos que existe uma grande disputa de ideologia e seus desdobramentos na substituição dos termos educação e formação, caso que vai muito além de uma disputa semântica, mas adentra o campo das questões ideológicas.

Frigotto (2005) nos traz um importante esclarecimento a esse respeito.

A despeito de controvérsias, parece-nos que a formação inicial se refere a cursos que ‘iniciam’ os trabalhadores numa determinada área profissional como uma primeira formação. A formação continuada implica todas as experiências formativas após o trabalhador ter adquirido uma primeira formação profissional, tais como atualização, desenvolvimento, aperfeiçoamento, especialização, entre outras – seja na mesma área profissional ou em outras (FRIGOTTO, 2005, p.1108).

Logo, o ponto de disputa aqui não é somente entre as palavras formação ou educação, mas sim os princípios filosóficos que envolvem o tema, relativos ao tipo de profissionais que estão sendo preparados para atuar na sociedade brasileira. As propostas de educação

profissional tentam firmar processos formativos que integrem a filosofia, a ciência e a técnica, ou seja, uma formação integrada dessas diversas dimensões do conhecimento humano. Como argumentam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010),

A ideia de **formação integrada** sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. **Como formação humana, o que se busca e garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política.** Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, apud Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional de Nível Médio em Debate, 2010 - Grifos nossos).

As propostas de formação profissional, ao contrário, concebem essa formação em termos restritos, cabendo observar que, ainda que essa discussão venha se dando mais fortemente nos debates sobre o ensino médio, ela expressa uma tensão que, a rigor, constitui atualmente os mais diversos âmbitos da educação profissional, incluindo a própria questão da educação profissional continuada, em torno da qual são travadas lutas para que a educação dos profissionais das mais diversas áreas, especialmente as áreas relacionadas a serviços públicos, superem a tendência histórica de separar a formação intelectual da formação técnica.

Tal discussão, do nosso ponto de vista, também se expressa nos debates sobre a formação profissional no campo da segurança pública e isso pode ser identificado de forma nítida na Instituição Policial objeto deste estudo. Cabe observar, nesse caso, que o Estatuto que rege toda a Instituição – a “Lei Complementar nº 407, de 30 de junho de 2010, que dispõe sobre a Organização e o Estatuto da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso” – define, no Artigo 123, que a carga horária mínima do curso de formação inicial técnico-profissional será de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula.

No entanto, nos últimos três concursos, desde o ano de 2005, a formação profissional inicial tem extrapolado as 800 (oitocentas) horas/aula, evidenciando pelo menos a intenção de não limitar essa formação ao mínimo exigido, ampliando-a para um conjunto de conhecimentos bem mais amplo e complexo, sendo requerido do candidato a formação mínima de curso superior, o que já externa a obrigatoriedade de uma formação acadêmica, antes mesmo de adentrar ao quadro funcional.

Todavia, nosso foco de pesquisa recai sobre o contexto da política pública de formação e/ou educação profissional continuada, mediante o estudo não presencial ou

educação a distância, que ganhou vida na Rede EAD da SENASP, cabendo lembrar, portanto, que o tema da educação a distância tem também obtido grande destaque na legislação educacional brasileira, sendo claramente vinculado, na legislação, à educação profissional, como se pode ver, nos próprios termos do Decreto nº 5.622/2005, que regulamenta o Artigo 80 da LDB, assim definindo a EAD:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 2º A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
- a) técnicos, de nível médio; e
  - b) tecnológicos, de nível superior; (Decreto nº 5.622, 2005).

Face as questões de Formação Profissional Continuada ou Educação Profissional continuada, além dos conceitos da modalidade EAD, acreditamos que tais citações já abrangem de forma satisfatória, as indagações que possuíamos ao iniciar este trabalho. Contudo tais ponderações nos remetem a questões mais densas e profundas, as quais abordamos na sequência.

## 1.5 - A EDUCAÇÃO E A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Sobre como Marx compreende o Estado, Coutinho (1994) destaca que

O Estado deixa então de lhe aparecer como a encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a 'sociedade civil') e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular (COUTINHO, 1994, p.19).

Se correlacionarmos essas observações com a história do Estado brasileiro, será possível perceber que a consideração do caráter classista desta instituição política é fundamental para a compreensão das configurações assumidas pelas políticas públicas no país.

As últimas cinco décadas foram extremamente marcantes para a história do Brasil, por diversos fatores. Se olharmos pelo prisma político, no ano de 1964, após um período de crescimento acelerado e de significativa presença de movimentos sociais no cenário político, foi instituída uma Ditadura Militar. Segundo Santos (2009),

No decorrer dos anos 60, a UNE realizou diversos eventos em que os principais pontos de discussão eram sobre universidade brasileira, a situação das classes populares e a realidade brasileira em geral. Na “Declaração da Bahia”, documento resultante do 1º Seminário da Reforma Universitária ocorrido em 1961, havia uma discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o engajamento dos estudantes na luta da classe operária, demonstrando a influência do marxismo-leninismo na UNE (SANTOS, 2009, p.104).

Sobre a repressão ou uso do poder coercitivo, por parte do Estado, a mesma autora escreve:

Logo que se instaurou o golpe militar, a Universidade de Brasília (UNB) foi invadida. Muitos professores universitários – da Universidade de São Paulo (USP) também – foram exilados, tiveram sua aposentadoria forçada. A UNE foi posta na ilegalidade e o ME [movimento estudantil] começou a ser perseguido pelos agentes da repressão como o DEOPS (Departamento da Ordem Política e Social), pois para a ditadura o ME estava sendo corrompido por agentes considerados subversivos (SANTOS, 2009, p.104).

Nesse episódio, podemos ver nitidamente membros que compunham os quadros da educação sendo veementemente reprimidos pelas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), além das instituições policiais ou órgãos estatais que compunham o quadro geral da segurança pública. Como já dito, naquele período, a Segurança era definida com o paradigma de Segurança Nacional, e os Movimentos Estudantis às vezes eram considerados como ameaça à segurança do país.

Após um longo período de recesso da participação política, durante os anos finais da Ditadura Militar, diversos movimentos sociais, dentre eles os movimentos estudantis, voltam a protagonizar movimentos expressivos pela redemocratização, destacando-se o movimento popular denominado de “Diretas Já”, que transcorreu nos anos de 1983 a 1986, observando-se, no entanto, que dessa vez tal movimento não foi reprimido por nenhum aparelho policial ou militar.

Quando afirmamos anteriormente que as cinco últimas décadas no Brasil foram marcantes, nosso objetivo era destacar não só seus aspectos de turbulência e instabilidade, política e social, mas também de alterações no quadro de participação democrática e nos quadros de compreensão das noções de direitos e deveres que regem a ação da sociedade civil e das instituições estatais.

Logo após o processo de redemocratização, o primeiro Presidente eleito pelo voto direto, em 1989, Fernando Collor de Mello, que havia construído toda sua plataforma eleitoral foi assentada sobre o título de “Caçador de Marajás” (prometendo austeridade no combate à corrupção no Brasil), é denunciado pelo próprio irmão, em um esquema de corrupção, junto com seu tesoureiro de campanha.

Em reação a esse cenário, os estudantes, junto a outros segmentos, voltam a ganhar as ruas em movimentos contra a corrupção, os quais culminam em um processo de Impeachment. Nesse episódio, os estudantes ficaram conhecidos como os caras-pintadas, em alusão às cores verdes e amarelas que traziam estampadas nos rostos, em sinal de nacionalismo.

Nessas manifestações, mais uma vez não foram mencionadas ações de repressão por parte da polícia ou de qualquer outro organismo estatal. Naquele período, o paradigma que regia a Segurança no Brasil era o da Segurança Pública, estando ancorado na Carta Magna promulgada em 1988, sendo demandada postura diversa dos profissionais de Segurança Pública, exatamente contrária ou oposta ao praticado nas duas décadas anteriores.

No ano de 1997, o Governo Federal, sob a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso, cria a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, conforme Decreto nº 2.315, de 04 de setembro de 1997, em alinhamento com o novo paradigma da Segurança, denominada por Freire (2009) de Segurança Cidadã.

Conforme a autora, oito anos depois, ainda no contexto do novo paradigma, mas já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi constituída a Rede EAD-SENASP: “criada em 2005 pela SENASP/MJ, em parceria com a Academia Nacional de Polícia, a Rede Nacional de Educação a Distância – Rede EAD-SENASP é uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública em todo o Brasil” (SENASP, 2014).

Essa instituição, “tem como objetivo viabilizar o acesso à capacitação continuada, independentemente das limitações geográficas e temporais” (SENASP, 2014), afinal, em um país com as dimensões e diversidades territoriais do Brasil, qualquer política que pretenda ter abrangência nacional, alcançando simultaneamente as mais diversas localidades, precisa ter estratégias de enfrentamento dos problemas comumente relacionados às grandes distâncias e a variados dificuldades de deslocamento, dentre outros que implicam obstáculos ações sistemáticas e regulares (como as ações formativas) nessa escala.

Nesse caso, podemos vislumbrar, de forma nítida e clara, a intenção dos governantes de aproximarem os conhecimentos e práticas dos representantes das forças policiais, que atuam no Brasil, do cidadão e do seu cotidiano.

Todavia, em meados do ano de 2013, em virtude de um aumento do preço da passagem do transporte coletivo em São Paulo, houve diversas manifestações populares, com a participação maciça do Movimento Estudantil. Tais manifestações, seguindo uma tendência mundial, potencializadas pelas redes sociais, repercutiram de forma reverberante em várias cidades brasileiras, surgindo muitas outras manifestações e com reivindicações diversas, mas tendo como foco central a estrutura política e governamental do país. Muitas dessas manifestações foram fortemente reprimidas por forças policiais, fazendo com que o debate sobre as funções dessas forças e sobre o caráter da Segurança Pública entrasse em um novo momento o de aprofundamento das discussões sobre a formação dos profissionais de segurança pública no Brasil.

Os questionamentos que pairam no ar são muitos, mas gostaríamos de destacar algumas indagações que nos parecem particularmente relevantes para o tema pesquisado. Por qual motivo os governantes, mesmo considerando os profissionais da educação e da segurança como elementos chave para o crescimento da nação, por diversas vezes usam o expediente de repressão contra manifestações populares legítimas? Estariam preocupados com a sociedade, o bem estar social, a unidade da nação? Ou, sob o argumento de preservação da ordem pública, impera a defesa de interesses e prerrogativas das classes dominantes?

A história das formas como as forças policiais do Estado brasileiro foram utilizadas em diversos contextos por parte dos governantes da nação, bem como das formas como tais forças se depararam com mudanças de cenários políticos que incidiam sobre as formas de se conceber suas funções, mostram que esse é um campo de problematização relevante, socialmente necessário. A mudança de paradigma ocorrida no contexto da promulgação da Constituição Federal de 1988 vem repercutindo sobre as formas como as instituições e os indivíduos atuam na área de segurança pública, observando-se importantes tensões relacionadas aos desafios de adequação a essa nova realidade.

No entanto, as mudanças em qualquer campo de atuação humana implicam processos históricos, às vezes de longa duração, no decorrer dos quais, por diferentes meios, as novas concepções e valores vão sendo coletivamente discutidos, elaborados e apropriados. Os processos formativos, dentre eles aqueles que se dão na forma de projetos educativos institucionalizados, têm relevantes funções no contexto desses processos históricos de mudança. Os próprios projetos educativos institucionalizados, no entanto, são também marcados por contradições. Concepções diversas e mesmo divergentes podem estar presentes nesses projetos, disputando seus sentidos.

Em virtude de todos os elementos apresentados até aqui, sintetizamos nossas indagações a respeito do programa que pretendemos analisar: a qual projeto societário o referido programa se alinha? Essa política pública visa a formação crítica dos agentes que atuam na área de segurança pública, aproximando-se dos conceitos de educação omnilateral, proposto por Marx, e da Escola Unitária, encontrada nas obras de Gramsci? Ou mantém as características de uma formação profissional como mero treinamento técnico? Que combinações, contradições e tensões entre essas duas perspectivas podem ser reconhecidas no Programa em questão? Em que medida esse Programa, por suas concepções e características predominantes de sua realização, coaduna-se ou se confronta com a razão dualista que historicamente marca o Estado brasileiro (como discutido por Francisco de Oliveira, 2013) e com a condição de capitalismo dependente (conforme explicitado na obra de Florestan Fernandes, 1975).

Com o intuito de sintetizar as ideias apresentadas neste capítulo, relembramos que o Estado moderno, uma vez estruturado, tem a atribuição do uso do poder coercitivo, que é materializado por meio das instituições policiais. No entanto, existem distintos projetos de sociedade que disputam os sentidos da atuação do Estado, em geral, e mesmo das instituições policiais. Isso pode se tornar visível quando se analisa programas de formação de profissionais atuantes em instituições do Estado. A esse respeito, vê-se que existe grande distinção entre formação e educação profissional. Esses termos, problematizados nas obras de Marx e Gramsci, podem parecer sinônimos, contudo, na prática histórica, seus efeitos tendem a atingir objetivos muito distintos. Para melhor compreendermos as implicações das diferentes práticas históricas de formação ou educação profissional, foram elencados o ordenamento jurídico e a apresentação dos autores base que discorrem sobre a educação, trabalho e educação a distância, no intuito de contextualizar o leitor a respeito das bases em que estão assentadas as discussões travadas nesta dissertação, tendo sempre como foco o contexto da Rede EAD da SENASP, junto a PJC/MT.

## **2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: QUESTÕES HISTÓRICAS E QUADRO ATUAL**

Como exercício para que se possa entender a singularidade deste trabalho, faz-se necessário conhecer, compreender, desmembrar e esmiuçar o elemento institucional, no qual a Política Pública de Educação Profissional trouxe a vida às políticas de formação ou educação continuada para os profissionais que atuam no ambiente da Segurança Pública no Brasil.

Iniciamos nossas considerações sobre este tema com uma citação de Poncioni (2005), na qual a autora traça um panorama da questão da violência e da criminalidade no País, da seguinte forma:

No Brasil, um exame da questão da segurança pública revela que, pelo menos desde meados dos anos 70, há um crescimento contínuo da criminalidade e da violência, principalmente nas regiões metropolitanas e periféricas das grandes cidades do país, e que o sistema judiciário e, em particular a polícia tem se mostrado ineficaz para o enfrentamento da questão (PONCIONI, 2005, p.585).

Ao analisarmos a referida citação, percebe-se que a autora elenca ou pontua diversos elementos que compõem o complexo ambiente social, onde aspectos como o surgimento de regiões metropolitanas e periferias (que se nota ter por raiz o forte êxodo rural, movimentos migratórios para as cidades, falta de infraestrutura básica nesses complexos urbanos, dentre outros) são acentuados, enquanto parecem ser desconsiderados ou secundarizados o crescimento demográfico acelerado e as crises econômicas (que podem gerar desemprego, má distribuição de renda, exclusão social etc.). Note-se que a autora, na referida passagem, também deixa de ponderar sobre as políticas referidas a direitos sociais (sua ausência ou presença insuficiente) e sobre aspectos culturais que também influem nas relações sociais que estão na base dos diferentes quadros históricos de violência e criminalidade.

Além dos elementos apresentados até aqui, recorro que a discussão sobre violência, criminalidade e segurança pública requer que se considere o arcabouço jurídico que normatiza os direitos de cidadania e as situações e práticas entendidas como crimes no país, sendo necessário lembrar que, apesar dos avanços reconhecidos na Constituição Federal de 1988, o Código Penal ainda vigente no país foi concebido na década de 1940. Possível mencionar ainda o grande crescimento na comercialização e uso de drogas e o surgimento de novas modalidades criminais, como crimes ligados a internet dentre outros. Em face deste caldeirão de problemas, a afirmação da autora de que “em particular a polícia tem se mostrado ineficaz

para o enfrentamento da questão” do aumento da criminalidade mostra-se evidentemente simplificadora.

Mediante citações como essa, torna-se imperioso pensar qual a formação ou educação profissional adequada para os profissionais da área de segurança pública, mas, além disso, qual a formação ou educação possível para esses profissionais, tendo em mente aspectos já abordados nesta dissertação, como as incontáveis limitações do Estado brasileiro.

Seguindo a linha de argumentação da autora, ao discorrer sobre a formação dos policiais no Brasil,

Neste cenário, um dos temas frequentemente levantados por estudiosos da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais é a necessidade de profissionalizar a polícia brasileira como um recurso para capacitá-la para o despenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e da segurança públicas (PONCIONI, 2005, p.585)

Ao ponderarmos sobre a citação supracitada, fica evidente que a formação dos profissionais que atuam na área de Segurança Pública não é algo simplório ou que desperta interesse somente de uma pequena parcela, classe ou grupo social. Tal discussão permeia diversos segmentos da sociedade e cria uma expectativa que, da formação desses profissionais, dependem a ordem e a segurança pública do Brasil, ou até mesmo o bom andamento do Estado, deixando de considerar todas as outras variáveis sociais como: educação, cultura, empregabilidade, cidadania, esportes, lazer, distribuição de renda, dentre outras.

Neste capítulo, propomo-nos a caracterizar e discutir aspectos importantes da criação e da organização da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), partindo do macro cenário, na qual a secretaria está inserida, até chegar à formação da Rede EAD propriamente dita, no intuito de contextualizar seu papel no cenário nacional e seus impactos locais ou regionais.

Para tanto, abordaremos desde o contexto histórico prévio ao surgimento da referida Secretaria de Estado, fazendo um apanhado de pelo menos cinco décadas da história da Segurança Pública no país. Na seqüência, apresentaremos a cronologia do ordenamento jurídico relativo à criação e implantação da SENASP. Por fim, mas não menos importante, discorreremos sobre a constituição da Rede de Educação à distância (Rede EAD), bem como seus principais aspectos pedagógicos, preconizados em sua Matriz Curricular.

## 2.1 BREVE QUADRO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO BRASIL

De acordo com Segrillo (2004), nas últimas cinco décadas, o mundo experimentou mudanças das mais diversas ordens e categorias. Desde o final da Segunda Guerra mundial, o cenário político se polarizou entre duas grandes potências, as quais representavam dois modelos político-econômico-sociais extremamente opostos. Representando o Bloco Socialista, existia a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); do outro lado, o modelo e representante iconográfico do Bloco Capitalista, os Estados Unidos da América do Norte (EUA).

Essas duas potências rivalizavam em praticamente tudo, desde áreas como esportes, tecnologia, corrida pela conquista espacial e até mesmo a corrida armamentista. No final da década de 1980, o sistema político, econômico e social da URSS entrou em colapso, sendo marcado simbolicamente sua ruína com a queda do muro de Berlim em 1989. Em face disto, houve uma predominância do sistema capitalista na maior parte dos países do mundo, configurando-se como poder hegemônico.

Segundo Toffler (1997), além das mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram no final da década de 1980, outros dois aspectos tiveram um grande avanço, sendo respectivamente nas áreas de telecomunicações e transporte, solidificado sobre a base tecnológica ou computacional. Tais mudanças ocorreram em um curto intervalo de tempo, se considerarmos os avanços alcançados pela humanidade em séculos anteriores.

O Brasil, nesse período, também teve inúmeras mudanças. Mas, neste trabalho, nos propusemos a nos ater somente a alguns aspectos políticos e sociais, que transformaram de forma incisiva o cotidiano da população brasileira, tendo, como um dos elementos centrais da vida social, a Segurança Pública.

Conforme Freire (2009), as políticas de segurança pública, nas últimas cinco décadas, podem ser reconhecidas segundo os diferentes paradigmas que as têm orientado, a saber Segurança Nacional, Segurança Pública e Segurança Cidadã.

Em virtude disso e acompanhando a linha histórica cronológica desenvolvida pela autora, é possível discorrer de forma mais minuciosa sobre cada um desses momentos, que ela identifica como “Paradigmas”.

No período que foi denominado de Segurança Nacional, a autora aponta para o intervalo compreendido entre os anos de 1964 (ano do golpe militar que impôs um regime Ditatorial no Brasil), até o ano de 1985 (período em que o movimento de redemocratização já estava consolidado, decretando com isso o fim do regime militar no país, tendo como ápice o

movimento social denominado de Diretas Já). Nesse período, o principal foco das políticas de segurança pública se voltava para a defesa do Estado e a ordem política e social.

Ainda referente a esse período, a autora afirma:

A ditadura representou uma brusca e violenta ruptura do princípio segundo o qual todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. A perspectiva de Segurança Nacional era fundamental na lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional, definido pela elite no poder, justificando-se o uso da força sem medidas em quaisquer condições necessárias a preservação da ordem (FREIRE, 2009, p.103).

Dessa mesma forma, destaca-se que os militares, que comandavam o Brasil, nesse período, não mediram esforços, mesmo com o uso de práticas contestáveis, para defender os interesses da Nação, conforme discurso deles mesmos. Valiam-se do poder coercitivo devido à utilização dos aparelhos específicos do Estado, representado não só pelas organizações militares, mas também pelo aparato das instituições policiais.

Outro ponto que merece ser ressaltado faz o elo entre o cenário interno do país com o contexto mundial, demonstrando a forte interação, e até mesmo certa dependência ou submissão dos governantes na época frente a outras nações, em especial aos Estados Unidos da América do Norte. Fernandes assegura que,

Em consequência o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança, e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável (FERNANDES, 1975, p.23)

A autora cita que o instrumento legal para regulamentar os assuntos de segurança no Brasil, durante o período ditatorial, foi a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, gestada e concebida na Escola Superior de Guerra (ESG).

Em relação a essa interação, vê-se:

Um marco importante para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional foi o treinamento de oficiais superiores das Forças Armadas no National War College (centro de treinamento de alto escalão do exército norte-americano), que trouxeram para o Brasil uma ideologia voltada para a garantia de metas de segurança para implantar uma geopolítica para todo o Cone Sul, no sentido de contenção do perigo da expansão do comunismo (FREIRE, 2009, p.103).

Diante dessas afirmações, verifica-se de forma muito clara que existiu uma forte interferência internacional na política de segurança pública no país, tendo inclusive grande preocupação com aspectos políticos, não só dentro do Brasil, mas em seu papel na América do Sul.

O segundo momento, elencado por Freire (2009), tinha a nomenclatura de Segurança Pública, sendo iniciada logo após o período da Ditadura Militar, perdurando até meados da primeira década do século XXI. Nesse ínterim ocorreu um fato que pode ser considerado como um grande marco neste contexto: em 1988 foi promulgada a Constituição Federal (CF).

A Carta Magna do País, também conhecida como Constituição Cidadã. A CF traz em seu seio um novo ordenamento jurídico para toda organização social do Brasil, sendo demandadas alterações diversas em praticamente todos os órgãos e instituições que compunham a estrutura Estatal implantada até então.

No segmento da Segurança Pública, as organizações e instituições policiais, que tinham sido um dos braços fortes, e mais atuantes do Sistema Ditatorial, exigiu-se uma mudança extrema e abrupta de conduta, tendo que ser repensado o papel de cada instituição, sua missão organizacional, seus métodos de atuação, dentre outros; no contexto nacional.

Sendo definidas na nova CF as atribuições legais das forças armadas no Artigo 142, em que delimita o poder dessas instituições a “manutenção da segurança nacional, soberania nacional, defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais”. Restringindo dessa maneira a amplitude da atuação militar no Brasil.

É possível verificar alguns elementos que compuseram o período denominado de Segurança Pública, no Brasil. O autor cita o Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, em que fica estabelecido que: “a Segurança Pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida no intuito da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

O mesmo Artigo descreve a estrutura da Segurança Pública da seguinte forma: tendo como órgãos responsáveis a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Ferroviária Federal (PFF), nos estados pela **Polícia Civil (PC)**, Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros Militar (CBM) (Grifo nosso).

No §4º do mesmo Artigo, a CF dispõe sobre o papel atribuído à Polícia Civil, como sendo: “**às polícias civis**, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, **as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais**, exceto as militares” (Grifo nosso).

Em virtude desse novo enfoque e do ambiente criado por essa nova estrutura governamental no Brasil, no ano de 1995, foi criada a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, convertida, posteriormente, no ano de 1997 em Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Por conseguinte, surge a Instituição responsável e promotora do objeto de estudo deste trabalho.

Freire (2009) ainda esclarece: “A SENASP passou então a buscar a articulação entre as unidades federativas, visando à estruturação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)”. Tinha-se como modelo de inspiração o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o elemento central do SUSP, a articulação de ações federais, estaduais e municipais no campo da segurança pública.

A autora também cita os Eixos Estruturantes do SUSP, que são: Gestão Unificada da Informação, Gestão do Sistema de Segurança, **Formação e Aperfeiçoamento de Policiais**, Valorização das Perícias, Prevenção, Ouvidorias Independentes e Corregedorias Unificadas- (Grifo nosso).

Como forma de estimular a adesão de estados e municípios ao Sistema Único de Segurança Pública, o Governo Federal cria o Fundo Nacional de Segurança Pública, responsável pela arrecadação de recursos voltados para Segurança, e que, posteriormente, é destinado às instituições que compõem o SUSP, com a apresentação de projetos.

Como terceiro e último período, Freire (2009) elenca o período denominado de Segurança Cidadã, que passa a ser implementada no Brasil a partir do ano de 2003 e permanece até os dias atuais. Tal conceito foi desenvolvido a partir do ano 1995 na Colômbia, país que enfrentava uma grave crise na área de segurança pública, fato causado em face da inércia estatal, frente ao poderio dos cartéis de drogas e grupos guerrilheiros paramilitares, que dominavam inclusive parte do território daquele país<sup>4</sup>.

O principal pilar que sustenta o conceito de Segurança Cidadã está em identificar que a natureza da violência é multicausal, sendo demandadas com isso ações tanto de combate, quanto de prevenção, a atos ilícitos ou criminais. Assim o combate à violência deve envolver tanto organismos governamentais, quanto a própria sociedade civil, e perpassa por áreas diversas, como: saúde, educação, esporte, cultura, lazer, cidadania, dentre outros.

Em virtude dos pontos apresentados, elencamos que seja extremamente necessário trazer à luz alguns instrumentos jurídicos que embasaram essas mudanças, principalmente focadas na criação da SENASP e da Rede EAD.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado pela Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, convertida na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, na gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, é parte da política nacional de segurança pública em implantação desde 2003, articulando políticas de segurança, programas de formação e ações sociais com vistas à modernização das instituições de

---

<sup>4</sup> GONZÁLES, em seu trabalho “Colombia entre la guerra y la paz: alternativa a la guerra”. Apresenta de forma bem detalhada o cenário da segurança pública na Colômbia, naquele período.

segurança pública e do sistema prisional, bem como à valorização dos profissionais de segurança pública, dentre outros objetivos.

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública (PRONASCI, 2007).

Todavia o próprio programa no ano seguinte já sofre modificações substanciais, alterando sua composição fundamental, centrando esforços em quatro projetos essenciais, sendo concretizadas mediante a Lei nº 11.707 de 19 de Junho de 2008, da qual se destacam os Artigos 8 “A” e “E” a seguir:

Art. 8º-A. Sem prejuízo de outros programas, projetos e ações integrantes do Pronasci, ficam instituídos os seguintes projetos:

- I - Reservista-Cidadão;
- II - Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo;
- III - Mulheres da Paz; e
- IV - Bolsa-Formação.**

Estabelecimento e normatização da Bolsa Formação, além de outros programas de inclusão social, redução da vulnerabilidade e exclusão social;

Art. 8º-E. O projeto Bolsa-Formação é destinado à qualificação profissional dos integrantes das Carreiras já existentes das polícias militar e civil, do corpo de bombeiros, dos agentes penitenciários, dos agentes carcerários e dos peritos, contribuindo com a valorização desses profissionais e consequente benefício da sociedade brasileira.

§ 1º Para aderir ao projeto Bolsa-Formação, o ente federativo deverá aceitar as seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 6º desta Lei, na legislação aplicável e do pactuado no respectivo instrumento de cooperação:

I - viabilização de amplo acesso a todos os policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários, agentes carcerários e peritos que demonstrarem interesse nos cursos de qualificação;

II - instituição e manutenção de programas de polícia comunitária; e

**III - garantia de remuneração mensal pessoal não inferior a R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) aos membros das corporações indicadas no inciso I deste parágrafo, até 2012.**

**§ 2º Os instrumentos de cooperação não poderão ter prazo de duração superior a 5 (cinco) anos.**

§ 3º O beneficiário policial civil ou militar, bombeiro, agente penitenciário, agente carcerário e perito dos Estados-membros que tiver aderido ao instrumento de cooperação receberá um valor referente à Bolsa-Formação, de acordo com o previsto em regulamento, desde que:

**I - frequente, a cada 12 (doze) meses, ao menos um dos cursos oferecidos ou reconhecidos pelos órgãos do Ministério da Justiça, nos termos dos §§ 4º a 7º deste artigo;**

II - não tenha cometido nem sido condenado pela prática de infração administrativa grave ou não possua condenação penal nos últimos 5 (cinco) anos; e

III - não perceba remuneração mensal superior ao limite estabelecido em regulamento.

**§ 4º A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça será responsável pelo oferecimento e reconhecimento dos cursos destinados aos peritos e aos policiais militares e civis, bem como aos bombeiros (PRONASCI, 2007- Grifo nosso)**

Apesar de toda estrutura criada e promovida pelo PRONASCI, o referido programa não logrou tanto êxito, beirando quase o ostracismo, partindo do papel de protagonista tanto no Ministério da Justiça, quanto na SENASP, sendo relegado a um papel secundário ou até terciário, no contexto da segurança pública brasileira. Em contrapartida, a Rede EAD da SENASP, que foi constituída no ano de 2005, no intuito de promover a equalização do conhecimento técnico dos diversos atores que atuam no cenário da segurança pública, além de fomentar o crescimento intelectual dos referidos profissionais, passa a ter uma relevância de primeira ordem, sendo conhecido e utilizado pela maioria dos profissionais que tem acesso à referida Rede.

Uma das possíveis razões da perda de prestígio do PRONASCI, talvez se deva à defasagem do valor do teto salarial, dos servidores potenciais que poderiam se habilitar ao recebimento da Bolsa, além da evolução dos planos de cargos e salários, das instituições que atuam na área da segurança pública. No que tange às carreiras analisadas neste trabalho, selecionamos a de Escrivão e a de Investigador de Polícia, em que, no ano de 2005, a remuneração oferecida correspondia a pouco mais de quatro salários mínimos, todavia a remuneração dessas duas categorias, em 2016, ultrapassa a casa dos cinco salários mínimos. Em virtude dessa evolução salarial, não se habilitava nenhum dos servidores que foi incorporado ao quadro funcional da PJC/MT, em virtude da melhoria nas carreiras citadas.

## 2.2 ORDENAMENTO JURÍDICO DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SENASP

De acordo com o que já foi citado, aprofundaremos no arcabouço jurídico que contempla essa temática, iniciando pela CF de 1988, também denominada de Constituição Cidadã, que em seu Artigo 6º afirma:

**São direitos sociais** a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, **a segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a

assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010 - Grifos nosso).

Conforme citado, foi idealizado um novo conceito e estrutura organizacional no Ministério da Justiça no afã de atender a alterações proposta pela nova Carta Magna. Assim no Artigo 144 da Constituição, podemos contemplar a estrutura e organização do aparato policial no Brasil, como segue:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (CF, Art. 144,1988).

No que tange às instituições que são atendidas pela SENASP e conseqüentemente pela Rede EAD da SENASP, seu rol de organizações foi ampliado, passando a atender também aos servidores dos corpos dos “Profissionais de Perícia Forense”, “Guardas Municipais”, “Agentes Penitenciários” e “Agentes Socioeducativos”.

A Rede EAD-SENASP possibilita aos Policiais Civis, Militares, Federais, Rodoviários Federais, Bombeiros, Profissionais de Perícia Forense, Guardas Municipais e Agentes Penitenciários, acesso gratuito à educação continuada, integrada e qualificada (SENASP, 2016).

Nessa citação, podem ser destacados os termos: “acesso gratuito”, “educação continuada”, “integrada” e “qualificada”, termos que despertam para o conceito de Educação Integrada.

Como elemento constitutivo, foi necessário criar, antes mesmo da própria SENASP, um colegiado especializado nas questões de segurança que pudesse arquitetar, estruturar e implementar as mudanças necessárias, para atender à nova demanda social. Assim foi criado o Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), órgão que criaria as condições necessárias para integração da União, Estados e Municípios, no intuito de compartilhar a responsabilidade da segurança dentro do território nacional. Nesse sentido, conforme o Decreto de nº 98.936 de 08 de fevereiro de 1990, fica instituída o CONASP, com as seguintes atribuições:

Art. 1º. É aprovado o Protocolo de Intenções celebrado entre o Ministério da Justiça e as Secretarias Estaduais da área de segurança pública, para institucionalização do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, órgão colegiado de cooperação técnica entre a União, os Estados, o Distrito Federal e Territórios, no combate à criminalidade.

Art.2º. Compete ao CONASP:

I - propor a formulação de uma política nacional de segurança pública;  
 II - intercambiar informações sobre a criminalidade entre a União, os Estados, o Distrito Federal e Territórios;

III - propor medidas que objetivem a prevenção e a repressão do crime;  
 IV - colaborar na preparação e na execução de normas operacionais, quando o delito interessar a mais de um Estado;

V - intercambiar informações técnicas e científicas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e Territórios, bem assim com outros países;

VI - assegurar a participação dos governos estaduais na definição de uma política nacional de segurança pública e na elaboração e acompanhamento dos respectivos planos e programas, resguardado o princípio federativo;

VII - promover estudos e pesquisas relacionados com a criminalidade e a violência, bem assim cursos de aperfeiçoamento de pessoal;

VIII - efetivar a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e Territórios, no combate à criminalidade, mediante acordos ou convênios; [...] (Decreto nº 98.936, 1990).

Ainda no contexto de criação, regulamentação e atribuições do CONASP, foi estabelecido o Decreto 2.169 de 1997, revogado pelo Decreto 6.950 de 2009, revogado pelo Decreto 7.413 de 2010.

Nesse percurso, chega-se ao Decreto 2.315, de 4 de setembro de 1997, que institui a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública – (SEPLANSEG), convertida posteriormente, no Decreto 6.061 de 15 de março de 2007, no qual foi aprovado a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, decreto que cria a Secretaria Nacional de Segurança Pública - (SENASP). Preconizando suas atribuições da seguinte forma:

Art. 12. À Secretaria Nacional de Segurança Pública compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;

II - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;

III - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado;

IV - promover a integração dos órgãos de segurança pública;

V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

VI - promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional;

VII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;

VIII - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade; [...] (Decreto nº 6.061, 2007).

### 2.3 A CRIAÇÃO DA REDE DE EAD DA SENASP

De acordo com o histórico de criação, a Rede EAD foi concebida e implementada em 2005 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) tendo como parceira institucional a Academia Nacional de Polícia (ANP). Em Face da Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD) ela se configurou como uma escola virtual destinada à capacitação continuada dos profissionais da segurança pública no Brasil cujo principal objetivo é:

[...] investir no capital humano, na valorização destes profissionais e, conseqüentemente, na melhoria das ações de segurança pública no país. Pretende, assim, viabilizar aos policiais federais, civis, militares, rodoviários federais, bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários a educação continuada, integrada e qualificada, de forma gratuita (Rede EAD SENASP, 2005).

Quando da estruturação e início de suas atividades, a Rede EAD da SENASP/MJ foi concebida e alinhavada em consonância com o que é preconizado no Decreto 5.707/2006 que: "Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta autárquica e fundacional"; e ainda atende à regulamentação da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ambas as legislações que discorrem sobre a capacitação, treinamento e educação profissional dos servidores públicos. Assim a Rede EAD da SENASP, constitui-se como o grande gestor, idealizador, fomentador e condutor das políticas educacionais que envolvem os diversos atores que atuam na segurança pública no Brasil.

Para tanto, recorre à gestão participativa e articulações com diversas instituições correlatas como: "Academias, Escolas e Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Operadores de Segurança Pública, obviamente em um quadro de respeito aos princípios federativos" (Rede EAD SENASP, 2005).

Em virtude dos diversos desafios previamente citados em relação às dimensões do Estado brasileiro, suas particularidades, bem como de seus entes Federados (Estados e Municípios), a SENASP, preocupada com as mudanças de paradigmas e de bases tecnológicas e atenta a elas, optou por compor sua rede educacional, assentada sobre uma base da "Rede Nacional de Telecomunicações". Tal rede atua em parcerias com instituições afins como as Academias de Polícia, sediadas em cada estado da Federação, podendo ofertar tanto cursos presenciais, quanto cursos à distância, valendo ressaltar que a maioria dos cursos e matrículas são ofertados na modalidade EAD.

A Rede EAD do SENASP está presente em todos os Estados que compõem a República Federativa do Brasil, contando com 257 (duzentos e cinquenta e sete) unidades de formação presencial e a distância, denominados de “Telecentros”, implantados em todos os vinte e seis estados que compõem a Federação, além do Distrito Federal, nas capitais e nos principais municípios polos do interior. Para que se possa compreendê-lo melhor, citamos o conceito de Telecentro do SENASP:

O telecentro é um ambiente composto de tele sala, sala web, espaço para tutoria e sala do servidor de rede, com a infraestrutura e os meios necessários para teleconferências, videoconferências, capacitação baseada em computador, e-learning, exibição de vídeos e filmes. Possui antena parabólica receptora de sinal de satélite, que viabiliza a ampliação da oferta dos cursos e programas para os mais distantes pontos do território nacional (SENASP, 2013).

Em virtude de suas características, podemos perceber que os Telecentros têm outro papel além da oferta dos cursos da Rede EAD, pois em alguns casos podem funcionar como centros de inclusão sociais, e como aparelho para ampliação de oferta na melhoria da capacitação das Instituições conveniadas do SENASP, tornando-se um centro de interações social e profissional, com foco na capacitação e formação continuada dos profissionais de Segurança Pública.

No transcorrer da pesquisa nos deparamos com algumas informações extremamente relevantes, mas um dos fatores que nos deixou mais perplexo foi quanto ao investimento mensal por aluno, enfatizado aqui conforme o VADE MECUM da Segurança Pública (2010)<sup>5</sup>, [...] “destaca-se que a Rede EAD está presente em todas as Unidades Federativas, o custo do projeto por aluno é, atualmente, de R\$ 10,55 (dez reais e cinquenta e cinco centavos), por mês.” Neste tópico o que nos despertou o interesse foi o baixo custo investido por aluno/mês, caso o mesmo curso fosse na modalidade presencial, o valor investido não conseguiria sequer cobrir os custos de alimentação diária de cada aluno.

Como o objeto de estudo deste trabalho é o contexto da Rede EAD do SENASP na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, supomos que seja necessário mencionar que a Instituição conta com um Telecentro, instalado na Sede da Academia de Polícia da PJC/MT (ACADEPOL), o qual é utilizado como ambiente de uso obrigatório por todos os policiais, no momento de formação inicial desde 2007. O Telecentro também oferta cursos específicos de formação continuada. Como exemplo, tem-se o Curso de CIAI, no qual o

---

<sup>5</sup>Vade Mecum da Segurança Pública foi constituído para ser um guia de consulta rápida com o registro das ações realizadas, nestes últimos anos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e que sistematiza as principais políticas de Estado para o setor.

conteúdo pode ser estudado via internet, contudo a prova é realizada de forma presencial naquele local.

Quanto à Infraestrutura do Telecentro do SENASP na ACADEPOL, em visita a referida Academia de Polícia, verificamos que foi instalado o Telecentro do SENASP, no ano de 2005, e também foram disponibilizados computadores e demais equipamentos para o funcionamento do Telecentro.

**Imagem 1 - Fachada da ACADEPOL/Telecentro**



Fonte: GOOGLE MAPS, 2015.

Nas imagens 02 e 03, observa-se o Telecentro instalado na sede da Academia da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso (ACADEPOL), no ano de 2005.

**Imagem 2 - Vista interna do Telecentro Rede EAD/SENASP**



Fonte: O autor, 2015.

Segundo dados fornecidos pela própria SENASP<sup>6</sup>, os usuários, cadastrados em seus bancos de dados, estão distribuídos da seguinte ordem: Equipe Técnica, Empresas de Suporte, Câmara Técnica, Conteudistas e Tutores.

Na Portaria nº 63 de 10 de outubro de 2012, que discorre sobre a atividade educacional e estrutura de servidores, das atribuições de cada cargo e a forma de seleção para composição do quadro de funcional da SENASP, em seu Capítulo I e Artigo 1º e 2º, lê-se:

Art. 1º - Consideram-se atividades educacionais, para efeito desta Portaria, todas as ações didático-pedagógicas executadas diretamente pela Senasp, nas modalidades presencial e a distância.

Art. 2º - As atividades educacionais desenvolvidas pela Senasp contam com os seguintes profissionais:

I - docente (professor/instrutor), profissional designado para o exercício do magistério, na modalidade presencial;

II - monitor, profissional com atribuições de assistência ao docente nas aulas em que forem utilizadas técnicas educacionais que exijam a presença de um ou mais auxiliares nas atividades práticas;

III - coordenador, profissional com atribuições de apoio e coordenação das atividades didático-pedagógicas, administrativas e disciplinares, incumbido de operacionalizar todas as ações relativas aos respectivos cursos e eventos de natureza educacional na modalidade presencial;

IV - supervisor, profissional com atribuições de supervisão das atividades didático-pedagógicas, administrativas e disciplinares, incumbido, ainda, da harmonização das ações e promoção da qualidade dos cursos na modalidade presencial;

V - tutor, profissional com atribuições de promoção, facilitação e geração de intercâmbios nos processos de interação, na Rede Nacional de Educação a Distância para a Segurança Pública - Rede EAD-Senasp, para o desenvolvimento das ações formativas;

VI - tutor master estadual, profissional com atribuições de orientação e coordenação das atividades didático-pedagógicas e administrativas da Rede EAD-Senasp no ente federativo sob sua gestão, designado pela Secretaria de Segurança Pública ou congêneres, conforme os termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Justiça;

VII - tutor master municipal, profissional com atribuições de orientação e coordenação das atividades didático-pedagógicas e administrativas da Rede EAD-Senasp no ente federativo sob sua gestão, designado pela Prefeitura Municipal, conforme os termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado com Ministério da Justiça;

VIII - tutor-coordenador de área temática, profissional com reconhecido saber acerca de determinados conteúdos, responsável pelo acompanhamento e suporte aos tutores da Rede EAD-Senasp, no âmbito de sua área temática;

IX - conteudista, profissional com reconhecido saber acerca de um determinado assunto, responsável pela elaboração, individual ou coletiva, de conteúdo, que poderá ser transcrito em cadernos técnicos ou transposto para o formato de curso a distância;

X - reformulador de conteúdo, profissional com reconhecido saber acerca de um determinado assunto, responsável pela revisão e atualização, individual ou coletiva, de conteúdo; e

XI - revisor, profissional responsável pela revisão, individual ou coletiva do material escrito, considerando as normas técnicas e gramaticais, no intuito de conferir-lhe correção, clareza, concisão e adequação normativa e, ainda, pela análise do material didático e propositura de adequações no que se refere ao conteúdo, linguagem, imagens, estrutura e disposição dos textos (SENASP - Portaria nº 63, 2012).

---

<sup>6</sup> Dados obtidos na página virtual da SENASP, referentes até o ano de 2013.

Desse universo de quase três mil profissionais, destacaremos somente os Tutores Master e Tutores, que perfazem um montante de tutores na ordem de 2.834 (dois mil oitocentos e trinta e quatro) profissionais, acrescido por mais 54 (cinquenta e quatro) Tutores Master, totalizando 2.888 (dois mil, oitocentos e oitenta e oito) profissionais ligados à tutoria dos alunos. Apresentaremos e discutiremos a seguir o papel de pelo menos dois profissionais supracitados, de acordo com o conceito também da Rede EAD da SENASP:

O Tutor Master da Rede EAD é responsável pela administração do telecentro e coordena as ações relacionadas à educação à distância na área de segurança pública no seu estado/município.

São atribuições do Tutor Master:

Administração do telecentro; Gestão da EAD local; Gestão da matrícula dos alunos do seu telecentro; Acompanhamento dos alunos do telecentro e apoio a eles durante os ciclos de cursos; Indicação e acompanhamento dos tutores no desempenho de suas funções; Representação do seu estado/município junto à SENASP; Representação da Rede EAD junto às instituições parceiras no estado/município; Representação da Rede EAD junto às demais áreas de treinamento das corporações vinculadas à segurança. (SENASP, 2013).

O Tutor Master, como se observa, será o grande coordenador, gestor e administrador das atividades da Rede EAD do SENASP em certa delimitação geográfica, podendo ser seu Estado ou seu Município. Em virtude disso todas as informações, todo o planejamento e execução das atividades, passam por ele.

Outro profissional que merece destaque é o tutor de turma, pois entendemos que grande parte do possível êxito do programa esteja nesse profissional, uma vez que é ele que está em contato direto com os alunos, sob orientação direta do Tutor Master. Os atributos delegados aos tutores de turma são:

Os tutores da Rede EAD são profissionais da área de segurança pública, indicados pelos gestores dos seus respectivos Telecentros. Eles possuem conhecimentos necessários sobre os temas dos cursos nos quais atuam e são capacitados para estimular e facilitar tanto o processo de aprendizagem dos alunos quanto o compartilhamento de conhecimentos entre eles. As principais tarefas do tutor ao longo do curso são: Verificar qual ou quais são suas turmas e quem são seus alunos; Estabelecer contato com os alunos através do Painel de Aviso e da Caixa Postal; Criar fóruns; Dar retorno rápido e eficiente às intervenções dos alunos e estimular a colaboração entre eles; Criar salas de Chat (bate-papo); Acompanhar a participação dos alunos nos módulos, fóruns e chats ao longo do curso; Atribuir nota aos alunos; Elaborar e enviar o Relatório Final da Turma (SENASP, 2013).

Em entrevista informal com tutores da Rede, foi externado que existe um sistema de controle extremamente eficaz das atividades realizadas por esses profissionais no intuito de minimizar a evasão dos cursos e de acompanhar o desempenho satisfatório dos alunos em cada turma.

Para que se possa dimensionar um pouco mais sobre a abrangência do Programa da Rede EAD do SENASP, apresentaremos na sequência alguns dados. Quanto ao número de alunos, até o ano de 2013, o total apurado foi de 591.729 (quinhentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e nove) alunos cadastrados, que representam 2.870.633 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e trinta e três) matrículas efetivadas, perfazendo dessa forma uma média de 4,85 (quatro e oitenta e cinco) cursos realizados por aluno.

No ano de 2015, a Rede EAD da SENASP completou dez anos de existência. Em virtude disso, decidimos coletar, tratar e analisar os dados atualizados do programa. Assim, obtivemos os dados até maio de 2016 (sendo os números consolidados de 2015), os quais apresentaremos na sequência. Como já informamos anteriormente, no ano de 2013, o número de alunos atendidos perfazia o total de 591.729 (quinhentos e noventa e um mil, setecentos e vinte e nove), já em 2015 esse número avançou para 648.237 (seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e sete) alunos, apontando um crescimento de aproximadamente 10% (dez) por cento, em dois anos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015, com dados consolidados de 2014, o efetivo policial total (Civil, Federal, Militar e Guardas Municipais) era de 666.479<sup>7</sup> (seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove) servidores. Logo, se dividirmos o número absoluto de servidores que compõem o quadro da segurança pública no Brasil pelo número de alunos matriculados na Rede EAD da SENASP, chegar-se-á ao impressionante número de 97% (noventa e sete por cento) dos servidores ligados à Segurança Pública como alunos da Rede EAD da SENASP.

Quanto ao número de matrículas nos cursos, que representavam 2.870.633 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e trinta e três) em 2013, esse número aumentou para 3.244.763 (três milhões duzentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e trinta e três) de matrículas efetivadas em 2016, perfazendo um crescimento na ordem de 13% (treze) por cento. Dessa forma, no período de 2013 a 2015, houve um crescimento da média de cursos realizados de 4,85/aluno, para 5,0/aluno. Outro dado relevante é a quantidade de turma abertas até então: são mais de 66.500 turmas, com capacidade de até 50 alunos por turma.

No Gráfico 1, é mostrado o crescimento do número de matrículas e o número de evasões, no intervalo de 2005 a 2013, desde a criação e implantação da Rede EAD, até o seu oitavo ano de existência. De acordo com os dados apresentados, o percentual médio de evasão para o período foi de 23% (vinte e três) por cento. Contudo, se descartarmos os primeiros anos, período de implantação, teste e adequação do programa, em que a média de evasão

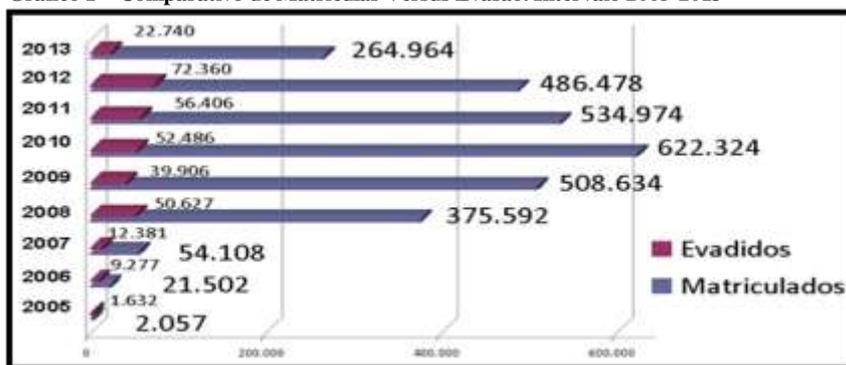
---

<sup>7</sup> Dados disponibilizados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015, totalizados pelo autor com dados extraídos das páginas 94 a 97.

chegou a ultrapassar 50% (cinquenta por cento) das matrículas (vislumbra-se, nesse caso, que os servidores não estavam ainda habituados com essa modalidade de ensino e também em virtude de problemas técnicos de acesso, pois, no início do século XXI, a estrutura lógica e de telefonia ainda era bastante precária), percebe-se que, no último período apresentado, esse percentual não ultrapassou 9% (nove) por cento, dado muito expressivo.

A atualização dos dados do Gráfico 1 dá conta de que, no ano de 2014, foram efetivadas 331.908 (trezentos e trinta e um mil, novecentos e oito) matrículas na Rede, observando-se a efetivação de 47.112 (quarenta e sete mil, cento e doze) evasões no mesmo período. Quanto ao ano de 2015, em que o Programa completou 10 anos, as matrículas efetivadas ficaram em 306.962 (trezentos e seis mil, novecentos e sessenta e duas). Já o número de evasões ficou em 43.614 (quarenta e três mil seiscentos e quatorze).

**Gráfico 1 – Comparativo de Matrículas Versus Evasão. Intervalo 2005-2013**



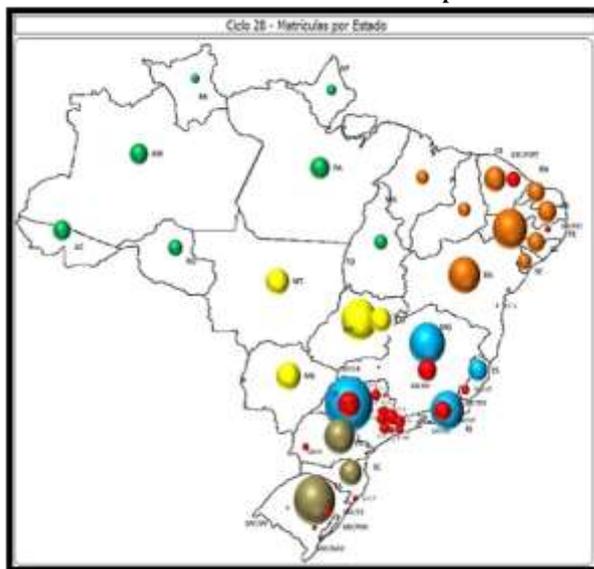
Fonte: SENASP,2013

No Gráfico 2, vislumbra-se a distribuição de matrículas no vigésimo oitavo Ciclo, ressaltando a participação da Rede EAD em todas as unidades da Federação, disponibilizando conhecimento igualitário e simultâneo a todas as partes do Brasil.

Ao analisarmos de forma mais minuciosa o Gráfico 2, percebe-se que há uma concentração maior de matrículas na faixa litorânea do Brasil, concentrado principalmente nas regiões geográficas Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro. Tal fato é explicável pela formação colonizadora ocorrida no país, desde as capitânicas hereditárias estipuladas pela Coroa portuguesa no processo de ocupação da colônia, gerando nessa área maior urbanização, maior presença populacional e maior disseminação de infraestrutura e instituições. Portanto, também é revelado nesse gráfico a concentração demográfica do Brasil nas regiões acima indicadas, observando-se uma situação oposta nas regiões Centro-Oeste e Norte, com baixa demografia

e, por conseguinte, desafios diversos, em alguns aspectos proporcionalmente maiores, de aplicação de recursos públicos, tendo em vista a distância entre as cidades, a precariedade do sistema de transportes (rodoviário, ferroviário e fluviais) e falta de infraestrutura básica em boa parte dos municípios, dentre outros aspectos.

**Gráfico 2 – Amostra de Matrículas na Rede EAD por Estado Federado**



Fonte: SENASP, 2013.

A oferta de cursos na Rede EAD do SENASP foi configurada de forma ciclada, sendo previstos três ciclos regulares por ano. A cada ciclo são disponibilizadas 200.000 (duzentas mil) vagas, tendo como regra básica a inscrição de um curso por aluno, no primeiro ciclo de que o aluno participa; a partir do segundo ciclo, o aluno pode se matricular em dois cursos, caso haja disponibilidade de vagas.

A dinâmica de cada ciclo segue a seguinte ordem: Antes mesmo do início das aulas, existe todo um processo prévio, que parte desde a seleção e revisão dos cursos a serem ofertados, e os procedimentos de oferta dos cursos, matrícula, e demais procedimentos, como verificaremos a seguir.

Fase preparatória: Ocorre antes do início efetivo do ciclo, criando condições para a montagem das turmas. Esta fase é composta das seguintes atividades:

- (1) Inscrições dos alunos (realizadas on-line);
- (2) Validação das inscrições (realizada pelos tutores masters);
- (3) Associação dos tutores aos cursos e turmas.

Matrícula dos inscritos: representa o início do ciclo. Todos os alunos com inscrições validadas recebem um e-mail de confirmação da matrícula, gerado automaticamente

pelo sistema, informando a turma a qual pertence, o login e a senha de acesso ao AVA. O envio dessas mensagens ocorre cinco dias antes do início dos cursos.

Envio de Confirmação de Matrícula: ocorre cinco dias antes do início dos cursos. É enviada para todos os alunos matriculados uma mensagem de confirmação de matrícula, assim como, para os alunos que tiveram a inscrição recusada, um aviso sobre a recusa. Para os alunos novos, na mensagem enviada, estão os dados para acesso ao ambiente (SENASP, 2013).

Após o início das aulas, o ciclo segue de forma contínua e dinâmica, sendo disponibilizados os conteúdos aos discentes, e em cumprimento ao calendário pré-definido do ciclo, são abertos os fóruns de discussão, assim como também é marcado a data e horário de encontro na sala de bate-papo denominado de “Chat”, onde são retiradas dúvidas e realizadas contribuições em tempo real.

Quanto ao material, ele fica disponibilizado on-line e também para “Download” (armazenamento no próprio computador do aluno) e impressão, no intuito de facilitar a leitura e o aprendizado, mesmo após a conclusão do curso. Essa ferramenta se configura de forma muito útil em virtude da baixa qualidade do serviço de internet, ofertados pelas diversas operadoras de telefonia, disponibilizados em distintos municípios do país.

O acompanhamento do Tutor da turma é constante e intenso, estimulando os alunos para cumprimento das atividades propostas, via mensagens eletrônicas e, em alguns casos, até mesmo via telefone. A seguir a dinâmica durante o período do curso:

Período das aulas: a carga horária dos cursos varia entre 40 e 60 horas. Todos iniciam-se na mesma data, porém, terminam em datas diferentes. Os cursos de 40 horas têm cinco semanas de duração e os de 60 horas têm sete semanas. Em ambos os casos, a primeira semana é dedicada à familiarização dos alunos com o Ambiente. OBS: Não é necessário que o aluno acesse as 40 ou 60 horas para que conclua o curso e seja aprovado. O fundamental é que participe das atividades propostas.

Dentro do período das aulas, os alunos devem ler e concluir os módulos do curso e realizar as avaliações (SENASP, 2013).

Após o encerramento do curso, ainda estão previstas algumas atividades, mas de responsabilidades somente dos Tutores, Tutor Master e Gestores do programa, tornando em face disto um calendário contínuo, como se nota nestas informações:

Conclusão das atividades das turmas: Após o término do período das aulas, tutores, masters e administradores precisam concluir uma série de atividades que foram sendo desenvolvidas paralelamente ao andamento dos cursos. Cabe ao tutor, neste período, concluir o lançamento das notas dos alunos e emitir o relatório da turma para finalizar suas atividades no ciclo.

Fechamento do ciclo: realizado pela administração da Rede EAD. Quando ocorre o fechamento deixa de existir qualquer possibilidade de alteração de dados referentes ao ciclo encerrado (SENASP, 2013).

Somente a título ilustrativo, apresentaremos o calendário da Rede EAD do SENASP do ano de 2016; nele, verifica-se que são realizados três ciclos a cada ano, composto por

várias etapas que partem do período de inscrição, até o fechamento do ciclo, perfazendo, em média, com 100 dias de atividades a cada ciclo.

**Quadro 2 – Calendário de Cursos dos Ciclos de 2016 na Rede EAD**



## Ciclos 2016 Rede EaD-SENASP



Atividades	Ciclos 2016			Qtde Dias
	Ciclo 36	Ciclo 37	Ciclo 38	
Inscrições Etapa Única	28/01 a 08/02	11/05 a 20/06	23/08 a 01/09	10
Validações das Inscrições	28/01 a 11/02	11/05 a 25/05	23/08 a 05/09	15
Período de Matrículas/Apostas	12/02 a 26/02	27/05 a 10/06	08/09 a 22/09	15
Divulgação das Turmas	27/02 a 02/03	11/06 a 14/06	23/09 a 27/09	5 e 4 dias (Ciclo 37)
Período de aulas - 40 h	03/03 a 07/04	15/06 a 20/07	28/09 a 02/11	36
Conclusão/Relatório Tutoria - 40h	08/04 a 14/04	21/07 a 27/07	03/11 a 09/11	7
Período de aulas - 60 h	03/03 a 22/04	15/06 a 03/08	28/09 a 16/11	50 e 51 (Ciclo 36)
Conclusão/Relatório Tutoria - 60h	23/04 a 29/04	04/08 a 10/08	17/11 a 23/11	7
Fechamento Atividades do Ciclo	30/04 a 09/05	11/08 a 21/08	24/11 a 03/12	10 e 11 (Ciclo 37)

**Qualificando e Difundindo o  
Conhecimento em Segurança Pública**



Fonte: SENASP, 2016.

Todas as atividades, e toda a estrutura citada anteriormente, ganham vida em uma página na internet ou sítio na Word Wide Web (WWW), ou rede mundial de computadores. Em face ao que fora conceituado de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), nesse espaço todas as interações entre o material, os alunos e tutores ocorrem de forma extremamente interativas.

As formas de acesso a esse ambiente virtual, ou à página da internet são várias, contudo pode-se elencar as três mais utilizadas:

- a) pelo acesso direto no endereço “<http://ead.senasp.gov.br/>”, endereço eletrônico disponibilizado pela SENASP como seu endereço principal na internet;
- b) via sítio do Ministério da Justiça, disponível no endereço [www.mj.gov.br/ead/](http://www.mj.gov.br/ead/), clicando no link “Acesso aos cursos”;
- c) ou, como estamos estudando a Rede EAD na PJC-MT, pelo link disponibilizado na página “[www.pjcmt.gov.br](http://www.pjcmt.gov.br/)”, página oficial da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso que disponibiliza o link no canto inferior direito do seu site.

Em todos os casos citados, o usuário irá se deparar com a figura que se encontra logo abaixo, devendo primeiramente preencher um cadastro de inscrição, mas o cadastro só será validado, por meio da confirmação de que o usuário é servidor de uma das Instituições Conveniadas com a SENASP; na sequência será gerado um nome de usuário ou login, e ele deverá cadastrar uma senha.

**Figura 1 – Tela Inicial do AVA do EAD do SENASP**



Fonte: SENASP,2013.

No momento do acesso inicial, o usuário será conduzido para segunda tela, que é a principal da AVA, local em que lhe estará disponível os cursos que o usuário já realizou e está matriculado, os que ele já concluiu, os evadidos e as solicitações de desistências. Os fóruns, locais em que é requerida a participação de no mínimo três fóruns obrigatórios de cada aluno, por curso, têm como objetivo mensurar o grau e absorção de conhecimento sobre cada módulo estudado, atividade obrigatória para a conclusão de cada curso, sendo proposto, monitorado e articulado pelos tutores; a participação compõe a nota final de cada aluno.

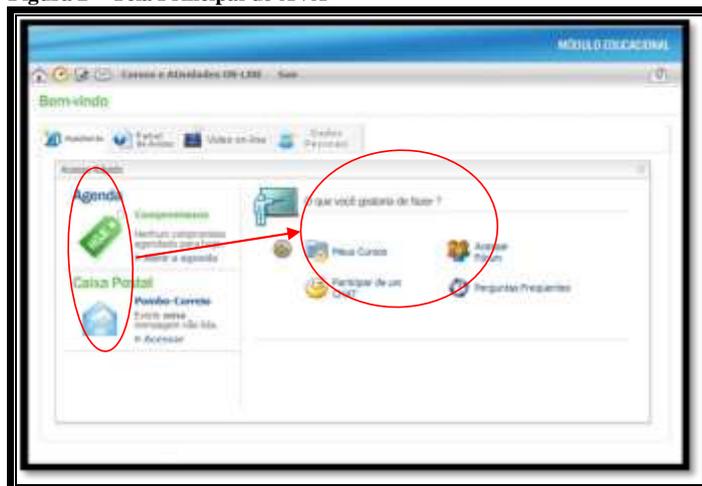
Outros elementos contidos na página inicial do AVA são os Chats (Sala de bate-papo em tempo real, também proposto pelo tutor de cada turma, com objetivo de discutir e tirar dúvidas dos alunos em tempo real sobre algum tema abordado, que serve também como ambiente de socialização da turma). A caixa-postal é o mecanismo oficial de comunicação entre a Rede EAD, Tutores e Administradores da Rede, com os alunos. Também é solicitado

o cadastramento de um e-mail pessoal, no qual são encaminhados os alertas e mensagens geradas pelo sistema, cujo objetivo é estreitar o contato com o aluno; caso ele não esteja acessando o AVA, o tutor pode contatar o aluno através de e-mail, ou em alguns casos até mesmo via telefone, haja vista que a qualidade de serviços da internet no Brasil, ainda está muito aquém do esperado pelos consumidores.

Existe ainda uma agenda para o acompanhamento das atividades propostas e realizadas pela turma e pelo aluno.

Por fim, mas não menos relevante, está o Vídeo On-Line (WEBTV), ferramenta que disponibiliza parte do conteúdo de cada curso em formato de vídeo. Cada curso conta com no mínimo um vídeo em que um especialista discorre sobre o tema do curso. Neles são apresentadas, simulações que buscam se aproximar ao máximo, do uso do conhecimento do curso no cotidiano das atividades profissionais dos alunos.

**Figura 2 – Tela Principal do AVA**



Fonte: SENASP, 2016.

Na sequência, o aluno acessa outra página da plataforma, em que estão inseridos os cursos nos quais está matriculado. Ao acessar o curso, ele pode acessar diversas abas (Apresentação, Conteúdo, WEBTV, Material Complementar, Colegas de Curso e Avaliações). Em cada campo desses, o aluno irá encontrar recursos que o instruirão sobre o desenvolvimento das atividades propostas e requeridas pelo curso, de forma bastante interativa e autoexplicativa.

No campo de material complementar, o aluno encontra indicações de leitura (tanto física, quanto em ambiente virtual), que lhe disponibilizará um conhecimento mais denso sobre o tema abordado no curso. Quanto às avaliações (do curso e do tutor da turma), vale ressaltar que somente serão disponibilizadas aos alunos após terem concluído a leitura de todo o material do curso, e terem participado de no mínimo três fóruns obrigatórios.

Na Figura 3, observa-se o *layout* (apresentação visual) do curso Análise Criminal, em que são explanados o nome do curso, a duração, a nota mínima e um sucinto esboço do que é o curso.

**Figura 3 – Tela inicial do curso (Análise Criminal 1 - VA)**



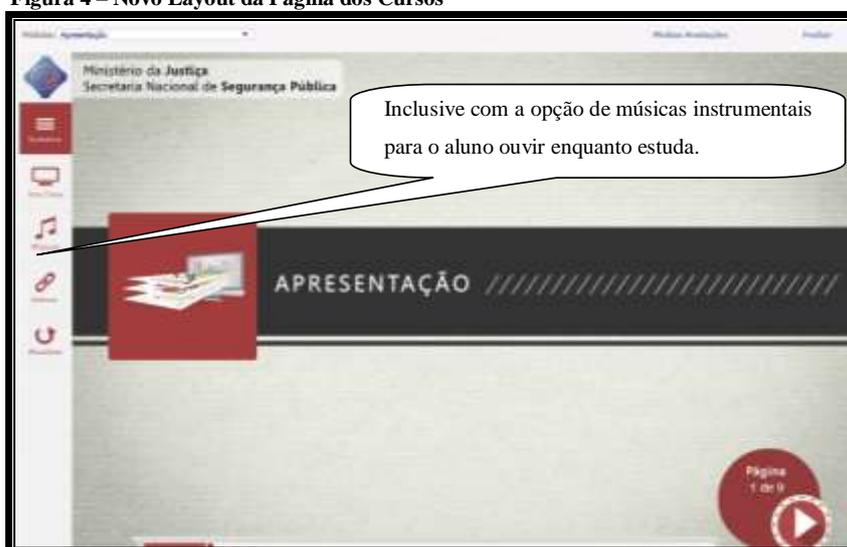
Fonte: SENASP, 2016.

Quanto ao material do curso, no ano de 2016, foram aperfeiçoados diversos deles. Os que tiveram atualizações de conteúdo, receberam a sigla “VA”, de Versão Atualizada, na frente da sua nomenclatura. Em virtude de acompanharmos a referida plataforma desde julho de 2008, podemos perceber que, em 2016, ocorreram mudanças importantes na plataforma. Não foram atualizados somente os conteúdos, também foram aprimorados as configurações da plataforma na apresentação dos cursos, criando-se um ambiente mais dinâmico, atrativo, interativo e amigável para o aluno.

Também foi inserida uma aba lateral em que o aluno pode escolher inclusive se gostaria de ouvir uma seleção de músicas instrumentais, enquanto realiza seus estudos,

conforme mostra a Figura 4. Essa ferramenta apresenta-se de forma muito apropriada, haja vista que a proposta da modalidade EAD é inclusive para o servidor utilizá-la fora do horário de expediente, até mesmo após ter cumprido sua jornada de trabalho. Quanto à seleção das músicas disponibilizadas, músicas clássicas instrumentais, revela-se um indicativo de alinhamento ao que foi preconizado por Marx e Gramsci, em busca de estimular o aluno a se habituar com uma das formas mais sublimes das artes, a música clássica.

Figura 4 – Novo Layout da Página dos Cursos



Fonte: SENASP, 2016. (Comentário Nosso)

O conteúdo da WEBTV é apresentado em vídeo-aula por um especialista da área abordada, como revela a Figura 5 a seguir. Nesses vídeo-aulas são utilizados diversos recursos de mídia, no afã de apresentar ao aluno a aplicabilidade dos conceitos estudados no curso. Contudo, ao tentarmos utilizar esse recurso, verificamos que ele não funcionou de forma apropriada, causando diversos travamentos, fato que pode ser decorrente tanto das especificidades do sistema operacional do curso quanto de sua compatibilidade com as condições locais de acesso ao sinal de internet.

Considerando que essa experimentação se deu na capital do Estado – onde supostamente o acesso à internet é melhor ou com uma qualidade superior, em virtude de sistema técnico mais sólido e potente, bem como da concorrência entre as prestadoras deste serviço, utilizando um meio denominado de Banda Larga, o que, em tese, garantiria um fluxo

de dados de grande capacidade e estabilidade –, suspeitamos que os alunos que se encontram no interior do Estado tenham maiores dificuldades em usar esse recurso. Entretanto, aqui cabe esclarecer que cada Unidade Policial, inclusive nos municípios mais distantes da Capital, conta com internet de alta velocidade.

**Figura 5 – Tela inicial do WEBTV**



Fonte: SENASP, 2016.

Ao concluir toda a leitura dos módulos com o conteúdo proposto para o curso, além da participação nos fóruns obrigatórios (no mínimo três fóruns de discussão de conteúdo), é disponibilizada a tela para as avaliações, tanto do curso (pesquisa de satisfação, utilizada nesta dissertação), quanto do tutor da turma (momento em que o aluno avalia o desempenho do tutor durante o curso), conforme apresentado na Figura 6. A pesquisa de satisfação referida anteriormente é obrigatória a cada aluno ao concluir cada curso, sendo pré-requisito para liberação da avaliação (prova final) de cada curso.

**Figura 6 – Tela de Avaliações do Curso e Tutor**



Fonte: SENASP, 2016.

## 2.4 A MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Quanto à estrutura pedagógica, a Rede EAD do SENASP tem como documento norteador a Matriz Curricular Nacional. Todavia, vale ressaltar as origens desse documento que baliza todo o tipo de formação na área de Segurança Pública no Brasil, que abrange desde a formação inicial e se estende até a formação continuada, englobando assim todas as ações formativas dos profissionais que labutam nessa área. Logo, será feita uma síntese de como chegamos até o documento em questão.

Recorremos à exposição realizada por Sousa (2009) acerca do percurso histórico da formação de policiais, desde a Grécia antiga até o Brasil, nos dias contemporâneos, mencionando a herança deixada pelos patrícios portugueses, nessa área.

A autora cita que tanto as sociedades espartanas quanto a grega valorizavam a formação do guerreiro. Contudo, a Coroa Portuguesa não se preocupava com a formação profissional de soldados, nem na Metrópole, muito menos nas Colônias, no caso do Brasil.

Esse fato é confirmado por Gomes (2007). Para o autor, em virtude da exploração desenfreada de suas colônias, tal atitude transformou o Império Português em um governo ineficiente e decadente, descuidando inclusive de seu exército, fato relatado após a partida da família real portuguesa, em 1807, da seguinte forma: “Nos meses que se seguiram à partida da

família real, milhares de portugueses pegariam em armas para resistir à invasão francesa”, o que demonstra a falta de uma ampla estrutura profissional do exército lusitano, relegando parte da defesa do país às mãos de cidadãos civis.

Sousa (2009) discorre sobre o fato de a Coroa portuguesa começar a se preocupar com a formação militar, após as invasões promovidas por franceses, ingleses e flamencos, às suas colônias. Contudo, a autora afirma que, ao ser transferida para o Brasil, a Corte portuguesa trouxe consigo toda a estrutura da corte, inclusive a Academia de Ensino da Marinha, sendo substituída pela Escola da Marinha e o Colégio Naval.

Em face disto, inicia-se um ciclo de investimento em formação cujo foco é a constituição das forças armadas do Brasil. Segundo a autora, “A formação visava, portanto, a formação de um exército para a defesa da pátria”(SOUSA, 2009, p.43). Essa centralidade atribuída às forças armadas e à questão da segurança nacional teriam a forte influência ao longo do tempo nas ações sobre a formação no âmbito da segurança pública, até a Constituição Federal de 1988, configurando-se como um dos pilares que sustentaram ou comandaram a ditadura militar no Brasil.

Assim diante das citações mencionadas, podemos inferir que, na maior parte dos cinco primeiros séculos da história do Brasil, os governantes, ou não tinham preocupação com a formação dos indivíduos que eram responsáveis pela aplicação da lei e o uso do poder coercitivo do Estado, “o corajoso” segundo Platão (citado anteriormente), ou quando iniciaram o processo formativo desse grupo de indivíduos, o faziam com o foco na defesa do território, de invasões oriundas de outras nações.

A formação das instituições policiais não foi descartada. Contudo, conforme a escala de governo, pouco ou quase nenhum investimento era aplicado nessa área. Somente a título de ilustração, a Instituição a qual é objeto desta pesquisa, até o ano de 1984 tinha como nomenclatura “Grupo da Polícia Civil”. Hoje é uma Instituição Autônoma e Independente, que possui suas atribuições legais bem definidas legal e administrativamente.

Somente a partir da década de 1990, os governantes começam a atentar de forma mais permanente para o fato de que a Segurança Pública é um tema muito mais amplo do que a defesa do país contra guerras e a repressão contra o crime e os conflitos internos. Assim, surge uma nova demanda, de treinar e capacitar os indivíduos que atuam na preservação e no cumprimento da lei, atentando especialmente para a demanda interna, tendo como preocupação o cumprimento de todo o ordenamento jurídico, tanto nacional, quanto internacional, na preservação da vida, dos direitos humanos e no cumprimento da lei.

Diante dessa abrupta mudança de cenário, o Ministério da Justiça e todos os outros entes relacionados com a Segurança Pública começam a elaborar no início do Século XXI o documento que nortearia todas as ações formativas dos profissionais que atuam nesse segmento. Surge, por conseguinte a Matriz Curricular Nacional (MCN), documento que foi apresentado em forma de esboço ainda, no Seminário Nacional sobre Segurança Pública ocorrido em 2003. No ano de 2005, foi apresentada uma versão atualizada, sendo apensados a ela outros dois documentos validados pela SENASP.

Após a publicação da primeira versão da MCN em 2005, o documento foi atualizado e publicado novamente em 2009, com a participação de outros organismos, em que destacamos a parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. A partir de 2010, o documento mantém a preocupação com a atualização desse documento, enfatizando o aspecto de abrangência nacional. Foi publicada em 2014 a última versão da Matriz Curricular Nacional.

Na elaboração da referida Matriz, ressaltamos, além da participação de policiais, a presença de outros profissionais, com destaque para os profissionais de consultorias na área pedagógica, os quais demonstram a preocupação em desenvolver um instrumento amplo, técnico e sólido, que possa servir de documento referencial nas ações formativas, da área em questão.

Com isso, podemos destacar parte do próprio documento, extraído do seu objetivo central, que discorre da seguinte forma:

Favorecer a compreensão do exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância. (PASSOS, 2014, p.40).

Quando aprofundamos nossas pesquisas, descobrimos que todos os cursos ofertados pela Rede EAD da SENASP, a partir do ano de 2012, passaram a ser respaldados por uma Câmara Técnica que tem como missão garantir a qualidade dos cursos ofertados, analisando coerência e densidade dos materiais propostos. Além das Câmaras Técnicas, todo o conteúdo programático da Rede EAD da SENASP passou pelo crivo do assessoramento na parte didática por técnicos do Ministério da Educação (MEC), buscando, dessa forma, elaborar e ofertar conteúdos de alto nível educacional. Nesse tópico, vale ressaltar que todos os cursos ofertados pela Rede EAD são completamente gratuitos.

## 2.5 ELEMENTOS ORGANIZACIONAIS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Apesar do recorte deste trabalho não ser a discussão sobre currículo, faz-se necessário discorrer um pouco sobre esse tema, uma vez que os elementos que o compõem nortearão toda a formação e educação profissional dos profissionais ligados à Segurança Pública no Brasil.

No intuito de não alongar demasiadamente este trabalho, não discorremos sobre as teorias do Currículo, entretanto citaremos brevemente as três principais vertentes dessas teorias que, de acordo com Sousa (2009), podem se distinguir de forma bem clara.

A primeira vertente é a das Teorias Tradicionais focadas no ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos, tendo como principal autor Bobitt, inspirada nas ideias de Frederic Taylor, centrando seus esforços nos objetivos da educação e no corpo das disciplinas, ênfase no eixo técnico – o que fazer e como fazer.

Já a segunda vertente, denominada de Teoria Crítica, preconiza a discussão da ideologia, reprodução cultural e social, poder, classe social, capitalismo, relações sociais de produção, conscientização, emancipação e libertação, debatendo a existência do currículo oculto e de resistências. Os principais autores desta vertente são: Bourdier, Althusser, Michael Young, dentre outros, em grande parte inspirados pelas teorias de Karl Marx. Essas teorias enfatizam a relação entre a “educação e produção, a contribuição para reprodução capitalista”, como afirma Sousa (2009, p.45). Percebe-se que essa vertente filosófica, muito se aproxima dos conceitos, elementos e autores que embasam esta dissertação.

Na terceira e última vertente, têm-se as Teorias Pós-Críticas, que se concentram na discussão de questões relativas à identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade e multiculturalismo, tendo como seus principais expoentes Deleuze, Baudrillard, Derrida, Foucault, Lyotard, Rorty.

Os componentes elementares da MCN foram concebidos e organizados a partir de elementos teóricos, didáticos e metodológicos, que objetivam inserir o policial, tanto em início de carreira, quanto os que já atuam na função, no contexto de desenvolvimento de competências necessárias para sua atuação profissional em consonância com o que é demandado pela sociedade contemporânea.

De acordo com Sousa (2009), o desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das funções nas atividades de segurança pública foram concebidas alinhavadas aos trabalhos desenvolvidos por Perrenoud, que segue a Teoria de Currículo por competência. Assim, na figura abaixo, podemos visualizar de forma gráfica a estrutura do conjunto de competências requeridas pela Matriz:

Figura 7 – Mobilização das Competências



Fonte: MCN – SENASP, 2014.

Para que possamos entender os elementos que compõem a figura supracitada, recorreremos à definição de Competência utilizada pela própria MCN:

Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.

No âmbito desse documento, trabalharemos com três conjuntos de competências:

- Competências cognitivas: são competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento. Elas habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

- Competências operativas: são as competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

- Competências atitudinais: são competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais; a conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo; a capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social (MCN- SENASP, 2014, p.18).

Na elaboração da Matriz Curricular Nacional, houve uma preocupação em conceber uma proposta pedagógica que priorizasse a “Valorização de Saberes Anterior, Universalidade, Interdisciplinaridade, Transversalidade e a Reconstrução Democrática dos Saberes” MCN (2014, p.39), no intuito de atender, de forma efetiva, aos componentes

de formação tanto inicial, quanto continuada, no vasto espectro que se encontra no bojo da Segurança Pública no Brasil.

Na definição das Competências, como revelado acima, foram de algum modo contemplados os aspectos abordados por Marx na discussão da formação omnilateral ou mesmo por Gramsci na discussão da Escola Unitária. Reforçamos Reforço nossa fala com os termos utilizados como: “Autonomia Intelectual”, “Habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa” e “preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente” MCN(2014).

Outros dois elementos, que merecem destaque na MCN (2014, p.42,45), e que dispõem e agregam os conhecimentos de forma sistematizada, com o objetivo de atender a multiplicidade de demandas, as especificidades das instituições e as necessidades dos seus servidores, são representados no Eixo Articulador e nas Áreas Temáticas, conforme se verifica nas duas figuras abaixo:

**Figura 8 – Eixos Articuladores**

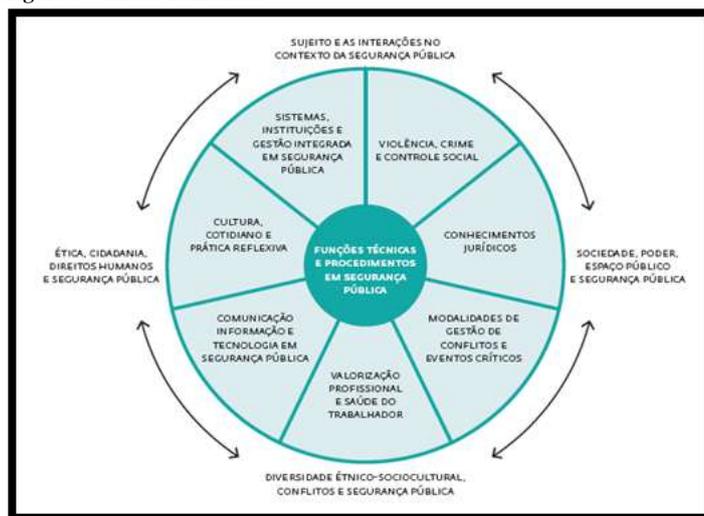


Fonte: SENASP – MCN, 2014.

Quanto aos Eixos Articuladores, é possível perceber a amplitude de segmentos, atores e ambientes, que norteiam cada curso ofertado pela SENASP. Pode ser enfatizada a preocupação com os elementos jurídicos, em especial com os Direitos Humanos, fato que

reforça a contribuição de Freire (2009), quando discorre sobre a quebra de paradigma, com a promulgação da Constituição Cidadã.

**Figura 9 – Áreas Temáticas**



Fonte: SENASP – MCN, 2014.

O quadro que apresenta as Áreas Temáticas fornece algumas pistas que podem contribuir para o entendimento de um dos pontos levantados neste trabalho: se a Política Pública, que institui a Rede EAD do SENASP, é orientada pelo conceito de “Formação Profissional” ou “Educação Profissional”. Questionamento que buscamos aprofundar no transcorrer da pesquisa. Entretanto, até aqui, percebemos que o viés de Educação é muito mais evidente, forte e consistente do que o de Formação.

## 2.6 DISCIPLINAS OFERTADAS NA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Apresentaremos, a seguir, as disciplinas ofertadas na MCN, todavia em face da amplitude de temas e conhecimentos elencados, não iremos discorrer sobre os conteúdos das disciplinas ou cursos, para não nos delongarmos de forma desnecessária neste trabalho.

Dessa maneira, os cursos estão dispostos em consonância com suas áreas temáticas:

**Quadro 3 – Disciplinas Ofertadas na Matriz Curricular Nacional**

<b>MATRIZ CURRICULAR</b>	
2.1	ÁREA TEMÁTICA I - SISTEMAS, INSTITUIÇÕES E GESTÃO INTEGRADA EM SEGURANÇA PÚBLICA
2.1.1	Disciplina: Estado, Sociedade e Segurança Pública
2.1.2	Disciplina: Sistema de Segurança Pública
2.1.3	Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública
2.1.4	Disciplina: Gestão Integrada e Comunitária
2.2	ÁREA TEMÁTICA II - VIOLÊNCIA, CRIME E CONTROLE SOCIAL
2.2.1	Disciplina: Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade
2.2.2	Disciplina: Criminologia Aplicada à Segurança Pública
2.3	ÁREA TEMÁTICA III - CONHECIMENTOS JURÍDICOS
2.3.1	Disciplina: Direitos Humanos
2.3.2	Disciplina: Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial
2.4	ÁREA TEMÁTICA IV - MODALIDADES DE GESTÃO DE CONFLITOS E EVENTOS CRÍTICOS
2.4.1	Disciplina: Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos
2.4.2	Disciplina: Resolução de Problemas e Tomada de Decisão
2.4.3	Disciplina: Análise de Cenários e Riscos
2.4.4	Disciplina: Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres
2.5	ÁREA TEMÁTICA V - VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR
2.5.1	Disciplina: Relações Interpessoais
2.5.2	Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho
2.5.3	Disciplina: Educação Física
2.6	ÁREA TEMÁTICA VI - COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA
2.6.1	Disciplina: Língua e Comunicação
2.6.2	Disciplina: Documentação Técnica 1
2.6.3	Disciplina: Telecomunicações
2.6.4	Disciplina: Tecnologias e Sistemas Informatizados
2.6.5	Disciplina: Gestão da Informação
2.6.6	Disciplina: Inteligência de Segurança Pública
2.6.7	Disciplina: Estatística Aplicada à Segurança Pública
2.6.8	Disciplina: Introdução à Análise Criminal
2.7	ÁREA TEMÁTICA VII - CULTURA, COTIDIANO E PRÁTICA REFLEXIVA
2.7.1	Disciplina: Ética e Cidadania
2.7.2	Disciplina: Diversidade Étnico-Sociocultural
2.7.3	Disciplina: Identidade e Cultura da Organização Policial
2.7.4	Disciplina: Ordem Unida
2.8	ÁREA TEMÁTICA VIII - FUNÇÕES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS EM SEGURANÇA PÚBLICA
2.8.1	Disciplina: Abordagem
2.8.2	Disciplina: Preservação e Valorização da Prova
2.8.3	Disciplina: Atendimento Pré-Hospitalar
2.8.4	Disciplina: Uso Diferenciado da Força
2.8.5	Disciplina: Defesa Pessoal Policial
2.8.6	Disciplina: Armamento, Munição e Tiro
2.8.7	Disciplina: Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Algema

Fonte: (MCN- SENASP, 2014, p.28).

Como se pode observar, nas disciplinas apresentadas na MCN, além das disciplinas específicas da área de atuação policial, ainda são disponibilizados aos servidores conteúdos de linguagens, qualidade de vida, ética e cidadania, diversidade ético-profissional e principalmente direitos humanos. Tal grade curricular permite inferir que há uma preocupação real que extrapola o conceito de apenas formar um profissional que saiba utilizar bem as técnicas e procedimentos policiais, mas que também consiga refletir sobre suas ações e as implicações delas no contexto social.

Figura 10 – Malha Curricular Para Ações Formativas da Polícia Civil e Polícia Militar

3.7  
CURRÍCULO E FORMAÇÃO DA SENASP  
75

**1.7.5.1**  
**MALHA CURRICULAR PARA AS AÇÕES FORMATIVAS DA**  
**POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR (NÚCLEO COMUM)**

ÁREAS TEMÁTICAS DA MATRIZ	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (900h)
<b>ÁREA TEMÁTICA I</b> Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Estado, Sociedade e Segurança Pública	12h
	Sistema de Segurança Pública	12h
	Fundamentos da Gestão Pública	12h
	Gestão Integrada e Comunitária	12h
		<b>60h</b>
<b>ÁREA TEMÁTICA II</b> Violência, Crime e Controle Social	Abordagem Histórica, Social e Psicológica da Violência e da Criminalidade	30h
	Criminologia Aplicada à Segurança Pública	24h
		<b>54h</b>
<b>ÁREA TEMÁTICA III</b> Conhecimentos Jurídicos	Direitos Humanos	18h
	Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial	54h
		<b>72h</b>
<b>ÁREA TEMÁTICA IV</b> Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	18h
	Resolução de Problemas e Tomada de Decisão	12h
	Análise de Cenários e Riscos	12h
	Gestão Integrada de Crises e Desastres	18h
		<b>60h</b>
<b>ÁREA TEMÁTICA V</b> Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Interpessoais	24h
	Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho	12h
	Educação Física I	120h
<b>ÁREA TEMÁTICA VI</b> Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	26h
	Documentação Técnica	12h
	Telecomunicações	20h
	Tecnologias e Sistemas Informatizados	20h
	Gestão da Informação	20h
	Inteligência de Segurança Pública	16h
	Estatística Aplicada à Segurança Pública	20h
	Introdução à Análise Criminal	24h
		<b>158h</b>
<b>ÁREA TEMÁTICA VII</b> Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	Ética e Cidadania	12h
	Diversidade Étnico-sociocultural	14h
	Identidade e Cultura da Organização Policial	20h
	Ordem Unida	20h
		<b>66h</b>
<b>ÁREA TEMÁTICA VIII</b> Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Abordagem	60h
	Preservação e Valorização da Prova	12h
	Atendimento Pré-Hospitalar	24h
	Uso Diferenciado da Força	20h
	Defesa Pessoal Policial	40h
	Armamento, Munição e Tiro	110h
	Técnicas de Imobilizações Policiais e Utilização de Alargados	16h
		<b>282h</b>

Fonte: MNC SENASP, 2014.

Da mesma maneira, como já havíamos apontado no item anterior, na Figura 6, para a diversidade de áreas do conhecimento é ressaltada a amplitude de áreas ofertadas.

**Quadro 4 - Relação de Cursos e Carga Horária**

Curso	C/H	Curso	C/H
AC - Análise Criminal	60h	IH1 - Investigação de Homicídios 1	60h
AJAP - Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial	60h	IH2 - Investigação de Homicídios 2	60h
AMSV – Atend. as Mulheres em Situação de Violência	40h	LBS – Libras	60h
APGV - Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis	60h	PLCVA - Local do Crime: Isolamento e Preservação-VA	60h
BFA - Balística Forense Aplicada	60h	MCOM - Mediação Comunitária	40h
BOED - Bombeiro Educador	60h	MC1 - Mediação de Conflitos 1	60h
BEA1 - Busca e Apreensão 1	40h	MC2 - Mediação de Conflitos 2	60h
BEA2 - Busca e Apreensão 2	40h	OBE - Ocorrências envolvendo Bombas e Explosivos	60h
BREC - Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	60h	PAP1 - Papioscopia 1	60h
CEPT - Capacitação em Educação Para o Trânsito	40h	PAP2 - Papioscopia 2	60h
ECA - Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	60h	PES - Planejamento Estratégico	60h
CRA - Crimes Ambientais	60h	PCO - Polícia Comunitária	60h
CCPB - Crimes Cibernéticos – Proc. Básicos	60h	PCE - Policiamento Comunitário Escolar	60h
EPH1VA - Emergencista Pré-Hospitalar 1 - VA	60h	POP - Policiamento Orientado para o Problema	60h
EPH2VA - Emergencista Pré-Hospitalar 2 - VA	60h	PTIVA - Português Instrumental -VA	60h
ETP - Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	60h	PLTCA - Prevenção da Letalidade de Crianças e Adolescentes	60h
ESCA - Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	40h	PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	60h
ESP1 - Espanhol Básico 1	60h	PDE - Psicologia das Emergências	60h
ESP2 - Espanhol Básico 2	60h	RDTVA - Redação Técnica - VA	60h
FDHAP - Filosofia dos Direitos Humanos Aplicados à Atuação Policial	60h	RLC - Relatório de Local de Crime	40h
FEPVA - Fiscalização de Excesso de Peso	40h	RCA - Resolução de Conflitos Agrários	60h
FITP - Fiscalização Interest. Transp. de Passageiro	60h	SODVA - Saúde ou Doença: de qual lado você está? – VA	40h
GDC - Gerenciamento de Crises	60h	SEGCI - Segurança Contra Incêndio	40h
GP - Gestão de Projetos - 60h	60h	SPSH - Segurança Pública sem Homofobia	60h
IDA - Identificação de Armas de Fogo	60h	SC11 - Sistema de Comando de Incidentes 1	60h
IDV1VA - Identificação Veicular 1 - VA	60h	SC12 - Sistemas de Comando de Incidentes 2	60h
IDV2 - Identificação Veicular 2	60h	SGSP - Sistemas e Gestão em Segurança Pública	60h
ING1 - Inglês 1	60h	TNL - Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial	60h
ING2 - Inglês 2	60h	TEP - Tópicos em Psicologia Relac. à Segurança Pública e Defesa Civil	60h
IEPPVA – Interv. Emergências com Produtos Perigosos	60h	UIG - Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública	60h
IC1 - Investigação Criminal 1	60h	UDF - Uso Diferenciado da Força	60h
IC2 - Investigação Criminal 2	60h	VCPVN - Violência, Criminalidade e Prevenção	40h
IDE - Investigação de Estupro	60h		

Fonte: Autor (SENASP<sup>8</sup>), 2016.

No quadro 04, elaboramos uma tabela com os cursos ofertados no 36º Ciclo da Rede EaD.

<sup>8</sup> Tabela elaborada pelo autor, conforme lista de cursos ofertados no 36º Ciclo, na parte de ficha de inscrição, disponível no endereço eletrônico <[http://ead.senasp.gov.br/ficha\\_inscricao/ficha\\_cursos\\_descricao.asp#](http://ead.senasp.gov.br/ficha_inscricao/ficha_cursos_descricao.asp#)>. Acesso em: 11 maio 2016.

**Quadro 05 - Relação de Cursos distribuídos por áreas específicas da Segurança Pública, Mista e Comum**

Área Específica	Área Mista	Área Comum
AC - Análise Criminal	BOED - Bombeiro Educador	GDC - Gerenciamento de Crises
AJAP - Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial	CEPT - Capacitação em Educação Para o Trânsito	GP - Gestão de Projetos -
AMSV - Atend. as Mulheres em Situação de Violência	EPH1VA - Emergencista Pré-Hospitalar 1 - VA	ING1 - Inglês 1
APGV - Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis	EPH2VA - Emergencista Pré-Hospitalar 2 - VA	ING2 - Inglês 2
BFA - Balística Forense Aplicada	FEPVA - Fiscalização de Excesso de Peso	LBS - Libras
BEA1 - Busca e Apreensão 1	FITP - Fiscalização Interest. Transp. de Passageiro	MCOM - Mediação Comunitária
BEA2 - Busca e Apreensão 2	IEPPVA - Interv. Emergências com Produtos Perigosos	MC1 - Mediação de Conflitos 1
BREC - Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas	POP - Policiamento Orientado para o Problema	MC2 - Mediação de Conflitos 2
ECA - Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente	PLTCA - Prevenção da Letalidade de Crianças e Adolescentes	PES - Planejamento Estratégico
CRA - Crimes Ambientais	PPCAAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	PTIVA - Português Instrumental -VA
CCPB - Crimes Cibernéticos - Proc. Básicos	SEGGI - Segurança Contra Incêndio	PDE - Psicologia das Emergências
ETP - Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	SPSH - Segurança Pública sem Homofobia	RDTVA - Redação Técnica - VA
ESCA - Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	SC11 - Sistema de Comando de Incidentes 1	RCA - Resolução de Conflitos Agrários
ESPI - Espanhol Básico 1	SC12 - Sistemas de Comando de Incidentes 2	SODVA - Saúde ou Doença: de qual lado você está? - VA
ESP2 - Espanhol Básico 2	SGSP - Sistemas e Gestão em Segurança Pública	
FDHAP - Filosofia dos Direitos Humanos Aplicados à Atuação Policial	TNL - Técnicas e Tecnologias Não Letais de Atuação Policial	
IDA - Identificação de Armas de Fogo	TEP - Tópicos em Psicologia Relac. à Segurança Pública e Defesa Civil	
IDV1VA - Identificação Veicular 1 - VA	UIG - Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública	
IDV2 - Identificação Veicular 2	UDF - Uso Diferenciado da Força	
IC1 - Investigação Criminal 1	VCPVN - Violência, Criminalidade e Prevenção	
IC2 - Investigação Criminal 2		
IDE - Investigação de Estupro		
IH1 - Investigação de Homicídios 1		
IH2 - Investigação de Homicídios 2		
PLCVA - Local do Crime: Isolamento e Preservação-VA		
OBE - Ocorrências envolvendo Bombas e Explosivos		
PAP1 - Papiloscopia 1		
PAP2 - Papiloscopia 2		
PCO - Polícia Comunitária		
PCE - Policiamento Comunitário Escolar		
RLC - Relatório de Local de Crime		

Fonte: Autor (SENASP), 2016.

O intuito de ter redistribuído os cursos nessas três áreas foi o de apresentar como os conteúdos estudados pelos alunos da Rede EAD da SENASP extrapolam as questões do cotidiano da atividade policial, pois foram ofertados cursos, inclusive, nas áreas de linguagens, psicologia e até mesmo qualidade de vida. Essa Tabela, apresentada no Quadro 5, nos ajuda a enfatizar a proximidade da oferta formativa com o conceito de Escola Unitária ou de Escola Omnilateral, uma vez que se orienta para reforçar a capacidade do aluno conseguir

pensar sua atuação no contexto social, muito além do simples cumprimento de ordens de forma mecanicista, como já abordamos ter ocorrido no Brasil, na era do Paradigma da Segurança Nacional. Aproveitamos inclusive essa mesma Tabela, explicitada no Quadro 5, para apresentar como recomendação no final desta dissertação, que a SENASP oferte as vagas remanescentes dos cursos aqui elencados como área comum, aos familiares dos profissionais cadastrados na Rede EAD, como forma de aproximar a família do servidor com alguns conhecimentos requeridos por eles.

## 2.7 DADOS CONSOLIDADOS DA REDE EAD DO SENASP EM MATO GROSSO

Quando fomos despertados pelo interesse de pesquisar a Rede EAD do SENASP, elaboramos nossas indagações prévias, naquele momento inicial de pesquisa, realizando uma visita à Central da Rede EAD do SENASP localizada em Cuiabá-MT, no Prédio da POLITEC<sup>9</sup>, onde fizemos contato com o Tutor Master para o Estado de Mato Grosso, Sr. Zuilton Braz Marcelino, que prontamente nos forneceu uma apresentação elaborada para a comemoração de cinco anos da Rede EAD do SENASP, com dados das Instituições conveniadas do SENASP em Mato Grosso, do período de 2006 a 2010.

No transcorrer da pesquisa, o referido Tutor nos encaminhou mais dados para serem analisados. Também realizamos visita à sede da Rede EAD da SENASP em Brasília no ano de 2014, além de receber dados solicitados diretamente na Secretaria Acadêmica da Rede EAD da SENASP. Logo, esta dissertação teve pelo menos dois momentos distintos de coleta de dados, o primeiro, em 2014, com dados básicos do Estado do Mato Grosso, e o segundo, com dados mais elaborados relativos aos níveis federal, estadual e institucional, em 2015 e início de 2016.

Esses dois momentos foram, particularmente, muito relevantes, pois nos possibilitaram acompanhar de forma muito próxima a evolução do programa. Assim, considerando o caráter esclarecedor da relação entre as informações colhidas em cada momento, optamos por apresentá-las segundo a ordem de sua obtenção.

Em assim sendo, neste tópico, inicialmente, apresentaremos alguns gráficos e tabelas referentes ao evento comemorativo, denominado “1º Encontro da Rede EAD em Mato Grosso”, evento realizado em Cuiabá, no período de 13 a 15 de dezembro de 2010. Também

---

<sup>9</sup> POLITEC: Perícia Oficial e Técnica - Órgão do Governo Estadual, local onde está instalada a sala de Coordenação das atividades da Rede EAD do SENASP, para todo Estado de Mato Grosso.

discorreremos sucintamente sobre as nossas impressões primárias, sobre o tema. Ressaltamos que os dados que utilizaremos neste trabalho foram selecionados com o recorte temporal do quinquênio 2010 a 2015. Portanto, relembramos que as informações a seguir se referem somente aos dados históricos prévios ao período selecionado, e servem apenas para contextualização.

Na Figura 11, observa-se a tela de abertura da apresentação do Encontro, na qual se destaca a logomarca da Rede EAD do SENASP, que em uma imagem agrega e mescla a representação geográfica do Brasil com o símbolo de “arroba” (@), ícone que simboliza o ambiente virtual ou a internet. Essa composição visual induz à compreensão de que a internet poderia abranger, englobar ou unir todo o Brasil.

**Figura 11 – Slide de Abertura do 1º Encontro Estadual da Rede EAD – MT**



Fonte: SENASP, 2015.

Já no Gráfico 3, abaixo apresentado, vêem-se as informações relativas ao números de alunos matriculados na Rede, no Estado de Mato Grosso, no intervalo de 2006 a 2010. O gráfico demonstra uma forte ascensão da matrícula, a partir do ano de 2008, saltando de menos de 4.000 (quatro mil) alunos em 2007 para mais de 10.000 (dez mil) em 2008. Crescimento de 150% (cento e cinquenta) por cento, em apenas um ano.

Alguns fatores contribuíram para essa expansão acelerada, sendo relevante citar pelo menos três: a divulgação maciça da Rede EAD, a implantação dos Telecentros e também o incentivo do Governo Federal em concessão de um auxílio financeiro, denominado de “Bolsa

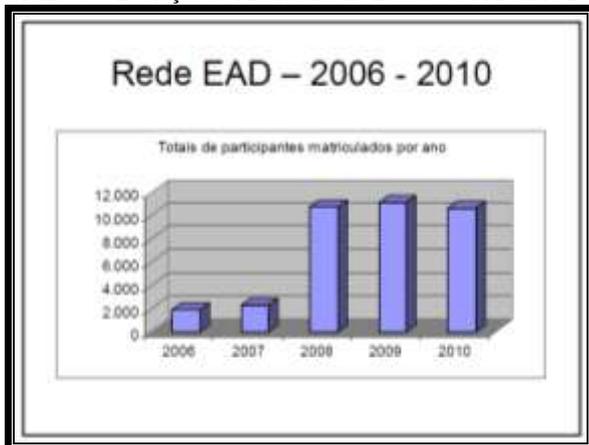
Formação”, que contemplava policiais que estavam realizando cursos na Rede EAD e possuíam renda bruta inferior a R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Criado no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), instituído em 2007, o Programa Bolsa Formação se destina à qualificação de profissionais da área de segurança pública, funcionando inicialmente como uma espécie de elemento indutor da participação desses profissionais nos cursos de formação ofertados pela Rede EAD.

O valor inicial da referida bolsa era de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), que o beneficiário recebia mediante o saque com cartão magnético na rede bancária ou Casas Lotéricas da Caixa Econômica Federal. Quando da sua implantação, correspondia a pouco mais de um salário mínimo, que na época estava estipulado em R\$ 380,00 (trezentos e oitenta) reais. O teto do salário bruto para recebimento da Bolsa em 2007 era de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), o que representava 4,47 (quatro e quarenta e sete) salários mínimos. Ao fazer uma estimativa da correção monetária no intervalo de 09 (nove) para esses valores, tomando-se por base os índices de reajuste do salário mínimo, verificamos que hoje a Bolsa equivaleria a R\$ 926,00 (novecentos e vinte e seis) e que o teto salarial bruto para seu recebimento seria de R\$ 3.933,60 (três mil, novecentos e trinta e três reais e sessenta centavos). Todavia, esse reajuste não ocorreu, já que o valor da bolsa passou para R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três reais) e não houve alteração no teto de salário bruto, que permanece em R\$ 1.700,00.

Este talvez seja um dos motivos pelos quais tal bolsa parece não ter tido um grande impacto nos anos subsequentes, na Instituição pesquisada. Mas esse baixo impacto não pode ser todo reputado ao seu incipiente reajuste. Deve-se observar, nesse caso, que, no mesmo período, ocorrem, no Estado do Mato Grosso, substantivos reajustes salariais e mudanças na carreira devido aos quais um maior número de trabalhadores da PJC/MT passa a não mais corresponder ao perfil requerido para o recebimento desse benefício social. Todavia, percebe-se que tal fato não diminuiu o número de inscrições junto ao universo pesquisado, indicando que a bonificação financeira não é a principal razão da procura por essa modalidade de ensino, por parte dos servidores da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso. Se ela funcionou como um elemento indutor, no início, provavelmente perdeu peso frente a outros aspectos motivacionais emergentes num quadro de melhorias salariais objetivas e de alterações subjetivas em relação ao trabalho no âmbito da segurança pública.

**Gráfico 3 – Evolução de Matrículas no Estado de MT entre 2006 a 2010.**

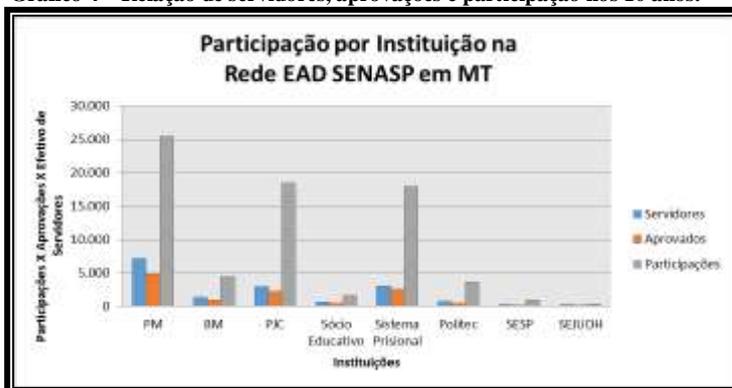


Fonte: SENASP, 2015.

No Gráfico 03, apresentamos os dados preliminares do primeiro quinquênio do programa, revelando o número de matrículas por ano em todas as instituições que compõem a Rede EAD da SENASP no Estado de Mato Grosso, o que permite observar que as matrículas tiveram uma evolução de menos de duas mil, para mais de dez mil, em um intervalo somente de um ano.

No Gráfico 4, foi representada a relação entre número de servidores e o número de participação em cursos, e o que se destaca nessa representação é a quantidade de participação muito superior ao número de servidores, o que revela a prática de um mesmo servidor participar de diversos cursos.

**Gráfico 4 – Relação de servidores, aprovações e participação nos 10 anos.**



Fonte: SENASP, 2016.

Já no Quadro 5, abaixo, foi representada a distribuição quantitativa de alunos, por instituição ligada à segurança pública do Estado de Mato Grosso, conveniada junto à SENASP. Em virtude do objeto de pesquisa, que é a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, destacamos que a Instituição foi a segunda que mais participações obteve no número de inscrições, totalizando 8.729 (oito mil, setecentos e vinte e nove) matrículas, tendo 1.368 (um mil, trezentos e sessenta e oito) servidores realizando cursos na Rede EAD, frente ao efetivo total de 2.399 (dois mil, trezentos e noventa e nove) servidores na Instituição, correspondendo a 57% (cinquenta e sete por cento) de todos os servidores da PJC/MT, perfazendo a média de mais de seis cursos por aluno.

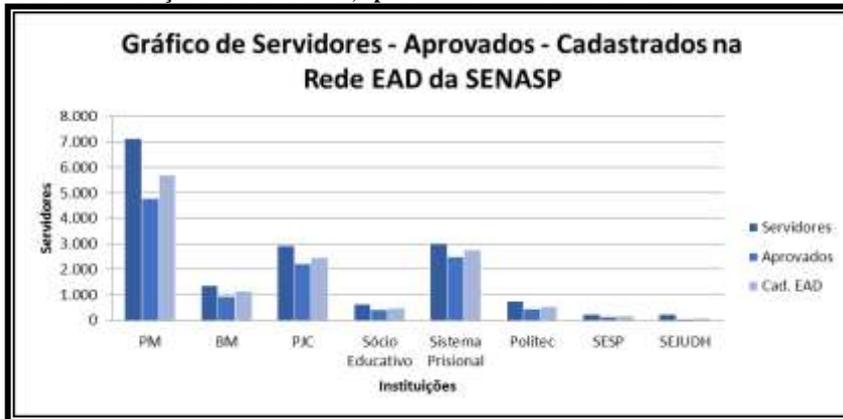
**Quadro 5 – Distribuição de Alunos e Matrículas na Rede EAD da SENASP, por Lotação nos Órgãos Conveniados do SENASP em MT**

ÓRGÃO	Servi- dores	Alunos	Partici- pações	% Alunos	Média
PM	6.452	2.601	7.742	40%	2,98
BM	912	408	1.372	45%	3,36
<b>PJC</b>	<b>2.399</b>	<b>1.368</b>	<b>8.729</b>	<b>57%</b>	<b>6,38</b>
Sócio Educativo	311	84	218	27%	2,60
Sistema Prisional	2.056	1.339	9.103	65%	6,80
Politec	612	236	1.585	39%	6,72
Sejusp	253	106	486	42%	4,58
<b>Total</b>	<b>12.995</b>	<b>6.142</b>	<b>29.235</b>	<b>47%</b>	<b>4,76</b>

Fonte: SENASP, 2014.

A seguir, no Gráfico 5, é revelada a distribuição por Instituição conveniada do SENASP em Mato Grosso, onde está representada a quantidade de servidores por instituição, quantidade de servidores cadastrados na Rede e as aprovações desses servidores cadastrados. Verifica-se que a maioria dos servidores da PJC/MT, além de estar cadastrada na Rede, ainda mantém um bom percentual de aprovação.

Gráfico 5 – Relação entre servidores, aprovados e cadastrados na Rede



Fonte: SENASP, 2016

Quanto à distribuição de matrículas em relação aos cargos que compõem o efetivo da PJC/MT, centraremos atenção aos cargos de atividade fim da polícia (Delegado, Escrivão e Investigador). Dentre essas três carreiras, a que obteve maior número de inscrições foi a de Investigador de Polícia, totalizando 6.395 (seis mil, trezentos e noventa e cinco) matrículas, para um efetivo de 1.768 (um mil, setecentos e sessenta e oito) policiais e 1.009 (um mil e nove) matriculados. Contudo, quando olhamos pela perspectiva de percentual, os Escrivães de Polícia obtiveram um desempenho melhor, pois 69% (sessenta e nove) por cento de todo o efetivo realizou um curso na Rede, observando-se também uma média superior a sete cursos por aluno.

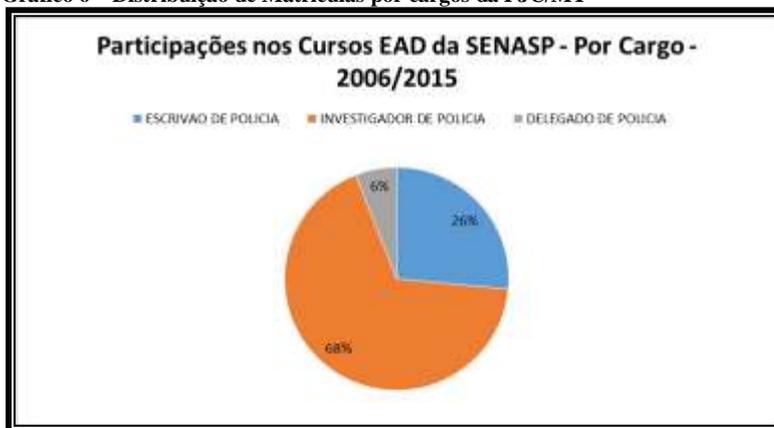
Quadro 6 – Distribuição de Alunos e Matrículas, por Cargo da PJC/MT

CARGO - PJC	Servi- dores	Alunos	Partici- pações	% alunos	Média
AUXILIAR DESENV. ECON. SOCIAL	9	3	11	33%	3,67
AGENTE DESENV. ECON. SOCIAL	6	2	23	25%	11,50
TECNICO DESENV. ECON. SOCIAL	4	1	1	25%	1,00
AGENTE POLICIAL	18	10	29	56%	2,90
ESCRIVAO DE POLICIA	390	271	1.921	69%	7,09
INVESTIGADOR DE POLICIA	1768	1.009	6.395	57%	6,34
DELEGADO DE POLICIA	201	72	349	36%	4,85

Fonte: SENASP, 2013.

Na atualização dos dados recebidos da SENASP, do período do quinquênio para o primeiro decênio do programa, elaboramos mais um gráfico para acompanharmos a evolução da participação nos cursos, distribuídos por cargos da PJC/MT, como mostrado no Gráfico 6. Percebe-se que, em número de matrículas, repete-se a proporção de servidores do quadro da Instituição, havendo uma participação igualitária entre os diversos cargos.

**Gráfico 6 – Distribuição de Matrículas por cargos da PJC/MT**



Fonte: O autor, 2016.

Considerando o Quadro 7, em que é apresentada a relação dos cursos mais procurados no período pelos servidores da PJC/MT, pode-se destacar que os cursos mais procurados estão relacionados à prática do policial. Vale ressaltar a preocupação em aperfeiçoamento técnico, buscando seguir, atender e cumprir, o ordenamento jurídico vigente no Brasil, pós-promulgação da Constituição Federal de 1988. O curso mais procurado foi “Busca e Apreensão”, cujo objetivo é apresentar todos os aspectos legais na coleta de material probatório e a realização da apreensão.

Nesse quadro, podemos ressaltar que a preocupação com as técnicas policiais e com o arcabouço jurídico que dá base a sua realização são fundamentais, uma vez que um erro procedimental pode contaminar a coleta de provas, assim abrindo brechas no Inquérito Policial, a partir do qual a defesa pode colocar criminosos em liberdade ou eximi-los de culpa

ou dolo, não sendo concretizada a justiça em virtude de um trabalho policial mal executado, colocando a perder todo o procedimento judiciário.

Nesse diapasão, destacamos também o curso de “Crimes Ambientais”, inferindo que tal curso figure na segunda posição em virtude das características geográficas de Mato Grosso, Estado que conta com 03 (três) ecossistemas, sendo parte integrante da Amazônia Legal, e que constantemente aparece como foco da expansão do agronegócio em detrimento da preservação ambiental, estando quase sempre entre os estados recordistas em desmatamentos, queimadas, além de casos de biopirataria, praticados contra a fauna e a flora.

**Quadro 07 – Relação de Cursos Mais Procurados Pelos Alunos da PJC/MT**

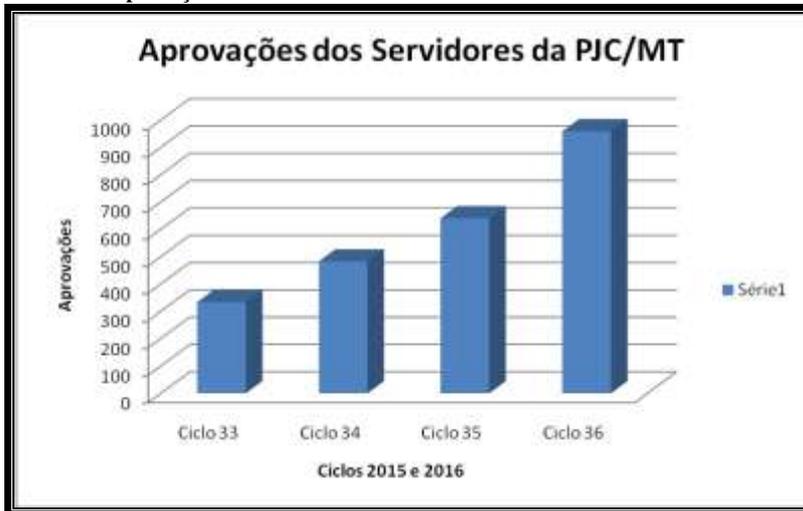
Cursos	Participações	%
Busca e Apreensão	593	6,8%
Crimes Ambientais	578	6,6%
Investigação Criminal 1	577	6,6%
Local do Crime: Isolamento e Preservação	488	5,6%
Identificação Veicular	404	4,6%
Uso Progressivo da Força	365	4,2%
Mulher Vítima de Violência Doméstica	332	3,8%
Gerenciamento de Crises	326	3,7%
Investigação Criminal 2	314	3,6%
Direitos Humanos	304	3,5%

Fonte: SENASP<sup>10</sup>, 2010.

No Gráfico 7, apresentado a seguir, podemos perceber a forte evolução do número de aprovações dos servidores no âmbito da PJC/MT, no ano de 2015 e início de 2016. Os dados revelam que as matrículas passaram de quase trezentas para mais de novecentas no intervalo de um ano, sendo dessa forma triplicada.

<sup>10</sup> Dados obtidos do 1º Encontro Estadual da Rede EAD - Mato Grosso.

Gráfico 07 – Aprovações de servidores da PJC/MT nos ciclos dos anos de 2015 e 2016

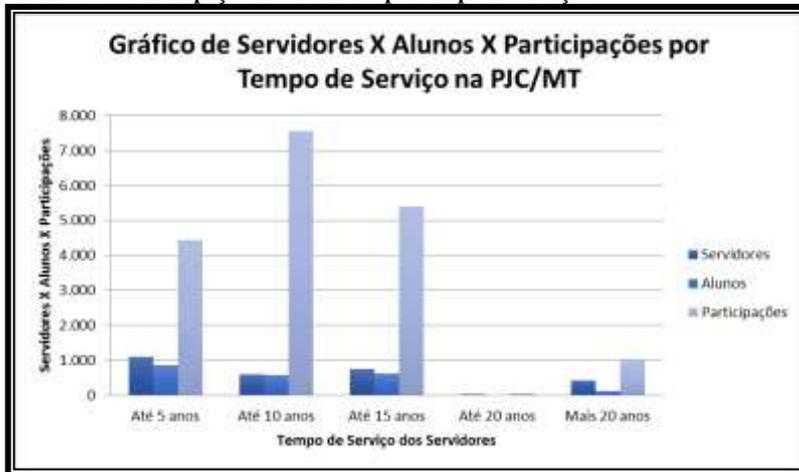


Fonte: O autor, 2016.

Ao elaborar o Gráfico 8, o intuito foi averiguar se os alunos que realizam os cursos são os profissionais no início de carreira ou os que já estão em um estágio mais avançado da carreira. A informação nos revelou algo surpreendente, pois os servidores que mais tiveram matrículas na PJC/MT foram os profissionais que têm entre seis a dez anos de carreira, quase o dobro de participação dos servidores com até cinco anos de instituição.

O que torna tal fato mais surpreendente é que os servidores que já passaram dos cinco anos, em sua maioria, já se encontram na classe “C” da carreira, o que já não demanda cursos de qualificação para promoção, salvo uma especialização *Latu Senso* (no caso de Delegados, devem apresentar o curso superior de polícia), para ascender à última classe da carreira desses servidores Classe “E”. A hipótese aqui levantada é a de que esse grupo de servidores, ao adentrar a carreira policial (idos dos anos 2007 e 2008), o fez exatamente no momento de expansão e consolidação da Rede EAD da SENASP, e vários receberam a Bolsa Formação do PRONASCI. Contudo, tal benefício durou menos de um ano, e, apesar disso, os servidores continuaram a realizar cursos. Supomos que se criou nesse grupo o hábito da qualificação continuada, ou até mesmo o cerne desse trabalho, ou seja, desenvolveu-se uma cultura de “Educação Profissional Continuada”, em sentido ao menos próximo daquele atribuído por autores como Frigotto, ancorado nas concepções de escola e de formação encontradas em Gramsci e Marx.

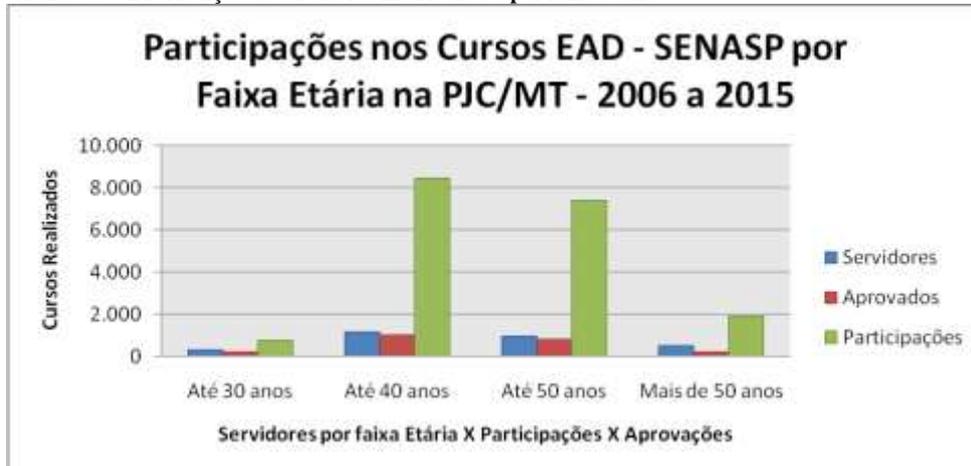
Gráfico 08 – Participação de servidores por tempo de serviços



Fonte: O autor, 2016.

Outra grande surpresa foi revelada no Gráfico 9, relativa à faixa etária dos servidores dos quadros da PJC/MT que mais realizaram cursos pela Rede EAD da SENASP. Quando pensamos na modalidade de educação a distância, podemos ser levados a imaginar que pessoas mais novas, no intervalo de até trinta anos, pelo contato intenso com o ambiente virtual e com as novas tecnologias, tendem a fazer mais cursos nesta modalidade. Contudo, fomos surpreendidos novamente ao elaboramos o gráfico, que revelou de forma discrepante que servidores da PJC/MT, na faixa etária entre 31 a 50 anos, foram maioria na realização dos cursos da Rede EAD da SENASP. Isso reforça a suspeita de que a “Educação Profissional Continuada” está sendo percebida, por profissionais não iniciantes, como um meio adequado à busca do conhecimento necessário para atender a demandas de formação não só profissionais, mas também pessoais.

Gráfico 09 – Distribuição de servidores matriculados por faixa etária



Fonte: O autor, 2016.

Após a apresentação e análise de todos esses dados consolidados sobre a Rede EAD da SENASP, no Estado de Mato Grosso, especialmente, na Polícia Judiciária Civil, percebemos que foram identificados elementos da formação na perspectiva da educação multilaterial ou da escola unitária. Esses elementos aparecem tanto na oferta de formação quanto nas escolhas dos profissionais, indicando que, mais do que somente uma formação técnica e específica, os profissionais da referida Instituição buscam o aprendizado constante, o que pode refletir, por múltiplos ângulos, na compreensão e no desempenho de suas atividades laborais.

### **3 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA DA SENASP NO ÂMBITO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO**

#### **3.1 CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DO ESTADO DE MATO GROSSO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, SOCIOCULTURAL, ADMINISTRATIVA E ESTRUTURAL**

No intuito de conhecermos de forma mais aprofundada a realidade do Estado do Mato Grosso, fez-se necessário vislumbrar o contexto em que ele está inserido. Dessa forma, iniciaremos este capítulo fazendo um breve esboço do macro ambiente Brasil, para concentrar o foco especialmente no Estado de Mato Grosso. De acordo com o sítio oficial do Governo Federal na internet<sup>11</sup>:

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, estados e municípios, em que o exercício do poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, submetidos a um sistema de controle para garantir o cumprimento das leis e da Constituição (BRASIL, 2014).

Já para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)<sup>12</sup>, o Brasil é constituído da seguinte forma:

A estrutura territorial brasileira é dividida da seguinte forma: Unidades da Federação (UF), Mesorregiões, Microrregiões e Municípios. As Unidades da Federação do Brasil são entidades autônomas, com governo e constituição próprias, que em seu conjunto constituem a República Federativa do Brasil. Atualmente, o Brasil se divide em 27 UF's, sendo 26 estados e um distrito federal (IBGE, 2015).

Nas duas citações acima, é possível destacar os termos “Independentes” e “Autônomas”, quando se referem às Unidades Federativas e aos órgãos que a compõem, assim como a União, Estados Federados e Municípios. Demonstra-se, dessa forma, como são organizadas as estruturas governamentais que regem o Estado brasileiro, nas quais está inserido o Estado do Mato Grosso.

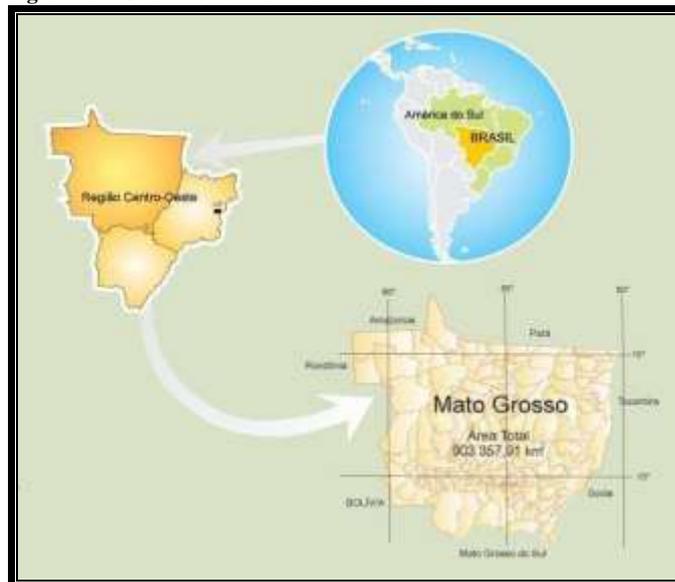
---

<sup>11</sup> Página da Web do Governo Federal - <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/entenda-como-funciona-a-estrutura-do-estado-brasileiro>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

<sup>12</sup> Página da Web do IBGE, <http://www.ngb.ibge.gov.br/Default.aspx?pagina=divisao> – acessado em 14 de dezembro de 2015.

Apresentamos, na Figura 12, uma breve síntese da configuração e localização do Estado de Mato Grosso, quanto seu posicionamento na Região Centro-Oeste brasileira, com destaque para suas divisas, especialmente a área fronteiriça com a Bolívia, peculiaridade que torna os desafios da Instituição pesquisada muito maiores, conforme já mencionamos previamente. Também foi representado seu contexto no Brasil e na América do Sul.

**Figura 12 – Contexto do MT no Brasil e América**



Fonte: IBGE, 2009.

Quanto aos registros históricos sobre o Estado de Mato Grosso, os primeiros relatos remetem-se ao ano de 1525, quando a região ainda era território da Coroa Espanhola. De lá para cá, o referido território geográfico tem sido palco de grandes disputas bélicas e outros contextos de violência, tendo como principais eventos a “Guerra do Paraguai”, envolvendo este país e a tríplice aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. Outro grande movimento foi a “Rusga”, revolta que tinha como mote a reforma da estrutura administrativa das províncias.

O Estado foi palco de fluxos migratórios distintos, sendo o primeiro deles no século XVIII, com a corrida em virtude da mineração aurífera (que, por via de regra, traz consigo todo um contexto de exploração e violência, os denominados “garimpos”), período em que a capital do Estado teve um crescimento e declínio acelerado. Ainda quanto a movimentos migratórios para o Estado, existem relatos de que no século XX o governo militar, que

comandava o Brasil de 1964 a 1985, incentivou de forma intensa o fluxo migratório de populações oriundas principalmente de estados das regiões sul e sudeste do Brasil, com o intuito de inibir possíveis invasões pela fronteira oeste do Brasil, especialmente pelo fato da baixa densidade demográfica da referida região. Tais aspectos são apresentados neste trabalho em face das implicações decorrentes desses fluxos migratórios, bem como da questão fronteiriça com o Estado Boliviano, os quais repercutem de forma intensa no desempenho da atividade policial e demandam a formação ou educação profissional continuada dos servidores da Secretaria de Segurança Pública Estadual, em especial a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, objeto de estudo desta dissertação.

Ainda de acordo com o IBGE, o Estado de Mato Grosso possui uma área de 903.378,292 Km<sup>2</sup>, o que representa praticamente 10% (dez) por cento do território nacional. Conta uma população estimada em 2015 de 3.265.486 habitantes, tem uma densidade demográfica de 3,36 hab./km<sup>2</sup>, sendo distribuídos em 141 municípios. A economia do Estado está fortemente assentada sobre o Agronegócio, considerado a vocação do Estado. Tendo como principais culturas a soja, o milho, o algodão, o milho de pipoca, o arroz, a cana-de-açúcar, o girassol; tem também o maior rebanho de bovinos do Brasil, além da grande produção de suínos e aves.

O Estado possui três ecossistemas. São eles: cerrado, pantanal e floresta tropical (pois compõe a Amazônia Legal). O sistema de transporte está concentrado basicamente em rodovias, sendo um grande corredor que interliga as regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil com região norte, podendo ser destacadas as BRs 163, 364, 070. Recentemente, o Estado começou a estimular e a utilizar outros modais de transporte como o ferroviário e fluvial, contudo tais modais estão sendo utilizados de forma muito aquém do potencial previsto.

No que tange à Segurança Pública, o Estado possui alguns desafios de grande vulto, como: dificuldade de acesso a alguns municípios ou localidades, distanciamento entre vários municípios (o que propicia algumas ações criminosas, como assalto a banco denominado de “novo cangaço”, modalidade criminal, em que uma quadrilha de assaltantes de banco fortemente armados rende inclusive o efetivo policial e assalta simultaneamente todas as agências bancárias da cidade do interior com difícil acesso).

O Estado ainda conta com uma fronteira com a Bolívia (país do qual se suspeita ser um grande produtor e exportador de drogas), com mais novecentos quilômetros de extensão, sendo mais de setecentos quilômetros de fronteira seca, configurando-se como corredor de entrada de droga, armas, contrabando e descaminhos, além de saída de veículos roubados,

tráfico internacional de pessoas e biopirataria, para crimes perpetrados em todo o território nacional. Em virtude de sua grande extensão territorial no Estado, são constantes, casos de grilagem de terra e conflitos agrários.

O Estado está voltado, desde sua fundação, para a exploração de metais e de pedras preciosas, e, constantemente, é palco de diversos ciclos migratórios ou “corrida pelo ouro” em pleno Século XXI, como ocorreu no ano de 2015 em Pontes e Lacerda, onde, em menos de cinco meses, estima-se que foram retiradas algumas toneladas de ouro em um garimpo clandestino, o qual fez com que, praticamente, dobrasse a população da cidade e trouxesse consigo problemas de todas as ordens.

É justamente nesse cenário muito complexo que a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso opera com um efetivo total, que se aproxima de três mil servidores. O Quadro 8 revela que, em efetivo, os investigadores possuem o maior quantitativo, e são esses profissionais que atuam na execução da atividade fim da PJC/MT, na ação investigativa e de apuração dos crimes e ilícitos penais, fazendo os trabalhos de campo, sob o comando da Autoridade Policial. A segunda maior categoria de servidores é a dos Escrivães, servidores que são incumbidos de realizar todos os procedimentos cartorários, na elaboração de inquéritos policiais e outros procedimentos, sobre a orientação da Autoridade Policial. A terceira e última carreira é a dos Delegados, também denominados de Autoridade Policial, são eles os responsáveis por todos os procedimentos realizados na PJC/MT.

**Quadro 8 – Efetivo da PJC/MT em Abril de 2015**

SITUAÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL						
CARGO	EFETIVO	LICENÇA	CEDIDO	AFASTADO	FÉRIAS	EXERCÍCIO
INVESTIGADOR	1.957	45	50	14	81	1.787
ESCRIVÃO	701	17	15	1	21	647
DELEGADO	258	4	10	2	8	234
ANALISTA DESENV. ECONÔMICO E SOCIAL	24	1	1	0	0	22
TEC. DESENV. ECONÔMICO SOCIAL	20	2	0	0	0	18
APOIO DESENV. ECONÔMICO SOCIAL	11	0	0	0	0	11
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	8	0	1	0	0	7
ANALISTA ADMINISTRATIVO	4	0	0	0	0	4
TÉC. ADMIN. PROFISSIONALIZADO	3	0	2	0	0	1
EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADO	2	0	0	0	0	2
AGENTE PRISIONAL	1	0	0	0	0	1
	<b>2.989</b>	<b>69</b>	<b>79</b>	<b>17</b>	<b>90</b>	<b>2.734</b>

Fonte: PJC/MT, 2015.

Com um efetivo de menos de três mil servidores, a PJC/MT, apesar de todas as limitações e desafios encontrados no dia a dia, consegue atender a toda a população do

Estado, em seus cento e quarenta e um municípios, espalhada por praticamente dez por cento do território nacional, enfrentando dificuldades da mais variadas possíveis.

### 3.2 ANÁLISE DE DADOS QUANTITATIVOS

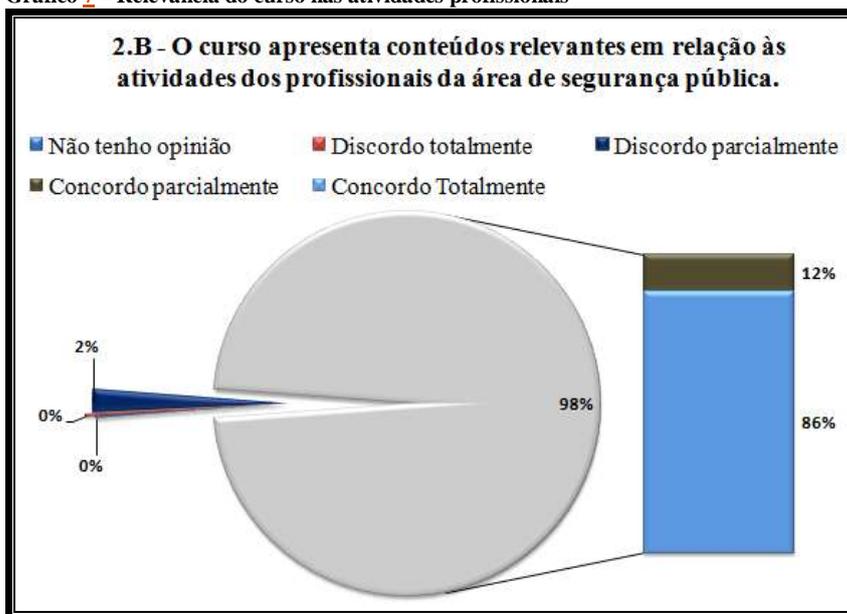
Nesta parte, analisaremos os dados coletados e tratados nestes dois anos de pesquisa, cuja principal fonte de dados é certamente a SENASP. No processo de busca desses dados, realizamos visitas à sede estadual da Rede EAD da SENASP em Mato Grosso, localizada na Avenida Jurumirim, na sede da POLITEC, local em que conseguimos conversar por diversas vezes com o Tutor Master do Estado, senhor Zuilton, que sempre foi muito solícito e prestativo ao passar as informações do programa. Também estive na sede da SENASP e da Rede EAD da SENASP, em Brasília; a primeira está instalada no próprio Ministério da Justiça, e a segunda em um centro comercial em prédio próximo ao referido ministério, onde mantive contato com o Major Casado, que também colocou toda sua equipe à disposição, solicitando somente uma cópia da dissertação, quando da sua conclusão. Ainda realizamos diversos contatos telefônicos, e troca de mensagens eletrônicas, via e-mail, com a equipe da Rede EAD da SENASP.

Além das informações sobre o primeiro quinquênio, recebido do Tutor Master do Estado, que já haviam sido apresentados na qualificação desta dissertação, trazemos agora os dados consolidados dos 10 anos da Rede EAD da SENASP, traçando, dessa forma, comparativos de alguns dados, mas centrando esforços na pesquisa de satisfação concluída e condensada em fevereiro de 2016. Dados que apresentaremos a seguir de forma sistematizada, em especial alguns subitens das questões 02 e 03, quando foram inquiridos dos concluintes de cada curso da Rede sobre a qualidade do curso, sua aplicabilidade no cotidiano do aluno e estímulo para realizar outros cursos, respectivamente.

A primeira questão que selecionamos foi a de número 2.B da pesquisa de satisfação, a qual indagava os egressos sobre a relevância do curso, frente a suas atividades laborais cotidianas. As respostas do que Concordam Parcialmente equivalem a 12% (doze) por cento, e os que Concordam Totalmente a 86% (oitenta e seis) por cento, totalizando, dessa forma, 98% (noventa e oito) por cento. Esses dados revelam que todo o trabalho de concepção e elaboração da malha dos cursos: concebidos, elaborados e ofertados, pela Equipe Técnica, pela Câmara Técnica e pela Assessoria Técnica do MEC, tem obtido grande êxito, pois os

conteúdos estão quase em sua totalidade em consonância com a realidade encontrada pelos alunos em suas instituições.

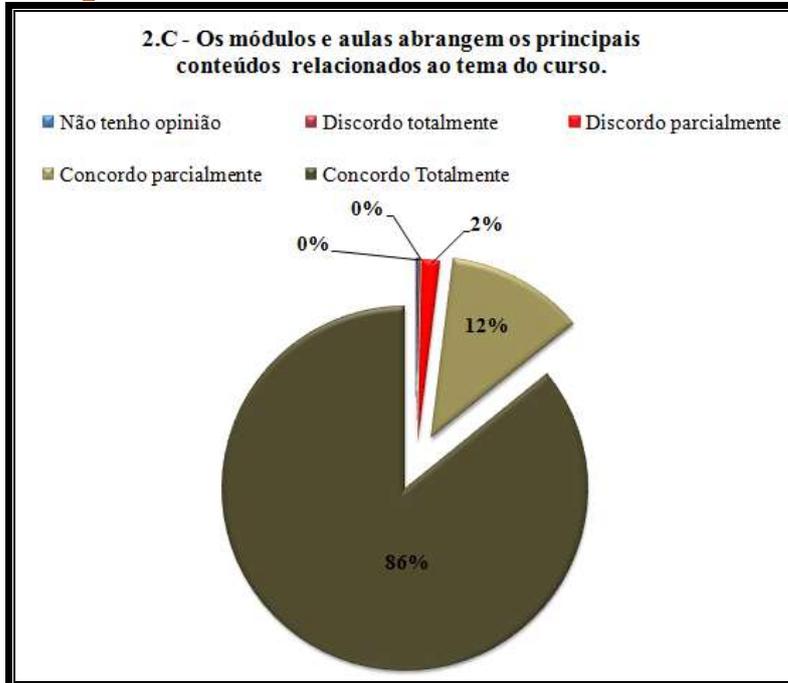
Gráfico 7 – Relevância do curso nas atividades profissionais



Fonte: O Autor,2016.

Já o Gráfico 8, elaborado com os dados da questão 2.C, revela se os principais conteúdos ligados ao tema foram abordados nos cursos. Os respondentes que afirmam que Concordam Parcialmente totalizaram 12% (doze) por cento, enquanto os que Concordavam Totalmente atingiram o expressivo percentual de 86% (oitenta e seis) por cento. Nessa informação, conseguimos aferir que as aulas e módulos conseguiram sintetizar os principais conteúdos e questionamentos, de cada tema proposto nos cursos.

Gráfico 8- Consonância entre o Curso e os conteúdos abordados



Fonte: O Autor, 2016.

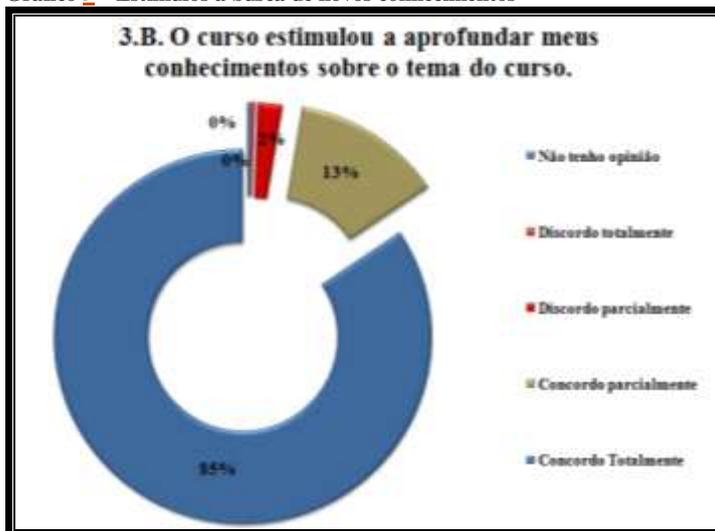
Na questão 3.B, foi indagado dos egressos, se o curso teve o papel de estimulador para busca de mais conhecimento quanto a temática abordada. Os dados a seguir apresentam as respostas do concluintes. Na análise dos dados, percebemos que 13% (treze) por cento dos egressos responderam que Concordam Parcialmente e 85% (oitenta e cinco) por cento Concordam Totalmente. Em assim sendo, percebe-se que, para quase todos os alunos, o curso da Rede EAD da SENASP os estimularam na busca de mais conhecimentos sobre a temática dos cursos realizados.

Dados confirmados pelas respostas dos questionários enviados via e-mail institucional, aplicados aos servidores da Classe “C” (de 06 a 10 anos de carreira), que responderam convergindo para a mesma linha de respostas, dizendo que os cursos os estimularam a buscar mais conhecimento. Também nas entrevistas com os gestores foi externado o reforço às respostas obtidas tanto na pesquisa de qualidade da Rede EAD, quanto nos questionários.

Os gestores afirmaram que, após ter um contato com alguma temática mediante aos cursos da Rede EAD, também se sentiam estimulados a buscar mais conhecimentos mais densos sobre a temática. Ainda percebiam que os servidores com os quais trabalham, e que

realizam os cursos EAD, buscavam conhecimento tanto na modalidade EAD quanto na presencial.

Gráfico 9 – Estimulos a busca de novos conhecimentos



Fonte: O Autor, 2016.

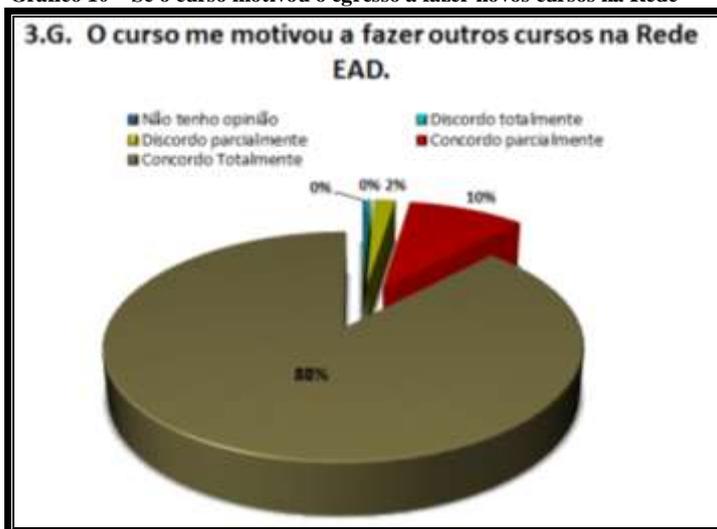
Como última questão selecionada da pesquisa de satisfação, foi o subitem 3.G, que requeria do aluno se o curso o motivava a realizar mais cursos na Rede, ao totalizarmos as respostas dos alunos que responderam que Concordam Parcialmente, com os que Concordam Totalmente, obtem-se o percentual de 98% (noventa e oito) por cento. A confirmação a esse dado se dá na quantidade de cursos realizados pelos servidores da Instituição, que está na média de 08 (oito) cursos por aluno, todavia no grupo selecionado, que são servidores que se encontram entre 06(seis) a 10(dez) anos na Instituição essa média sobe para quase 12 (doze) cursos.

Levando em consideração que a maioria dos cursos são de carga horária de 60 horas, se multiplicar pela média geral da Instituição, observa-se 480 (quatrocentos e oitenta) horas de curso, sendo maior que a carga horária de um curso de pós-graduação (especialização) de 360 horas, ou até mesmo da 450 (quatrocentos e cinquenta) horas requeridas pela Instituição, para promoção das classes de “A” para “B” e de “B” para “C”. Se considerarmos os servidores da Classe “C”, o total da carga horária pode chegar a 720 (setecentas e vinte) horas, perfazendo, assim, a carga horária de duas especializações de 360 horas cada.

Em virtude dessa informação, em nossas sugestões às Instituições pesquisadas, SENASP que o aluno que concluir vários cursos na mesma área de concentração, quando alcançar a carga horária de 360 H/A (trezentas e sessenta) horas/aulas, poderá realizar a Disciplina de Metodologia Científica e um trabalho de conclusão de curso ou monografia, para que ele possa receber uma certificação de especialização.

Creemos que tal medida estimulará os alunos ainda mais a realizarem cursos na Rede EAD das SENASP, pois, atualmente, para ser promovido para Classe “E”, é necessário que o servidor apresente um diploma de curso de pós-graduação (especialização) com carga horária mínima de 360 H/A (trezentas e sessenta) horas/aula. Curso que atualmente é realizado a expensas do servidor.

Gráfico 10 – Se o curso motivou o egresso a fazer novos cursos na Rede



Fonte: O Autor, 2016.

De acordo com o Gráfico 10, acima, praticamente 98% (noventa e oito) por cento dos egressos concordam, mesmo que de forma parcial, que o curso os estimulou a realizar outros cursos, ampliando o conhecimento quanto ao tema estudado. Essa informação também foi revelada na entrevista realizada com o Diretor da ACADEPOL, que citou seu próprio exemplo, de como um curso da Rede EAD da SENASP, lhe despertou para uma nova área do conhecimento na qual hoje ele já possui mais de cinco cursos com a mesma temática, inclusive alguns presenciais, com instrutores até mesmo de fora do Brasil.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

#### 3.3.1 Questionários

Como principal, ou mais importante instrumento de pesquisa utilizado neste trabalho, em virtude do viés mais qualitativo proposto nesta dissertação, centramos nossos esforços em dois momentos. No primeiro, encaminhamos questionário de pesquisa semiestruturada com questões fechadas e abertas aos servidores das três principais carreiras da PJC/MT (delegados, escrivães e investigadores), que estivessem na Classe “C”, das respectivas carreiras, ou seja, entre seis a dez anos de serviços prestados à Instituição, lotados em cidades do interior do Estado, localizadas a mais de quatrocentos quilômetros da capital.

A escolha desse grupo não foi aleatória, partiu de um dado que revelava que, até o ano de 2013, os servidores dessa classe haviam realizado uma quantidade muito maior de cursos do que a média dos servidores da Instituição. Também foram escolhidos servidores lotados ou que já estiveram lotados no interior do Estado, pois algumas questões abordam os desafios de realizar qualificação profissional continuada, no contexto do Estado.

Foram encaminhados 32 questionários via e-mail institucional em abril de 2016, mas obtivemos somente 05 questionários respondidos. O e-mail institucional é o canal de comunicação oficial dentro da estrutura do governo de MT (sendo utilizado nesta pesquisa como mecanismo de contato com os servidores), todavia alguns servidores, apesar de possuírem a conta de e-mail, não a utilizam.

Outra suspeita pelo baixo retorno dos questionários foi a sobrecarga de trabalho a que os servidores da Instituição estão submetidos. Uma última hipótese seria o desinteresse dos servidores em participar da pesquisa.

Pelo fato de esta pesquisa não ter pretensão probabilísticas ou estatísticas, os questionários respondidos são válidos para deles extrairmos indicações das percepções de alguns servidores sobre o processo estudado.

No entanto, o baixo percentual de respostas dos questionários e sua insuficiência para entendermos as questões de pesquisa nos despertou o interesse em realizar a aplicação dos questionários *in loco*, proposta a ser considerada como desdobramento deste estudo e que poderá ser realizada também na forma de um documentário, municiando publicações e outras produções acadêmicas futuras.

Dos cinco questionários respondidos, três são de investigadores, um de delegado e um de escrivão. Os respondentes possuem graduação (pré-requisito para adentrar aos quadros desde 2005) e, destes, um possui uma segunda graduação e especialização. Todos os servidores estão na Classe “C” das respectivas carreiras (6 a 10 anos).

Como as questões de 01 a 07 são introdutórias, com indagações pontuais referentes à definição de perfil do respondente, discorreremos sobre as respostas a partir da questão 08, que pedia: “Fale um pouco de sua formação inicial na carreira policial”.

Nessa questão, os respondentes afirmaram que sua formação inicial foi na Academia de Polícia (ACADEPOL), com duração de cerca de cinco meses. No cômputo geral, a percepção dos entrevistados é a de que os professores estavam preparados para ministrar o curso, salvo algumas exceções. Alguns ainda ponderaram que tiveram alguns problemas com a falta de recursos, especialmente, nas aulas práticas, como viaturas e munições. Entendem, porém, que no geral foi proveitoso.

Na questão 09: “Quando da primeira lotação, o servidor se sentiu plenamente preparado?”, as respostas foram bem similares. A maioria afirmou se sentir preparada, contudo, na hora da prática, percebeu que necessitava de mais conhecimentos, que, por vezes, foi obtido com colegas de trabalho, já atuantes naquela unidade policial. Somente um servidor afirmou que não se sentia preparado, e teve que realizar um curso de tiro extra para melhorar seu desempenho.

Na questão 10, que se referia às “Condições de trabalho encontradas nas unidades da primeira lotação”, todos eles, em uníssono, responderam que as condições físicas, lógicas e de pessoal não eram satisfatórias; muito pelo contrário, eram até insalubres.

“Quantos cursos presenciais realizaram depois da formação inicial?”, inquiria a questão 11. Três dos respondentes afirmaram que não fizeram nenhum curso presencial, mesmo já estando com mais de seis anos de carreira. Dois deles responderam que fizeram dois cursos presenciais.

Sobre a questão 12: “Analisar se os cursos foram suficientes para o seu dia-a-dia”, dos respondentes, apenas um declarou que os dois cursos que realizou foram suficientes para atender às demandas do seu cotidiano laboral.

Quando perguntados, na questão 13, “Você já realizou algum curso da Rede EAD da SENASP?”, todos os respondentes afirmaram que já realizaram cursos da Rede EAD da SENASP, estando na média superior a 15 cursos.

A questão 14 pedia “Sua opinião sobre os cursos da Rede”. A maioria dos respondentes afirmou que os cursos realizados na Rede EAD da SENASP são de boa

qualidade (somente um afirmou que uns cursos são bons e outros não). Os respondentes ainda afirmam que os cursos ajudam muito no cotidiano profissional, inclusive sanando dúvidas que ainda restaram da formação inicial. Um dos respondentes acrescentou que os cursos da área de linguagens deixam um pouco a desejar, em virtude da prática especialmente em língua estrangeira como Inglês e Espanhol.

Na questão 15: “Os cursos escolhidos tinham um aspecto mais técnico ligado à área policial, ou estimulavam outras áreas do conhecimento?”, os respondentes afirmaram que os cursos tinham um cunho técnico, porém três deles afirmaram que foram estimulados a buscar mais conhecimento em outras áreas através dos cursos realizados na Rede EAD.

Em referência se “Houve algum ganho nas áreas acadêmica, pessoal e profissional?” (Questão 16), todos os respondentes afirmam que tiveram ganhos profissionais, inclusive com carga horária para mudar de classe; dois respondentes afirmaram que tiveram ganhos pessoais, e um deles, ganhos acadêmicos, pois os conhecimentos adquiridos contribuíram na realização de duas especializações.

Sobre “Qual a necessidade de formação continuada?”, questão 17, as respostas variaram de “importante” a “essencial”, tendo como comentários dos respondentes a necessidade constante de aprimoramento para desempenho das atividades profissionais na polícia. Eles citaram, inclusive, o conhecimento de novas técnicas de investigação, novos crimes, novas legislações etc.

Todos os respondentes afirmaram que não tiveram nenhuma dificuldade em realizar os cursos na Rede EAD da SENASP, quando, na questão 18, foram interrogados sobre quais as “Dificuldades ao realizar os cursos EAD”.

Ao responderem sobre “Pontos fortes e pontos de melhorias dos cursos EAD da SENASP” (Questão 19), todos eles disseram que os cursos são bons, de fácil acesso, linguagem adequada. Ressaltaram ainda a ótima participação dos tutores. Como proposta de melhoria, indicaram a oferta de novos cursos em áreas mais amplas, e ampliação de material da vídeo-aula.

Na questão 20: “Quanto às aprendizagens ao concluir os cursos”, quatro dos cinco sujeitos da pesquisa responderam que houve melhoria no desempenho profissional e um deles respondeu, ainda, que houve novas aprendizagens ao realizar os cursos.

Quanto à questão 21: “Quais dificuldades enfrentam ao realizar um curso presencial, na capital?”, os respondentes afirmaram que elas se relacionam, principalmente, com: diárias, transporte, acomodações, distância, tempo e afastamento da família.

Como elemento de análise das respostas obtidas mediante aos questionários respondidos pelos servidores da PJC/MT, confiamos que os cursos da Rede EAD da SENASP propiciam uma Educação Profissional Continuada, tendo um papel de protagonista, em virtude das diversas limitações que o poder público do Estado de Mato Grosso, especificamente na Polícia Judiciária Civil, em proporcionar uma Educação Profissional Continuada aos seus servidores.

Apesar de terem sido somente alguns poucos questionários respondidos, tais respostas podem ser relativamente projetadas como indicativo em relação ao contexto geral de servidores da PJC/MT, ou até mesmo para grande parte dos servidores da área de Segurança Pública no Brasil, se cotejadas com os dados quantitativos, como o número de matrículas, evasões e outros dados respondidos pelos egressos, por meio dos quais podemos vislumbrar claramente que, mais do que carga horária para promoção ou a Bolsa Formação, os alunos da Rede EAD da SENASP entendem que a Educação Continuada é essencial para suas carreiras.

Apesar dos dados aqui sistematizados, não é possível tomar nenhuma das assertivas aqui apontadas como verdade absoluta. Como já explicitamos e, são apenas algumas percepções de servidores. Todavia, essas percepções, quando referidas às outras fontes e procedimentos de pesquisa, trazem indicações relevantes sobre o exercício e a formação profissional no campo da segurança pública, indicações que podem se tornar objeto de pesquisas científicas muito mais densas e elaboradas do que esta.

### **3.3.2 Entrevistas**

Como segundo mecanismo de pesquisa de campo, valemo-nos da entrevista semiestruturada, que foi aplicada aos gestores tanto da Polícia Civil, quanto da própria Secretaria de Segurança Pública. Neste tópico, apresentamos uma síntese das informações mais relevantes a respeito das questões destacadas neste trabalho.

Ao realizamos contato via e-mail com os gestores, eles se dispuseram a conceder as entrevistas. Dessa forma, foram entrevistados os dois gestores da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, e um gestor da Secretaria de Segurança Pública, no mês de abril de 2016.

Na parte introdutória da entrevista, como forma de aproximação com os entrevistados, foram indagados seu nome, cargo, formação, função, tempo de serviço na polícia, dados que serão preservados no intuito de garantir o anonimato deles. Os três entrevistados são bacharéis

em Direito, e todos eles, estatutários da carreira de Delegados de Polícia. Um deles possui cinco especializações *Latu Sensu* e um *Strictu Sensu* – Mestrado em Direito Agrário e Ambiental.

Sobre as três principais carreiras da PJC/MT, tempo de formação inicial, local e se acreditavam que tal formação era suficiente para o desempenho das atividades laborais, eles relataram que, para o ingresso nas carreiras de Delegado, Escrivão e Investigador de Polícia, os candidatos têm que apresentar formação de nível superior, sendo que, para delegado, deve ser bacharel em Direito, nas outras duas carreiras é aceita a formação em qualquer área.

Quanto à formação, eles responderam que os candidatos e, posteriormente, alunos recebem sua formação inicial na ACADEPOL, em dois momentos distintos, sendo o primeiro de formação geral, como fase do concurso público, que dura em média dois meses. Na sequência, o candidato é empossado e passa a compor o quadro de servidores da Instituição, momento em que obtém a formação técnica específica para a carreira em que irá atuar, com mais três meses de curso presencial na ACADEPOL.

Quando indagados se a formação profissional inicial seria suficiente para o bom desempenho das atividades profissionais dos egressos da ACADEPOL, os três entrevistados declararam ser insuficiente a formação recebida na ACADEPOL, em virtude da complexidade da atividade policial. Um dos entrevistados lembrou que a formação inicial há décadas era somente de 40 (quarenta) horas aulas, o que hoje corresponde a somente uma disciplina ministrada aos novos servidores.

Em face disto, o entrevistado mencionou a forte evolução da formação na atividade policial, observando que, em alguns Estados da Federação, é ofertado um curso de Tecnólogo Superior para soldados da PM (inclusive Mato Grosso, a partir do ano de 2015, já oferta um curso semelhante e, a partir do próximo concurso, exigirá nível superior para o cargo de soldado). Também citou que o Estado de São Paulo firmou parceria entre a Polícia Civil e a Universidade de São Paulo (USP) para ofertar um curso de Doutorado a mais de setenta delegados que atuam na Instituição. Hoje, os servidores da PJC/MT recebem formação inicial de mais de oitocentas horas, integrando conhecimentos teóricos e práticos, e estágios nas Unidades Policiais.

Todos percebem ser fundamental a formação continuada, haja vista que, para a mudança de classe na progressão funcional, são requeridas dos servidores duzentas horas de cursos na mudança da Classe “A” para “B”, duzentas e cinquenta horas de “B” para “C”, e pós-graduação para progressão de “C” para “E”, sendo que, para o cargo de Delegado, é requerido o Diploma do Curso Superior de Polícia. Todavia, os entrevistados afirmam que a

capacitação continuada está para além dos pré-requisitos para a progressão funcional. Esta deve ser um elemento constante em virtude das particularidades e desafios enfrentados pelos servidores dessas carreiras.

Ao indagarmos sobre a capacitação continuada dos servidores, realizada na modalidade presencial, os respondentes afirmaram que é muito difícil para a Instituição ofertar cursos de formação profissional continuada presencial a todos os seus servidores, em face de diversos desafios encontrados no Estado, como: efetivo reduzido (em alguns municípios se alguns policiais se deslocarem até a Capital para realizar cursos, o trabalho pode ficar seriamente comprometido), limitações em questões de diárias, alojamento e transportes para os servidores realizarem tais cursos.

Quando indagamos sobre a percepção dos entrevistados sobre os cursos ofertados pela Rede EAD da SENASP, eles responderam que são de extrema valia, pois ofertam aos servidores de todos os municípios atendidos pela PJC/MT, e são essenciais pela dinâmica em que evoluem as atividades ilícitas e criminosas, demandando dessa forma a atualização constante por parte dos policiais.

Em relação a pontos fortes, foram elencados: a variedade e qualidade dos cursos da Rede EAD, além da amplitude de tempo e espaço, quando o servidor pode acessar seus cursos de qualquer ponto que tenha acesso à internet, e em qualquer horário. Como pontos fracos foram elencados a falta de interação pessoal entre os servidores que realizam os cursos, quando comparados aos cursos presenciais, os quais são um reconhecido momento de troca de informações e de fortalecimento de vínculos funcionais. Também foi citada como limitações da modalidade EAD a efetividade de cursos práticos, como abordagem policial, tiro, dentre outros. Contudo, os entrevistados informaram que já existem na Rede cursos híbridos, em que parte do conteúdo é realizado a distância e parte é presencial.

Quanto à distinção entre os profissionais que realizam e os que não realizam os cursos da Rede EAD da SENASP, no desenvolvimento das suas atividades laborais cotidianas, os respondentes afirmaram que percebem de forma muito nítida os servidores que buscam a qualificação profissional contínua, sendo tanto na modalidade presencial quanto na EAD, pois melhoram a qualidade do serviço desempenhado. Além disso, o conhecimento, adquiridos na educação continuada, gera inclusive um “efeito colateral” benéfico, que é o estímulo para outros servidores, colegas de trabalho do egresso, para realizarem os cursos, como se os participantes dos cursos se tornassem promotores desses cursos, em um efeito quase viral.

Também indagamos sobre os benefícios que os servidores, que realizam os cursos da Rede EAD, recebem na Instituição, como promoções, bonificações, seleção para unidades

especiais. Nesse quesito, os entrevistados afirmaram que vários servidores utilizam as horas dos cursos EAD da SENASP para mudança de classe na progressão funcional. Um dos entrevistados mencionou que recentemente foi criada uma unidade especializada, dentro da estrutura funcional da PJC/MT, em que foi feito um processo de seleção no qual um dos quesitos era relativo aos cursos realizados. Ele ressaltou que dois candidatos se distanciaram e muito dos demais, e tiveram o dobro de pontos dos outros concorrentes, em virtude da grande quantidade de cursos realizados especialmente na Rede EAD. Todavia, não existe nenhum programa de bonificação ou reconhecimento oficial por parte da Instituição quanto aos servidores que realizam os cursos.

Quando indagados sobre os ganhos aos egressos dos cursos EAD da SENASP, se esses ganhos se limitam somente à vida profissional ou podem extrapolar para outras áreas, como a educacional ou até mesmo a pessoal, os três entrevistados responderam que acreditam que há ganhos para os egressos dos cursos EAD, e tais ganhos não se limitam somente à área profissional. Na visão dos entrevistados, os ganhos, extrapolam inclusive as áreas pessoal e educacional, uma vez que os alunos criam o hábito de aquisição de conhecimento, tornando-se indivíduos mais críticos e conscientes do seu papel na sociedade. Nessa questão, um dos entrevistados relatou sua própria experiência, já que, ao buscar conhecimentos profissionais na área policial, percebeu que precisava se desenvolver como cidadão, desenvolvendo, em virtude disso, uma nova carreira, a de docente do ensino superior.

Para concluirmos as entrevistas, indagávamos aos entrevistados se os profissionais que realizam cursos da Rede EAD da SENASP estão melhor preparados para atender às demandas sociais, junto à PJC/MT. Os três entrevistados foram unânimes em afirmar que os policiais, que possuem como práxis realizar os referidos cursos, estão mais bem preparados para atender às necessidades que lhes são impostas no desempenho de suas atividades profissionais. Destacamos a fala de um dos entrevistados que, em razão do encerramento da entrevista, fez uma síntese da evolução institucional da PJC/MT, ressaltando que, apesar dos ganhos estruturais e materiais, o maior ganho foi sem dúvida a capacitação de seus servidores, especialmente, valendo-se dos Cursos da Rede EAD da SENASP.

### 3.4 APRECIÇÃO SOBRE A POLÍCIA COMUNITÁRIA

Ainda no transcorrer de nossa pesquisa, ao imergirmos na Instituição PJC/MT, tomamos conhecimento de uma área pouco divulgada na Instituição, que é a Coordenadoria

de Polícia Comunitária, departamento ligado hierarquicamente à Diretoria Geral Adjunta. É o departamento da Instituição responsável pelo contato com a sociedade civil organizada, mediante os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs). Na PJC/MT, essa coordenadoria, além de interagir com os CONSEGs, ainda desenvolve atualmente três projetos de prevenção da criminalidade, especialmente, com o público de crianças, adolescentes e jovens, projetos que apresentaremos brevemente a seguir, de acordo com as informações constantes no sítio oficial da Instituição.

a) Projeto “De cara limpa contra as drogas”

Conforme o sítio da Instituição,

O “De Cara Limpa Contra as Drogas” objetiva prevenir o uso e combater o tráfico de drogas, conscientizando sobre os prejuízos irreparáveis para quem as usa e para toda a sociedade. O programa inclui atividades preventivas nas escolas, universidades, igrejas, clubes sociais, líderes comunitários, e principalmente, com famílias de crianças e adolescentes em áreas e situações de risco, para que elas não se envolvam com o uso e tráfico de drogas (PJC/MT, 2016.).

Apesar de ter sido concebido pela Delegacia Especializada de Repressão a Entorpecentes (DRE), em virtude da excessiva carga de trabalho naquela Delegacia Especializada, e, sobretudo, por estar mais focada na repressão ao tráfico de drogas, o referido projeto, que tem um cunho mais preventivo, atuando em escolas do Ensino Fundamental e Médio, foi transferido para a Coordenadoria de Polícia Comunitária. Nos últimos anos, o projeto tem apresentado realizações expressivas, tais como: palestras e corridas. As palestras realizadas numa média de 100 (cem) ao ano, atendendo a aproximadamente 15.000 (quinze mil) pessoas. Já a corrida, realizada todos os anos, conta com a participação de mil atletas entre profissionais e amadores (especialmente de servidores da própria Instituição), no intuito de conscientização da população, especialmente na faixa etária de jovens e adolescente sobre os malefícios das drogas.

b) Projeto “Rede Digit@l Pela Paz”

O projeto visa colocar os adolescentes e jovens como indivíduos participativos na prevenção à violência e à criminalidade no ambiente escolar, mediante ferramentas que propiciem aos alunos a conscientização de seu papel protagonista no ambiente escolar, e em

outros momentos do seu cotidiano. De acordo com o site da Instituição, o conceito do projeto é o seguinte:

O site “Rede Digital pela Paz” ([www.rededigitalpelapaz.mt.gov.br](http://www.rededigitalpelapaz.mt.gov.br)) é um ambiente para a troca de experiências, denúncias, bate-papos, informação, publicação de artigos, sugestões de livros e biografias sobre drogas, violência, sexualidade, direito e deveres, oficinas digitais e outras ferramentas de interação, como forma de inserir o público juvenil na discussão de temas de interesse social e que assolam a sociedade, como os homicídios praticados e vitimados por jovens tão corriqueiros na atualidade.

O site também é um espaço educativo para os alunos desenvolverem trabalhos que contribuam com a aprendizagem, e para o combate a violência e ações de segurança aos problemas enfrentados na comunidade escolar. A ideia é que adolescentes e jovens sejam autores do processo de prevenção da violência, produzindo objetos de aprendizagem digital (PJC/MT, 2016).

Os dados obtidos do ano de 2014 sobre o projeto “Rede Digit@l Pela Paz” apresentam mais de setenta palestras e um público atendido na ordem das 10.000 pessoas, dos mais variados grupos dentro da comunidade escolar, como: pais, alunos professores e comunidade do entorno das escolas.

#### c) Projeto “De bem com a vida”

O projeto tem como finalidade a sensibilização de estudantes sobre os malefícios causados inclusive por drogas denominadas de lícitas, como o álcool, tendo como suporte legal o Código Penal e o Estatuto da Criança e Adolescente, que criminalizou o comércio de bebidas a menores de 18 anos. De acordo com a PJC/MT, o projeto se conceitua da seguinte forma:

O projeto “De Bem Com a Vida” é um projeto da Polícia Judiciária Civil de caráter preventivo e de controle ao consumo e venda irregular de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. O projeto está alicerçado no artigo 63 inciso I da Lei de Contravenções Penais que prevê desde 1941, como conduta típica, o ato de servir bebidas para menores de idade, e no artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que criminalizou o ato de vender, fornecer, ministrar ou entregar à criança ou adolescentes, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida, além dos Códigos de Postura dos municípios que regulamentam a fiscalização e autuação de estabelecimentos comerciais (PJC/MT, 2016).

Os dados obtidos neste projeto são de 2014:

Ações (Blitz, Visitas, Apresentação dos Programas, Lançamento de Campanhas): 33;

Público Atendido: 13.775 (Treze mil, setecentos e setenta e cinco) pessoas;

Reuniões (Líderes Comunitários, Câmeras de Vereadores, Comunidade Escolar): 24

Público Atendido: 993

Palestras (Escolas Públicas EF, EM, ONGs e Clubes de Serviços, Entidades Religiosas): 133

Público Atendido: 11.567

Apesar de a atividade de prevenção à criminalidade não ser atribuição legal das polícias civis, a PJC/MT tem desempenhado de forma intensa as atividades de prevenção, especialmente junto aos públicos infantis, adolescentes e jovens, no intuito de minorar os efeitos da violência e criminalidade no Estado e também no país, pois entendem que prevenir é mais eficaz do que reprimir.

Em face dos dados apresentados, inferimos que essa Coordenadoria se aproxima desta dissertação, pois, apesar de contar com um número ínfimo de servidores, consegue alcançar números expressivos de pessoas, com palestras e outras ações, que são desenvolvidas especialmente por voluntários, sendo em sua grande maioria policiais da própria Instituição, que realizam o trabalho além da sua carga horária laboral, por entender seu papel no complexo contexto social brasileiro, sem ter nenhum benefício a mais na Instituição. Essa ampliação da participação desses profissionais, dentre os quais um grande número é egresso da Rede de EAD da SENASP, indica, de nosso ponto de vista, alterações objetivas e subjetivas relevantes na composição e nos sentidos atribuídos à atuação no campo da segurança pública, na perspectiva de uma segurança cidadã, sinalizando as aproximações entre a experiência formativa vinculada ao conteúdo, à expansão e à regularidade da oferta de cursos da Rede, o conceito de Escola Omnilateral ou Educação Integral, elaborados por Marx, conforme apresentado por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010).

De acordo com esses autores, na perspectiva formativa indicada por autores como Marx e Gramsci, o que se busca garantir, como formação humana, “ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador” é “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, apud Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional de Nível Médio em Debate, 2010).

As práticas formativas até aqui examinadas e seus vínculos com as alterações acima indicadas na prática profissional no âmbito da PJC/MT sinalizam, de nosso ponto de vista,

ainda que com limitações e inevitáveis contradições, uma perspectiva ampliada de formação humana que se coaduna com a perspectiva apresentada por esses autores.

Por isso, além dos projetos apresentados, gostaríamos ainda de apresentar mais duas ações que reforçam os conceitos acima citados: o Programa “Arte e cultura em ação”, e o “Coral Vozes da PJC”.

De acordo com o sítio eletrônico da Instituição, o Programa “Arte e cultura em ação”,

revelando os talentos da Polícia Judiciária Civil, é um projeto de integração dos servidores da Polícia Judiciária Civil, organizado pela Gerência de Avaliação de Desempenho Funcional e Qualidade de Vida. Desde 2008, o projeto “Arte e Cultura em Ação” vem revelando talentos dentro da Polícia Civil, nas mais variadas habilidades artísticas, entre elas a música, a dança, o artesanato, a pintura em tela, grafiteagem, entre outros. O evento é uma oportunidade para os servidores revelarem seus dons artísticos, muitas vezes ocultos ou sem espaço para ser mostrado. As atividades acontecem geralmente na semana de comemoração ao dia do servidor público ou no encerramento do ano, em dezembro (PJC/MT, 2016).

Quanto a esse projeto, podemos evocar os conceitos da Escola Unitária de Gramsci (1982), para quem

O advento da Escola Unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo (GRAMSCI, 1982, p.125).

Nas citações acima, verificamos que o conceito de cultura aparece vinculado ao desenvolvimento da escola unitária, em que o indivíduo passa a ser elemento ativo inclusive na cultura que refletirá no seu cotidiano laboral. Aspectos dessa concepção podem ser reconhecidos no Projeto Arte e Cultura em Ação, que vem para revelar um novo perfil dos profissionais de segurança, pois, além de cumprirem suas atribuições de combate à criminalidade e violência, ainda conseguem produzir arte em suas mais variadas formas.

Perspectiva similar pode ser percebida no “Coral Vozes da PJC”, grupo de coralistas composto por servidores da Instituição, fundado em 1998, completando 18 anos em 2016. Esse coral se apresenta em diversos locais e eventos, e a sua prática vem sinalizando uma verdadeira quebra de paradigma, pois até hoje grande parte da sociedade brasileira enxerga na polícia e em seus servidores somente o braço repressivo do Estado, sendo incapaz de conceber que, antes mesmo de ser policial, os servidores desta Instituição são cidadãos brasileiros, assim como os outros. Considerando o novo quadro formativo e de atuação da PJC/MT, sustentamos que a prática do Coral, ao implicar a ampliação do campo de relações entre aqueles que foram denominados por Platão de “os corajosos” e os demais cidadãos, possibilita que esses profissionais e a sociedade reelaborem suas formas de pensar e agir uns em relação

aos outros e ambos em relação à segurança, reorganizando em novas bases seus vínculos e compromissos.

Com esses dois exemplos, finalizamos nossas considerações sobre os conceitos de Escola Unitária, Educação Omnilateral ou Educação Integral, percebidos na concepção da Rede EAD da SENASP e na sua realização prática, desenvolvimentos e implicações junto à Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso.

## 4 ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

### 4.1 SENASP

Somente a título de contribuição, apresentaremos alguns pontos percebidos neste trabalho que poderiam servir como recomendações para a SENASP.

- Revisão dos dados apresentados em diversos sítios da Internet, em virtude de dados divergentes nas várias páginas da própria SENASP;
- Agrupamento de cursos da mesma área temática, servindo como base para uma possível certificação em nível de especialização *Latu Sensu*, talvez com a apresentação de trabalho de conclusão de curso ou monografia;
- Elaboração de um anuário com as informações consolidadas dos ciclos de cada período;
- Após a conclusão do décimo curso, o aluno poderia se inscrever em mais de dois cursos por ciclo, quem sabe em até cinco cursos;
- Aproveitamento dos alunos que concluírem grande número de cursos como promotores da Rede EAD, no intuito de utilização de toda capacidade da Rede, não deixando vagas ociosas em turmas, inclusive, atribuindo-se bolsas que deem suporte a essa atuação em caráter regular e orgânico, em relação à Rede EAD e a própria SENASP;
- Desenvolvimento de mecanismos ou formas de reconhecimento dos servidores que se destacarem na realização dos cursos, tanto em termos quantitativos, quanto nos qualitativos, no intuito de fomentar maior visibilidade e reconhecimento aos cursos e a seus significados na formação dos profissionais da área;
- Melhoria no mecanismo de apresentação de conteúdo, especialmente, no que tange à WEBTV, pois algumas vezes encontramos dificuldade de abertura do conteúdo;
- Criação e Desenvolvimento de Cursos em ambiente virtual que simulem situações reais encontradas por policiais, desde abordagens até mesmo em situações de conflitos armados. Tal expediente poderia ter como inspiração os jogos virtuais, em que se simulam situações tanto em ambiente policial ou até

mesmo de guerra. Esses cursos poderiam ser ministrados nos Telecentros, podendo ser denominados de REDE EAD da SENASP 2.0;

- Oferta de vagas ociosas, em turmas já abertas, nos cursos das áreas de ética, direitos humanos, linguagens etc. para familiares de servidores ligados à Segurança Pública, no afã de maximizar os resultados da Rede, e inserir, habituar e contextualizar os familiares dos servidores da área de segurança pública, das particularidades das atividades e papel que os mesmo desempenham no contexto social brasileiro, objetivando a valorização profissional até mesmo no círculo familiar deles;
- Ampliação do número de vagas para Instituições correlatas à área de Segurança Pública, como o Sistema Prisional e Socioeducativo, mediante convênios;
- Como última recomendação à SENASP, seguindo a epígrafe desta dissertação, que a Rede EAD estruture um curso, e oferte a todos os seus alunos e egressos, cuja temática seja a Escola Unitária de Gramsci, curso que poderia abordar os conceitos de, Educação Omnilateral ou Multilateral e, até mesmo, a Educação Integral, como forma de salto emancipatório na Educação dos servidores que labutam na Segurança Pública no Brasil.

#### 4.2 POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO

- Elaboração de algum mecanismo de valorização, suporte e reconhecimento dos servidores que mais se destaquem na conclusão dos cursos, considerando-se, inclusive, que os servidores, por diversas vezes, realizam os cursos fora do horário de expediente, em seus momentos de repouso;
- Utilização dos cursos concluídos com êxito para critérios de seleção para unidades especiais, cursos presenciais, remoções ou cargos de chefia;
- Criação de uma campanha permanente de promoção e estímulo institucional para a realização dos cursos por parte dos servidores;
- Utilização dos dados de qualificação profissional em campanhas de marketing institucional, no intuito de informar a sociedade sobre a capacitação contínua dos servidores da instituição, promovendo assim a valorização de seus profissionais junto à sociedade;
- Estreitamento do contato com a SENASP, para desenvolver cursos específicos para a PJC/MT, com parte EAD e parte presencial a ser ministrado na

ACADEPOL (esta recomendação, já está sendo concretizada, conforme informação prestada pelo Diretor da ACADEPOL em entrevista para este trabalho).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as ponderações realizadas neste trabalho, permitimo-nos fazer algumas considerações sobre aspectos mais relevantes abordados nesta pesquisa científica. Como primeira grande questão do trabalho, buscamos entender como a educação a distância (EAD), ou o ensino não presencial, foi desenvolvida a partir do século XX e início do século XXI, considerando os parâmetros que balizaram, desde o seu surgimento, até mesmo sua aplicabilidade no contexto contemporâneo.

Quanto à EAD, percebemos que é uma das ferramentas do processo educativo, que, apesar de ter surgido ainda no século XIX, apresenta-se, no século seguinte, como modalidade de ensino, tendo sido vastamente utilizada, inclusive na formação profissional, até mesmo dentro do contexto militar. Com o advento e popularização dos instrumentos computacionais, além da avassaladora expansão da rede mundial de computadores (internet), a modalidade de Educação a Distância ganha novas possibilidades, novas orientações e nova roupagem, obtendo, em virtude disso, uma grande projeção, tornando-se um mecanismo muito utilizado na seara educacional tanto em nível mundial, quanto em nível nacional.

Todavia, tal modalidade se encontra longe de ser unanimidade, sobretudo, entre os especialistas na área da Educação. A esse respeito, autores como Oreste Preti (2005) lembram que uma grande parcela reconhece os ganhos e benefícios obtidos mediante tal ferramenta ou sistemática, podendo-se citar, nesse caso, a ampliação de público alcançado, a flexibilização de horários e de ritmo de aprendizado, a redução de custos (especialmente obtidos mediante ganhos de escala, quando o material elaborado por um professor ou equipe pedagógica pode ser replicado a diversas turmas), dentre outras possibilidades.

Outra parcela de pesquisadores e especialistas, entretanto, aponta para aspectos que delineiam as discussões sobre o tema de forma mais ampliada, ou pelo menos a partir de outro prisma. Muitos levantam questionamentos com relação à eficácia e à efetividade de alguns programas ou cursos, especialmente no Brasil, onde existe uma concepção de senso comum de que, caso uma ferramenta atenda a uma demanda específica, provavelmente alcançará o mesmo resultado em diversas outras áreas ou finalidades. Segundo essa tendência, caso um programa de EAD funcione bem na formação profissional, isso significaria que ele pode ser aplicado na Educação de Jovens e Adultos, em programas de alfabetização, de graduação, de pós-graduação e daí por diante, “fetichizando-se” a EAD, como lembra Barreto (2010), e deixando-se de considerar adequadamente a diversidade de situações entre cada uma dessas situações de formação e a efetiva pertinência das formas de organização da oferta e do ensino

a elas propostas. Diversos autores críticos dessa modalidade de ensino também ponderam sobre a desvalorização do professor no contexto de ensino e aprendizagem, em face da perda de sua autonomia (pois, em via de regra, cada turma de EAD conta somente com um tutor) e sobre as perdas do processo formativo em termos da interação próxima entre aluno e professor.

Todavia, quanto às críticas sobre a educação a distância, ainda apuramos haver mais uma e que provavelmente seja a mais enfática de todas, segundo a qual os autores discorrem de forma exaustiva sobre a oferta de uma “educação mecanicista”, que objetiva somente a formação de mão-de-obra, exército de produção ou qualificação de operários ou operadores de maquinaria, trabalhadores que somente vendem sua força de trabalho, sem conseguir refletir sobre qual seu papel e contribuição no contexto social.

Em virtude dessa crítica, fomos conduzidos ao segundo tema central de interesse desta pesquisa nos propondo a esmiuçar, dissecar ou destrinchar os conceitos de “educação profissional” e “formação profissional”, observando como marco conceitual as distinções dos termos “educação” e “formação”, concebidos, estruturados e explicitados nas formulações de Karl Marx e desenvolvidos no Brasil por autores como Gaudêncio Frigotto. Nessa perspectiva, aproximamo-nos dos conceitos de educação integral, educação omnilateral ou multilateral, que surgem das reflexões de Marx e de seu aprofundamento por autores como Antônio Gramsci, responsável pela elaboração de importantes reflexões sobre o conceito de “escola unitária”. Nesse percurso, tivemos sempre como pano de fundo, nas análises, que a sociedade está dividida em classes sociais que vivem em constantes embates potencializados até mesmo de forma exacerbada em uma sociedade capitalista dependente, como é o caso brasileiro.

Esse ponto se tornou central em nossa pesquisa, em especial porque percebermos o quanto o termo “formação”, no seu uso histórico, tem predominantemente o caráter de treinamento, ou mais interligado à adestramento mecanicista, enquanto o termo “educação”, tal como enfatizado por autores de perspectiva crítica, nos remete a um conceito muito mais amplo, vinculado à ideia de que os indivíduos, além de terem o conhecimento para o trabalho mecânico ou operacional, ainda tenham a capacidade de entender o contexto global no qual seu trabalho e eles próprios como sujeitos estão inseridos; de entender qual o seu papel dentro desse contexto e, mais do que isso, de ser capaz de criar, expandir ou ampliar seus conhecimentos, dando origem inclusive a novos conhecimentos. Essa última perspectiva é muito mais emancipadora e desejável para todos os trabalhadores.

Ao entendermos os conceitos da “educação integral” de Marx e o de “escola unitária” de Gramsci, iniciamos a busca por elementos que subsidiassem a nossa pesquisa, no intuito de descobrir se as políticas públicas de criação, implantação e manutenção tanto da SENASP, quanto ao da Rede EAD da SENASP, alinhavam-se mais ao conceito de “educação” ou de “formação”. Esse elemento ganhou uma dimensão ímpar neste trabalho, uma vez que trata de um programa de qualificação profissional continuada para servidores da área de segurança pública, que é exatamente o poder coercitivo do Estado, em especial de uma nação que, em sua história recente, saiu acerca de apenas três décadas, de um regime ditatorial que perdurou por mais de vinte anos, valendo-se de práticas por vezes contestadas.

Em face de todas essas variáveis apresentadas, consideramos que o programa da Rede EAD da SENASP, que completou, no ano de 2015, 10 (dez) anos de existência, constituiu-se como uma ferramenta importante no nivelamento, disseminação e ampliação de conhecimentos gerais e específicos relevantes, no campo de segurança pública entre profissionais da área. Observamos que o Programa, concebido para funcionar na modalidade EAD, desde os primeiros documentos que o idealizavam, sempre utilizou a nomenclatura de “Educação”, afirmando uma perspectiva ampliada de formação humana dos profissionais da área. Esse fato se reflete de forma nítida no desenvolvimento do programa, no qual, além de cursos, conhecimentos e disciplinas ligados à área fim da atividade policial, são disponibilizados, ofertados e promovidos aos participantes outros conhecimentos que os estimulam a extrapolar o conhecimento rotineiro, técnico e mecanicista de suas atividades profissionais, conduzindo-os a uma esfera mais ampla, que é a concepção global e o impacto que os frutos de sua atividade podem trazer para a sociedade a qual pertencem e a qual servem.

Os dados que reforçam essas considerações são bastante contundentes, partindo desde os macro dados quantitativos do programa – que possui mais de seiscentos e sessenta mil alunos inscritos, nos mais de setenta cursos ofertados, gerando com isso mais de três milhões e duzentas mil matrículas em um intervalo de uma década, apesar de apresentar um decréscimo no número de matrículas nos últimos anos – até as informações qualitativas que mostram aspectos de melhorias objetivas e subjetivas vinculadas à realização regular e disseminação dos cursos ao longo de sua vigência.

Os dados quantitativos impressionam, por si, ao tomarmos conhecimento de que os alunos matriculados nos cursos correspondem a noventa e sete por cento dos profissionais da área de segurança pública, distribuídos nos vinte e seis Estados da Federação, além do Distrito Federal.

Entretanto, essa última informação remete a outro aspecto que procuramos abordar nesta dissertação, que é a discussão de território. Acreditamos que tal discussão foi fundamental para este trabalho, em virtude do fato das discrepâncias encontradas dentro da Unidade Federativa do Brasil. Desde o período da colonização portuguesa o Brasil sofre com sua ocupação social tensionada por desigualdades. Iniciada mediante a repartição da costa brasileira em Capitânicas Hereditárias, o país teve seu crescimento populacional, nos quatro primeiros séculos de sua história relatada, concentrada na faixa litorânea. Todavia, as delimitações geográficas que se configuram quase continentais foram e estão sendo, a partir de então, ocupadas de forma problemática, seguindo a sua ordem histórica, por meio de ciclos migratórios, como ocorreu com as cidades de São Paulo (SP), Brasília (DF) e também de Cuiabá (MT), isso sem contar com municípios interioranos.

Nesse cenário, Mato Grosso, por ser um dos Estados Federados que possui uma área maior que a da França, e onde se encontram espalhados cento e quarenta e um municípios, desde sua fundação, passou basicamente por três grandes ciclos migratórios, sendo o primeiro, a corrida pelo ouro no século XVIII; o segundo, incentivado na década de 1980, pelo governo militar, com o intuito de ocupar a fronteira oeste do país, temendo invasões, por meio da ampliação das fronteiras agrícolas com a ocupação do cerrado; e, por último, no início do século XXI, na corrida por empregos nas cidades que foram fundadas e têm sua base econômica no agronegócio.

Após o processo de redemocratização do Estado brasileiro e da promulgação de sua Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, considerada também como “Constituição Cidadã”, as instituições estatais tiveram de se adequar ao novo contexto social, especialmente à área de segurança pública. Após esse marco, surgiram e têm surgido diversas legislações que buscam atender às novas demandas sociais. Em face disso, os profissionais das instituições policiais necessitam estar em constante aprimoramento, fato que cria um desafio enorme ao se consideramos a delimitação geográfica, sobretudo, desses Estados que foram colonizados posteriormente na formação do Brasil, caso do Estado de Mato Grosso.

Estados como Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, dentre outros, além de possuírem grande extensão territorial, ainda contam com uma precariedade de recursos e de bases institucionais muito grande. Os estados da faixa litorânea possuem grande malha viária, alta concentração de municípios próximos, alta densidade demográfica e grandes concentrações de indústrias. Já os Estados citados anteriormente possuem uma malha viária precária, grandes distâncias entre municípios, baixa densidade demográfica e vocação mais próximas a atividades agrícolas; em virtude da baixa densidade demográfica, empresas

prestadoras de serviços como de telefonia e internet, não têm tanto interesse em pequenos municípios quanto em regiões metropolitanas, gerando, com isso, dificuldades de várias ordens, dentre as quais podemos citar as relacionadas a deslocamentos (grandes distâncias a serem percorridas, sistema viário muito precário etc.), à comunicação, saúde, entre outras mais.

Devido aos fatos apresentados no parágrafo anterior, percebemos que o programa de “educação profissional continuada” da Rede EAD da SENASP, no âmbito da PJC/MT, tem se configurado de forma bastante relevante e necessária, em virtude dos fatos e elementos apresentados anteriormente, acrescidos das limitações estatais de diversas ordens, destacando-se as relativas a recursos financeiros, recursos de pessoa, recursos materiais e recursos institucionais. Nesse sentido, tal programa, ao trazer de forma permanente novos recursos financeiros, materiais e institucionais, ampliando as condições de novas relações com o conhecimento, tem se revelado como uma ferramenta valiosa na “educação profissional continuada” dos profissionais que atuam na referida instituição policial.

Quando no parágrafo anterior, ao citarmos de forma destacada o termo “educação profissional continuada”, o fazemos de modo muito consciente e ancorado nos estudos de Marx, Gramsci, Frigotto, Ciavatta e Ramos, dentre outros autores relevantes sobre o tema, apoiando-nos, igualmente, nos dados colhidos, estruturados e sistematizados, mediante às pesquisas documentais e às de campo, obtidos através de levantamento e análise documental, e da aplicação de questionários e realização de entrevistas, por meio dos quais foi sendo explicitado o cunho emancipatório dos cursos ofertados pela Rede EAD da SENASP.

Como um dos últimos pontos de percepção desde trabalho, quanto à Rede EAD da SENASP, podemos constatar também seu caráter integralizador, uma vez que o programa consegue amalgamar a interação de servidores de instituições que possuem até mesmo certa rivalidade entre si, como é o caso de alguns profissionais das polícias civil e militar. Todavia, no ambiente virtual da Rede EAD, tais diferenças são minimizadas ou até mesmo eliminadas, quando os servidores passam a entender o papel institucional específico, em virtude do qual suas organizações estão incumbidas no complexo mundo da Segurança Pública brasileira. Dessa forma, o referido programa se torna elemento de “vertebração”, de acordo com o conceito de Gramsci, da formação ampla desses profissionais.

Em face dessa “vertebração”, que consegue agregar e convergir todos os profissionais envolvidos numa determinada área, acreditamos que se conseguiu criar um Sistema, em que cada parte distinta funciona em conformidade com suas atribuições, mas contribuindo para um todo, oriundo dessas interações, tornando-se um princípio aplicável, de nosso ponto de

vista, em outras áreas da esfera estatal. Nesse sentido, a experiência de educação profissional aqui relatada pode contribuir com o debate da organização sistêmica de outros campos, como saúde, educação e previdência.

Contudo, cabe a discussão final neste trabalho sobre o papel desse programa no contexto nacional, analisado pelo prisma e perspectiva do Estado moderno, da sociedade de classes e de conceitos relativos à educação ou formação profissional continuada, indagações que debatemos no transcorrer desta pesquisa.

De acordo com o que pudemos pesquisar e sintetizar nesta dissertação, temos o nítido sentimento de que a Rede EAD da SENASP, os cursos ofertados pelo referido programa, e as ações e desdobramentos oriundos dessa política pública, tendem muito mais para o conceito de *educação profissional continuada*, do que o próprio conceito de *formação profissional continuada*. Temos como base os dados e informações apurados e apropriados desde os dados quantitativos até as percepções de gestores e, principalmente dos alunos que realizaram os cursos. Em especial, saber que os egressos continuam se matriculando em cursos, sem nenhuma perspectiva de ganho financeiro extra ou necessidade de carga horária de cursos para promoções ou mudanças de classe, é indicativo de que o processo educativo, fomentado pela Rede, mostra-se implicado com mudanças objetivas e subjetivas relevantes para a forma como os profissionais de segurança pública se envolvem com a construção de seu campo de atuação profissional e também com o contexto social no qual estão inseridos.

Dessa forma, o programa, pelo menos em nosso conceito baseado em tudo que sistematizamos até então, aproxima-se dos conceitos da “escola unitária” de Gramsci ou até mesmo de “educação integral, omnilateral ou multilateral”, concebida por Marx.

Todavia, em nenhum momento, deduzimos ou supomos que os dados e informações sintetizadas neste trabalho acadêmico consigam contemplar todas as nuances e implicações que envolvem tal área do conhecimento. Assim, o que até aqui foi apresentado não possui de forma alguma um caráter finalístico, conclusivo ou de encerramento dos questionamentos sobre esse programa, essa modalidade de ensino, ou essa política pública. Exatamente o oposto disso, somente procuramos analisar um copo d’água no oceano de dúvidas que envolvem o Estado Moderno, o Poder de Polícia, a Educação e o Trabalho. E quem sabe projetar luz sobre novos temas a serem desenvolvidos em outros trabalhos acadêmicos, artigos, dissertações, teses, dentre outros.

**REFERÊNCIAS**

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença. 1970.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2015. São Paulo: Urbania. 2015. p.94-97.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BARRETO, Raquel Goulart. **Educação & Sociedade**. Campinas. v.31, n113, p.1299-1318, out-dez 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 out. 2014.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. vol.I. Brasília: Ed. UnB, 1998. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 22 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 98.936**, de 08 de fevereiro de 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98936-8-fevereiro-1990-328447-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.169**, de 4 de março de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1997/D2169.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2169.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.315**, de 4 de setembro de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1997/D2315.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2315.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.208**, de 17 de abril de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.707**, de 23 de fevereiro de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.061**, de 15 de março de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6061.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6061.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.950**, de 26 de agosto de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6950.htm#art13](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6950.htm#art13)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.413**, de 30 de dezembro de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7413.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7413.htm)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 8.268**, de 18 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8268-18-junho-2014-778943-publicacaooriginal-144429-pe.html>>. Acesso em: 22 set 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio em Debate**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 63**, de 10 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/institucional/legislacao/2012/portaria63>>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Vade Mecum** segurança pública/Secretaria Nacional de Segurança Pública: coordenação: Alexandre Augusto Aragon; organização e revisão: Lélia Almeida. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Apresentação do 1º Encontro da Rede EAD em Mato Grosso**. Cuiabá, 2010.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/educacao-e-valorizacao>>. Acesso em: 24 set. 2015.

BUCI-GLUCKMANN, Cristinne. **Gramsci e o Estado**. tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAMPELLO, Ana Margarida de Mello Barreto; LIMA FILHO, Domingos Leite. Educação profissional. 2009. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edupro.html>>- Acesso em: 04 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Educação profissional. 2009. **Dicionário da Educação Tecnológica**. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/edutec.html>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

CHAUÍ, Marilena. O que é política? In: NOVAIS, A. **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 27 - 53.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERRETI, C.J. Educação profissional. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/253.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

FOUCAULT, Michel. Aula de 29 de março de 1978. In: \_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.420-422.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo: Urbania, ed.5. ano 3, 2009.p 100-114.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Um intelectual crítico nos pequenos e nos grandes embates**. Maria Ciavatta, (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

\_\_\_\_\_. Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de Educação Profissional no Governo Lula: Um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**. v. 26, n. 92, Especial,p.1087-1113,2005.

GOMES, Laurentino. **1808 – Como Uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. 2. reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GONZÁLES, Camilo Posso. **Colombia entre la guerra y la paz: alternativa a la guerra**. Bogotá: Bedoya, 2004.

GOOGLE ACADEMICO. **Pesquisa de Revisão de Literatura em Repositórios Científicos**. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/schhp?hl=pt-BR&as_sdt=0,5)>. Acesso em: 12 maio 2016.

GOOGLE MAPS. **Foto da fachada da ACADEPOL, onde está instalado o Telecentro da Rede EAD da SENASP** Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-15.611845,-56.007277,3a,75y,315.53h,89.03t/data=!3m4!1e1!3m2!1snaNyNZwA5GuXJb9cEP2sGg!2e0>>. Acesso em: 12 maio 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. vol. 2. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.15-53.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. vol. 3. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1982.

IBGE. Estados – Mato Grosso. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=idhm>>. Acesso em: 05 out. 2015.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35

MATO GROSSO. **Lei Complementar Nº 407**, de 30 de Junho de 2010. Estatuto da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <[http://www.pjc.mt.gov.br/UserFiles/File/Lei%20Complementar%20n%20407\\_2010%20atualizada.pdf](http://www.pjc.mt.gov.br/UserFiles/File/Lei%20Complementar%20n%20407_2010%20atualizada.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **SINFRA** – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Mapa Rodoviário 2012. Disponível em <[http://www.mt.gov.br/documents/363190/2303883/mapa\\_rodoviario\\_2012.pdf/71d4c9e8-b9cb-4581-8fd6-12ec7761195a](http://www.mt.gov.br/documents/363190/2303883/mapa_rodoviario_2012.pdf/71d4c9e8-b9cb-4581-8fd6-12ec7761195a)>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MELLO, Irene Cristina de. **O ensino de química em ambientes virtuais**. Cuiabá. EdUFMT, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

PASSOS, Andréa da Silveira *et al.* **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDHM](http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM)>. Acesso em: 05 out. 2015.

**Portal de Periódicos da CAPES**. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio 2016.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 20, n.3, p.585-610, set./dez. 2005.

PRETI, Oreste (Org.). **Educação a distância: sobre discursos e práticas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

RODRIGUES, José. Educação profissional. 2009. **Dicionário da Educação Politécnica**. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/dupol.html>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Fronteira Cultural, 1997.

SANTOS, Jordana de Souza. **A repressão ao Movimento Estudantil na ditadura militar**. AURORA ano III n. 5 – DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: <<http://www.marília.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SEGRILLO, Angelo. A confusão esquerda/direita no mundo pós-muro de Berlim: Uma Análise e uma Hipótese. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 47, n. 3, 2004, p. 615 a 632. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n3/a06v47n3.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2015.

SENASP. Estrutura da Rede EAD. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E9CFF814-4C4E-4071AF8FCE67226CD5B}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7BD9B26EB2-E3CD-49B7-9C0F-613598BB5209%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 14\_ abril 2015.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397259.shtml>> Acesso em: 16 jan.2015.

SOUSA, Lourdes L. Rocha de. **Representações sociais de policiais militares, sobre educação a distância no âmbito da rede EAD/SENASP**. Fortaleza: UFC, 2009.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

## APÊNDICE I – QUADRO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNDO

### Educação a Distância no mundo, a partir do século XVIII

ANO	LOCAL	AÇÃO	RESPONSÁVEL
1728	Boston – EUA <sup>1</sup>	Marco inicial da Educação a Distância: é anunciado um curso pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março. Oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX a Educação a Distância começa a existir institucionalmente.	Prof. Caleb Philipps, de Short Hand
1829	Suécia	Inaugurado o Instituto, que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância;	Instituto Líber Hermondes
1840	Reino Unido	É inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa	Faculdade Sir Isaac Pitman
1856	Berlim – Alemanha	Sociedade de Línguas Modernas patrocina dois professores para ensinarem Francês por correspondência	Charles Toussaine e Gustav Laugenschied
1892	Chicago - EUA	É criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes	Depto. de Extensão da Universidade de Chicago
1922	URSS <sup>2</sup>	Inicia-se cursos por correspondência na União Soviética	
1935	Japão	Inicia seus programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial	Japanese National Public Broadcasting Service
1947	Paris – França	Inicia-se a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, por meio da Rádio Sorbonne;	Faculdade de Letras e Ciências Hum. de Paris
1948	Noruega	É criada a primeira legislação para escolas por correspondência	
1951	África do Sul	Nasce a Universidade de Sudáfrica, atualmente a única universidade a distância da África, que se dedica exclusivamente a desenvolver cursos nesta modalidade	Universidade de Sudáfrica
1956	Chicago - EUA	Inicia a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão	Chicago TV College
1960	Argentina	Nasce a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria.	Ministério da Cultura e Educação
1968	Oceania	Criada a Universidade do Pacífico Sul, universidade regional	Universid. do

<sup>1</sup> EUA : Estados Unidos da América do Norte.

<sup>2</sup> URSS : União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

<b>1968</b>	<b>Oceania</b>	<b>Criada a Universidade do Pacífico Sul, universidade regional que pertence a 12 países-ilhas da Oceania</b>	<b>Universid. do Pacífico Sul</b>
<b>1969</b>	Reino Unido	Criada a Fundação da Universidade Aberta	
<b>1971</b>	Reino Unido	Universidade Aberta Britânica é fundada	Universidade Aberta Britânica
<b>1972</b>	Espanha	É fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância	Universidade Nacional de Educação a Distância
<b>1977</b>	Venezuela	Criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta	Universidade Nacional Aberta
<b>1978</b>	Costa Rica	É fundada a Universidade Estadual a Distância	a Universidade Estadual a Distância
<b>1984</b>	Holanda	Implantada a Universidade Aberta	Universidade Aberta
<b>1985</b>	Europa	Criada a Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência	
<b>1985</b>	Índia	Realizada a implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi	Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi
<b>1987</b>	Europa	É divulgada a resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia – é criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância	Parlamento Europeu
<b>1988</b>	Portugal	Criada a Fundação da Universidade Aberta	Universidade Aberta
<b>1990</b>	Europa	Implantada a rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia.	

Tabela elaborada pelo Autor – com base nos dados de VASCONCELOS, 2010; GOLVÊA & OLIVEIRA( 2006)

## APÊNDICE II – QUADRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

### Educação a Distância no Brasil

ANO	LOCAL	AÇÃO	RESPONSÁVEL
1904	Rio de Janeiro	o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo	
1923	Rio de Janeiro	Criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro	Um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto
1934	Rio de Janeiro	Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes	Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal
1939	São Paulo	Surgimento do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio-Técnico Monitor	Instituto Monitor
1941	São Paulo	Surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944	Instituto Universal Brasileiro
1947	São Paulo	Surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a Educação a Distância continua até hoje;	SENAC - SESC
1959	Rio Grande do Norte	Diocese de Natal, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, utilizou-se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal
1962	São Paulo	É fundada a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica	Ocidental School
1967	Rio de Janeiro	O Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas	Instituto

<b>1967</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>O Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio</b>	<b>Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Fundação Padre Landell</b>
<b>1970</b>	Brasília	Surge o Projeto Minerva, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980	Ministério da Educação, a Fund. Padre Landell de Moura e Fund. Padre Anchieta
<b>1974</b>	Ceará	Surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;	Instituto Padre Reus
<b>1976</b>		É criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional	Sistema Nacional de Teleducação
<b>1979</b>	Brasília	A Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD	Universidade de Brasília
<b>1981</b>	Rio de Janeiro	É fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo- Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro	Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo-Americano
<b>1983</b>	São Paulo	O SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”	SENAC
<b>1991</b>	Rio de Janeiro - Brasília	O programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o Futuro”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país;	Fundação Roquete-Pinto - Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação
<b>1992</b>	Brasília	É criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país	MEC
<b>1995</b>	Rio de Janeiro	é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC	MEC

### APÊNDICE III - PESQUISA DE SATISFAÇÃO SENASP

O formulário de pesquisa infra apresentado é de preenchimento obrigatório na conclusão de cada curso na Rede EAD da SENASP. Assim, utilizaremos alguns dados coletados por este instrumento de pesquisa, no intuito de conhecer a opinião dos egressos sobre os cursos realizados, com foco nas questões 2 (dois) nos subitens “B e E”; 3 (três) especialmente os subitens “A, B, D, F e G”. Entendemos que os dados quantitativos desta pesquisa ajudarão a conhecer o que pensam os alunos que concluíram os cursos. Utilizaremos ainda os dados das fichas de matrículas, para conhecer o perfil dos alunos, através dos dados como: faixa etária, gênero, cargo, renda média, dentre outros dados.

#### PESQUISA DE SATISFAÇÃO

<b>Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública</b>				
<b>SENASP/ANP</b>				
<b>Avaliação do Aluno</b>				
<b>Sua opinião é importante para o aprimoramento dos futuros cursos de capacitação</b>				
Registre sua opinião sobre o curso que você acaba de concluir. Leia com atenção os itens apresentados e avalie de acordo com os critérios disponíveis.				
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Não tenho opinião</b>	<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo parcialmente</b>	<b>Concordo parcialmente</b>	<b>Concordo Totalmente</b>

1. Em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, avalie os pontos a seguir:

a) O ambiente virtual apresenta todas as informações necessárias para o acesso e acompanhamento do curso.

1

2

3

4

5

b) O acesso ao vídeo, ao conteúdo e demais materiais complementares é de fácil visualização e utilização.

1

2

3

4

5

c) O ambiente virtual possui fácil navegação, com informações que indicam como avançar/retornar nas telas.

1

2

3

4

5

d) As ferramentas de interação (e-mail, chat e fórum) disponíveis no ambiente permitem ter acesso ao tutor e aos colegas.

1

2

3

4

5

e) A ferramenta Caixa Postal possui fácil utilização e entendimento.

1

2

3

4

5

f) A ferramenta de atualização dos dados possui fácil visualização e utilização.

1

2

3

4

5

2. Em relação à qualidade do curso, avalie os pontos a seguir:

a) Os objetivos do curso estão claros e bem definidos.

1

2

3

<input type="radio"/>	4
<input type="radio"/>	5
<b>b) O curso apresenta conteúdos relevantes em relação às atividades dos profissionais da área de segurança pública.</b>	
<input type="radio"/>	1
<input type="radio"/>	2
<input type="radio"/>	3
<input type="radio"/>	4
<input type="radio"/>	5
<b>c) Os módulos e aulas abrangem os principais conteúdos relacionados ao tema do curso.</b>	
<input type="radio"/>	1
<input type="radio"/>	2
<input type="radio"/>	3
<input type="radio"/>	4
<input type="radio"/>	5
<b>d) Os conteúdos teóricos estão bem relacionados com os práticos apresentados no curso.</b>	
<input type="radio"/>	1
<input type="radio"/>	2
<input type="radio"/>	3
<input type="radio"/>	4
<input type="radio"/>	5
<b>e) Os exercícios contribuíram para a aprendizagem.</b>	
<input type="radio"/>	1
<input type="radio"/>	2
<input type="radio"/>	3
<input type="radio"/>	4
<input type="radio"/>	5
<b>f) A linguagem utilizada nos módulos e aulas é acessível.</b>	
<input type="radio"/>	1
<input type="radio"/>	2
<input type="radio"/>	3

4  
 5

g) A carga horária do curso é adequada.

1  
 2  
 3  
 4  
 5

h) As informações dos vídeos contribuíram para enriquecer o aprendizado.

1  
 2  
 3  
 4  
 5

3. Em relação a aplicação do curso em sua atividade profissional, avalie os pontos a seguir:

a) O curso atendeu às minhas expectativas.

1  
 2  
 3  
 4  
 5

b) O curso estimulou a aprofundar meus conhecimentos sobre o tema do curso.

1  
 2  
 3  
 4  
 5

c) O curso está coerente com minha realidade profissional.

1  
 2  
 3

4

5

d) O curso contribuiu para a minha atualização profissional.

1

2

3

4

5

e) O conhecimento adquirido no curso é aplicável ao meu dia-a-dia de trabalho.

1

2

3

4

5

f) As diretrizes, métodos, técnicas e procedimentos, quando apresentados, estão coerentes com as orientações da instituição ao qual pertencço.

1

2

3

4

5

g) O curso me motivou a fazer outros cursos na Rede EAD.

1

2

3

4

5

Enviar Pesquisa

## APÊNDICE IV - PESQUISA AOS EGRESSOS DOS CURSOS EAD DA SENASP

### FORMULÁRIO DE PESQUISA A SER APLICADO NOS EGRESSOS DOS CURSOS DA REDE EAD DA SENASP

Este formulário será utilizado como roteiro de entrevista a ser realizado com policiais que compõem o quadro de servidores da PJC-MT, nas três carreiras da Instituição (Delegado – Escrivão - Investigador), em dois grupos distintos: o primeiro em de 06 (seis) policiais lotados em Delegacias de Municípios que se distanciam a mais 800 Km (oitocentos quilômetros) da Capital do Estado de Mato Grosso – Cuiabá, e o outro grupo de 06 (seis) servidores que estão lotados na Região Metropolitana da referida Capital.

#### Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Centro de Educação e Humanidade  
Programa de Pós-graduação em Políticas  
Públicas e Formação Humana (PPFH)

#### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ALUNO

Prezado Colega,

Sou mestrando em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Estou desenvolvendo um projeto de dissertação que tem por objetivo pesquisar o contexto da Rede EAD da SENASP (Cursos EAD da SENASP), na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso. Levando em consideração que a formação dos profissionais que militam na área de Segurança Pública tem um papel primordial para o bom desempenho das suas atividades profissionais na PJC-MT, solicito sua colaboração para responder de acordo com o seu perfil as questões abaixo relacionadas. Destaco que seus dados serão resguardados por questões éticas, sendo utilizados apenas para fins

- 1) Cargo: ( ) Delegado ( ) Escrivão ( ) Investigador
- 2) Lotação: \_\_\_\_\_
- 3) Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino Idade: \_\_\_\_\_
- 4) Nível de Escolaridade:

- ( ) Ensino Fundamental    ( ) Ensino Médio    ( ) Graduação  
 ( ) Especialização    ( ) Mestrado    ( ) Doutorado
- 5) Formação Graduação: \_\_\_\_\_
- 6) Pós-Graduação: \_\_\_\_\_
- 7) Tempo de Serviço na PJC/MT, em anos:
- ( ) 1 a 5 / ( ) 6 a 10 / ( ) 11 a 15 / ( ) 16 a 20 / ( ) 21 a 25 / ( ) 26 a 30 / ( ) +30
- 8) Fale um pouco como foi seu curso de formação inicial, na PJC/MT (sua academia – ano, local, duração, conteúdo, professores, etc.):  
 R: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 9) Ao receber sua primeira lotação, você se sentiu plenamente preparado para desempenhar as funções do seu cargo, com a formação inicial? Comente:  
 R: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 10) As condições de trabalhos encontradas na unidade (imóveis, equipamentos, sistemas, viaturas, etc.) eram adequados para prestar um serviço a contento para a sociedade? Comente: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 11) Depois do seu curso de formação inicial, quantos cursos presenciais (formação continuada), você já realizou pela Polícia? Comente:  
 R: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 12) Como você avalia os cursos que já fez, após sua formação inicial, analisando as demandas que você encontra no dia-a-dia do seu trabalho:
- |                          |                  |             |
|--------------------------|------------------|-------------|
| ( ) Não Fez Nenhum Curso | ( ) Insuficiente | ( ) Regular |
| ( ) Suficiente           | ( ) Excessivo    |             |
- Comente sua resposta: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- 13) Você já realizou algum curso da Rede EAD da SENASP? ( ) Sim – ( ) Não  
 Em caso afirmativo, quantos? \_\_\_\_\_ - Cite quais cursos você mais gostou:  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

---

---

14) O que você acha dos cursos ofertados pela Rede EAD da SENASP (Carga Horária, Conteúdo, o Ambiente Virtual, Fóruns, Chats, Tutor, etc.)? Os cursos atendem às necessidades encontradas no seu cotidiano profissional?

Comente: \_\_\_\_\_

---

---

15) Os cursos que você fez na Rede EAD da SENASP possuíam um aspecto mais técnico (área policial), ou também o (a) estimularam a buscar outros cursos e conhecimentos em outras áreas?

Exemplifique: \_\_\_\_\_

---

---

16) Houve algum ganho nas áreas: ( ) Acadêmica – ( ) Pessoal – ( ) Profissional

Comente: \_\_\_\_\_

---

---

17) Em sua opinião, quanto ao bom desempenho da atividade policial, qual a necessidade de cursos de aperfeiçoamento (formação continuada)?

( ) Indiferente ( ) Pouco Importante ( ) Importante ( ) Muito Importante ( ) Essencial

Comente: \_\_\_\_\_

---

---

18) Ao realizar os cursos EAD da SENASP, você teve algum tipo de dificuldade? (Sendo pertinente pode ser assinalado mais de um item)

( ) Não tive ( ) Acesso à Internet ( ) Acesso à página Web da SENASP

( ) Fórum ( ) Acesso ao Tutor ( ) Compreensão de Conteúdo

( ) Chat ( ) Caixa de Postal ( ) Contato com os Colegas ( ) Impressão

( ) Dificuldade com os exercícios ( ) Dificuldade com a Prova ( ) Outros

Explique: \_\_\_\_\_

---

---

19) De acordo com sua percepção, quais os pontos fortes dos cursos EAD da SENASP, e quais são os pontos de melhorias?

Comente: \_\_\_\_\_

---

---

20) Sua percepção quanto às aprendizagens ao concluir um curso EAD da SENASP, resulta em:

- Melhoria no desempenho profissional  
 Novas aprendizagens  
 Estímulo e interesse para pesquisar mais sobre o tema estudado  
 Outros

Comente: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

21) Quais dificuldades você enfrenta, quando tem que realizar algum curso presencial?  
(Sendo pertinente pode marcar mais de um item)

- Diárias     Transporte     Acomodações     Distância  
 Tempo     Datas do Curso     Afastamento da Família     Outro

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Muito Obrigado pela sua participação

## APÊNDICE V – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS GESTORES

Formulário que será utilizado como roteiro de entrevista a ser realizada com os Gestores Diretos dos Policiais que realizam ou não, curso na Rede EAD do SENASP, além dos principais Gestores da Instituição, bem como da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

### Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidade

Programa de Pós-graduação em Políticas

Públicas e Formação Humana (PPFH)



### INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA – GESTORES

Prezado Gestor,

Sou mestrando em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP). Estou desenvolvendo um projeto de dissertação que tem por objetivo pesquisar o contexto da Rede EAD da SENASP (Cursos EAD da SENASP), na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso. Levando em consideração que a formação dos profissionais que militam na área de Segurança Pública tem um papel primordial para o bom desempenho das suas atividades profissionais na PJC-MT, solicito sua colaboração para responder de acordo com o seu perfil às questões abaixo relacionadas. Destaco que seus dados serão resguardados por questões éticas, sendo utilizados apenas para fins

- 1) Nome: \_\_\_\_\_
- 2) Cargo/Função: \_\_\_\_\_
- 3) Lotação: \_\_\_\_\_
- 4) Formação Graduação: \_\_\_\_\_
- 5) Pós-Graduação: \_\_\_\_\_
- 6) Tempo de Serviço na PJC/MT, em anos: \_\_\_\_\_
- 7) Como estão estruturadas as carreiras dos policiais da PJC/MT? Quantas são? Como se dividem? E quais os pré-requisitos de acesso a cada uma delas?

- 8) Ao ingressar nos quadros da PJC/MT, o policial recebe uma formação inicial de quanto tempo? Em que local? Com quais conteúdos?
- 9) Em virtude da complexidade da atividade policial, o (a) senhor (a) acredita que esta formação inicial que o policial recebe, é suficiente para atender às demandas do seu trabalho cotidiano, ou é necessária à formação continuada? Por quê? Comente:
- 10) Caso seja necessária a formação continuada, no seu entendimento, a PJC/MT tem condições de ofertar a formação continuada na forma presencial a todos os seus servidores? Caso sua resposta seja negativa, cite alguns entraves que não permitam a realização da formação.
- 11) Como o (a) senhor (a), avalia os cursos de educação a distância disponibilizados pela Rede EAD da SENASP, para os servidores da área de segurança pública? Pontos Fortes e Pontos Fracos.
- 12) O (a) senhor (a) acredita que os cursos da Rede EAD da SENASP contribuem para a formação dos policiais que compõem os quadros da PJC/MT? Como?
- 13) Na sua percepção como gestor existe algum diferencial na produtividade, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente dos servidores que realizam cursos da Rede EAD da SENASP, em detrimento a servidores que não possuem essa prática? Comente:
- 14) Na Instituição, existe algum benefício (além da agregação de conhecimento) para o servidor, que realiza os cursos da SENASP (Promoções, gratificações, bonificação, seleções para unidades especiais, remoções etc.)?
- 15) Na condição de Gestor, o (a) senhor (a) acredita que os cursos realizados pelos policiais na Rede EAD da SENASP contribuem somente na formação do profissional em aspectos mais técnico (área policial), ou também estimulam os servidores a buscar outros cursos e conhecimentos em outras áreas?
- 16) Como Gestor, o (a) senhor (a), percebeu algum ganho por parte dos servidores nas áreas: ( ) Acadêmica – ( ) Pessoal – ( ) Profissional. Comente:
- 17) Ao contemplar o cenário contemporâneo do Brasil (surgimento e mudanças de legislações, criação e aperfeiçoamento de modalidades criminais, etc.), o (a) senhor(a) acredita que os policiais que realizam os cursos da Rede EAD da SENASP estão mais bem preparados para atender às demandas sociais requeridas da PJC/MT?

Muito Obrigado pela sua participação.